



Concepções sobre conservação ambiental: um estudo etnográfico sobre a intervenção do Programa Petrobrás Ambiental em uma comunidade tradicional de faxinal no Paraná.

TAISA LEWITZKI

Foz do Iguaçu

2015



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

**Concepções sobre conservação ambiental: um estudo etnográfico sobre a
intervenção do Programa Petrobrás Ambiental em uma comunidade tradicional de
faxinal no Paraná.**

TAISA LEWITZKI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Antropologia - Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Antonio de La Peña García

Foz do Iguaçu

2015



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) dia(s) 14 do mês de dezembro do ano de 2015 realizou-se a apresentação pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **Concepções sobre conservação ambiental: um estudo etnográfico sobre a intervenção do Programa Petrobras Ambiental em uma comunidade tradicional de faxinal no Paraná** apresentado pela discente Taisa Lewitzki do curso de Antropologia- Diversidade Cultural Latino-Americana. Os trabalhos foram iniciados às 17 h, pelo(a) docente orientador(a) Antonio de la Peña García presidente da banca examinadora, juntamente com o(a) docente Carolina dos Anjos de Borba e o (a) docente Silvia Lima de Aquino.

Observações da Banca Examinadora:

La banca recomienda la difusión y publicación del trabajo.

A Banca Examinadora, ao término da apresentação oral e da arguição do acadêmico, encerrou os trabalhos às 18 h 55. Os examinadores atribuíram as seguintes notas:

orientador(a)	nota final: 10	Média final: 10.0
docente	nota final: 10	
docente	nota final: 10	

Proclamado o resultado pelo presidente da banca examinadora, encerraram-se os trabalhos e, para constar, eu Antonio de la Peña García lavrei a presente Ata que assino juntamente com os demais membros da banca.

Foz do Iguaçu, 14 de dezembro de 2015.

Assinaturas:

--	--	--

Ninguém nasce antropólogo [a], e menos ainda, por curioso que pareça, nativo [a].

Eduardo Viveiros de Castro

AGRADECIMENTOS

Agradeço o Programa Nacional de Assistência Estudantil que permitiu minha permanência acadêmica na UNILA, durante a graduação; agradeço aos movimentos de puxirão: APF, ASAFAXIM, REDE PUXIRÃO, organizações que têm sido uma fonte constante de aprendizado e vivência; agradeço ao Projeto Faxinais pelas caronas e demais contribuições concedidas à realização de minha pesquisa.

Agradecimentos aos meus queridos Luis Pareja e Doniel Oliveira, que estiveram comigo ao longo da caminhada acadêmica, especialmente os diálogos, revisões, mapas e comentários ao meu trabalho por parte de meu companheiro Doniel; especial gratidão as trans Lays Clandestina, Effy Ge Há, Maitê, Carla Santos e Melinè, amigas simbólicas de todas as angústias, alegrias e inconstâncias na Tríplice-Fronteira; ao amigo Protapi pelo exercício de experimentação da alteridade e ao amigo Addo Novak.

Minha gratidão ao líder Amantino, por seu conhecimento, amizade e força de lutar. E a todes que foram minha casa no Faxinal Meleiro: Dulce, Emidia, Juvina, Idalina, Dona Marli, Sueli, Sandra Kais, Dona Tilde e Seu Tino e suas famílias as quais me receberam e compartilharam comigo seus saberes e percepções, além de deliciosas prosas, comidas, paieiros e chimarrão; aos interlocutores deste trabalho: faxinalenses, moradores do faxinal, chacareiros, fiscais ambientais e técnicos do Projeto Faxinais que aceitaram o convite de falar no mediador-gravador e apresentar suas diferentes e importantes visões de mundo em minha pesquisa.

Muchas gracias ao professor e amigo Antonio de La Peña, quem muito contribuiu para a superação dos meus desafios acadêmicos e dificuldades epistemológicas, o qual nunca esteve ausente ao diálogo e reflexão na difícil construção desde Trabalho de Conclusão de Curso, sem contar os inúmeros apoios em todos os temas acadêmicos e pessoais. Agradeço a todes os professores que compartilharam comigo seus saberes durante a graduação, em especial Daniele Araújo, Senilde Guanaes, Barbara Arisi, Andrea Ciacchi, Angela Souza e Carolina dos Anjos. Aos meus colegas antropólogos com quem muito (des) construí, reiterando o importante papel de nossa companheira Martina Piazza na construção do curso de antropologia da UNILA, Martina Presente!

Todo reconhecimento a minha mestra Maria Rosa Lewitzki e toda a caboclada familiar pela compreensão, espera e incentivo para a experimentação desta viagem antropológica, proporcionada pelas pessoas e elementos que formam a UNILA.

DESAGRADECIMENTOS

Desagradeço ao machismo e as fortes relações de desigualdade de gênero que se manifestam em diferentes formas de violência e que assim, viabilizam contextos de medo e repressão; aos infelizes protagonistas do atentado que sofri quando estava em trabalho de campo e aqueles que buscaram deslegitimar minha intervenção no contexto pesquisado pela minha representação quanto mulher e antropóloga. Desagradeço igualmente, ao agronegócio e a todos as frentes antagônicas que ameaçam a vida de lideranças e comunidades tradicionais faxinalenses.

LEWITZKI, Taisa. **Concepções sobre conservação ambiental: um estudo etnográfico sobre a intervenção do Programa Petrobrás Ambiental em uma comunidade tradicional de faxinal no Paraná.** 2015. 105 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana) – Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMO

A recente emergência étnica de povos e comunidades tradicionais no Brasil tem visibilizado as comunidades tradicionais de faxinais no Paraná, como um espaço estratégico para conservação do Bioma Mata Atlântica, especificamente a Floresta com Araucária. As comunidades de faxinais presentes singularmente no Estado, se caracterizam por a designação de áreas de uso comum para a criação de animais à solta, acompanhadas de acordos comunitários para o manejo integrado dos recursos naturais de baixo impacto ambiental. Desde a abordagem etnográfica, o presente trabalho analisa a execução do Projeto Faxinais, uma intervenção do Programa Petrobrás Ambiental, realizado na comunidade tradicional de faxinal Meleiro, nas proximidades da cidade de Curitiba, Paraná. O objetivo é identificar as diferentes concepções de conservação e manejo ambiental dos atores envolvidos na execução do projeto, por meio da análise de discursos, práticas e representações destes e de seus coletivos pertencentes. Os resultados do estudo mostram uma divergência de ideias sobre o que constitui conservar recursos naturais e as formas de levar adiante dita tarefa. Igualmente, as formas em que atores externos elaboram estratégias de conservação ambiental, suas concepções da comunidade e os processos locais de negociação e resistência oferecem novas formas de entender as contradições de estratégias contemporâneas de conservação e desenvolvimento a nível local e global.

PALAVRAS CHAVES: comunidades tradicionais de faxinais, uso e conservação da natureza, políticas ambientais, projetos ambientais, percepções de conservação ambiental.

LEWITZKI, Taisa. **Concepciones sobre conservación ambiental: un estudio etnográfico sobre la intervención del Programa Petrobrás Ambiental en una comunidad tradicional de faxinal en el Paraná.** 2015. 105 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso. (Graduación en Antropología - Diversidad Cultural en América Latina) – Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguazu, 2015.

RESUMEN

La reciente emergencia étnica de pueblos y comunidades tradicionales de Brasil ha visibilizado las comunidades tradicionales de faxinales de Paraná como un espacio estratégico para la conservación del Bioma Bosque Atlántico, específicamente el Bosque de Araucarias. Las comunidades de faxinales presentes singularmente en el Estado, se caracterizan por la designación de áreas de uso común para la producción de animales, acompañadas de acuerdos comunitarios para el manejo integrado de recursos naturales de bajo impacto ambiental. Desde un abordaje etnográfico, el presente trabajo analiza la ejecución del Proyecto Faxinales, una intervención del Programa Petrobrás ambiental realizado en la comunidad tradicional de faxinal Meleiro, en las proximidades de la ciudad de Curitiba, Paraná. El objetivo es identificar las diferentes concepciones de conservación y manejo ambiental de los actores participantes en la ejecución del proyecto, mediante el análisis de discursos, prácticas y representaciones de éstos y su pertenencia colectiva. Los resultados del estudio muestran una divergencia de ideas sobre lo que constituye conservar recursos naturales y las formas de llevar a cabo dicha tarea. Igualmente, las formas en que actores externos elaboran estrategias de conservación ambiental, sus concepciones de comunidad y los procesos locales de negociación y resistencia ofrecen nuevas formas de entender las contradicciones de estrategias contemporáneas de conservación y desarrollo a nivel local y global.

Palabras clave: comunidades tradicionales de faxinales, uso y conservación de la naturaleza, políticas ambientales, proyectos ambientales, percepciones de conservación ambiental.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Mata-burro acesso ao Faxinal Meleiro, sentido Faxinal Espigão das Antas.....	16
Fotografia 2 - Roça de milho faxinalense. Ao fundo, monocultivo de pinus, plantação que avança sobre as terras de plantar.....	41
Fotografia 3 – Casa faxinalense no criador comunitário de Faxinal Meleiro.....	47
Fotografia 4 – Aviário em funcionamento no Faxinal Espigão das Antas.....	48
Fotografia 5 - Construção bebedouro no Faxinal Espigão das Antas. Ao fundo, veículos do projeto, camionete nissan de uso dos técnicos e camionete toyota disponibilizado pela GERAR para uso da ASAFAXIM.....	56
Fotografia 6 - Placa do Projeto Faxinais na chegada da comunidade de Faxinal Meleiro.	57
Fotografia 7 - Mesa faxinalense: café, leite, broa de centeio, queijo, requeijão cremoso, doce de abóbora (embalagem de margarina), carne de gado. Exceto o café, todos os alimentos são crioulos.....	68
Fotografia 8 – Cercamento de mudas para recuperação de áreas no Faxinal Meleiro.....	70
Fotografia 9 – Reunião Projeto Faxinais e ASAFAXIM, Barracão do Faxinal Meleiro em 20/02/2015.....	74
Fotografia 10 – Seminário de Lançamento do Projeto Faxinais, Faxinal Meleiro em fevereiro de 2014.....	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa Áreas Estratégicas para Conservação da Biodiversidade e Povos Tradicionais.....	19
Figura 2 - Tabela de normas relacionadas as comunidades tradicionais de faxinais.....	39
Figura 3 – Mapa Perspectiva de Localização Faxinais Meleiro, Espigão das Antas e Pedra Preta.....	46
Figura 4 – Gráfico Distribuição Produção Animal Faxinal Meleiro.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APF	Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses
APP	Área de Preservação Permanente
APRUME	Associação de Produtores Rurais do Meleiro
ARESUR	Áreas Especiais de Uso Regulamentado
ASAFAXIM	Associação Articuladora dos Faxinalenses da Metropolitana
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEUC	Cadastro Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Paraná
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EA	Educação Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GERAR	Geração de Emprego e Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agronômico do Paraná
ICMBio	Instituto Nacional de Conservação da Biodiversidade
ICMS-E	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológico
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociência
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
UC`s	Unidades de Conservação Ambiental
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A
PL	Projeto de Lei
PSA	Pagamento por Serviço Ambiental

REDE PUXIRÃO Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná

RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RL Reserva Legal

SANEPAR Companhia de Saneamento do Paraná

SEMA Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná

SFB Serviço Florestal Brasileiro

UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. Povos tradicionais e conservação ambiental no Paraná.....	18
2. Resistência faxinalense, questão ambiental e projetos de intervenção.....	19
3. Os porquês da pesquisa.....	21
4. Contexto do estudo: Projeto Faxinais e comunidades tradicionais de faxinais...22	
MÉTODOS: CONSTRUINDO O CAMPO.....	25
1. Procedimento de coleta de dados.....	25
2. Volta ao campo.....	27
1. ECOLOGIA FAXINALENSE.....	29
1.1 Visibilidade dos faxinais no campesinato.....	30
1.2 Estratégias de conservação ambiental nos faxinais: o caso das ARESUR's.....	31
1.3 Desenvolvimento sustentável e diálogos entre comunidades e conservação.....	34
1.4 Faces do desenvolvimento e etnicidade coletiva faxinalense.....	38
2. O PROBLEMA DOS ACORDOS COMUNITÁRIOS NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO DO PROJETO.....	45
2.1 O Faxinal Meleiro.....	45
2.2 O puxirão quanto movimento social.....	52
2.3 Acordos comunitários.....	53
3. AS PRÁTICAS FAXINALENSES DE RELAÇÃO COM A NATUREZA E A IMPOSIÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS NO ÂMBITO DO PROJETO FAXINAIS.....	57
3.1 Projeto Faxinais “preservar o meio ambiente e cultivar uma tradição”	58
3.2 Educação ambiental e práticas socioambientais faxinalenses.....	59
3.2.1 Destinação de resíduos.....	61
3.3 Cuidado com a água e a recuperação de nascentes.....	64
3.3.1 Os limites das cercas.....	66
3.4 Inteirações com a mata e a recuperação de áreas degradadas.....	68
3.5 Gestão compartilhada do viveiro de mudas.....	73

3.6 Considerações.....	76
4. DIFERENTES CONCEPÇÕES DE CONSERVAÇÃO: LÓGICAS DO PROJETO FAXINAIS E DOS FAXINALENSES.....	79
4.1 A construção da necessidade da conservação ambiental.....	81
4.1.1 A categoria do convencimento.....	85
4.1.2 A natureza quanto potencial produto de mercado.....	88
4.2 Diferença de opinião sobre conservação ambiental.....	90
4.3 O papel das pessoas na conservação.....	93
4.4 Considerações.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA OPINIÃO SOBRE O PROBLEMA SOCIOAMBIENTAL.....	97
1. Ecologia faxinalense.....	97
2. Intervenções.....	98
3. Novos desafios para política ambiental nos faxinais.....	100
4. Consideração sobre a experiência descritiva.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102

INTRODUÇÃO

“E nós faxinalenses queremos preservação da natureza, que dela vem a beleza, a água que é vida e riqueza, vem fruto para alimentar as criações” (informação verbal)¹.

Foi assim que Seu Joaquim Santos, faxinalense de 81 anos, introduziu o problema da conservação ambiental nos faxinais na mística² de abertura do 6º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses, evento que a cada dois anos reúne membros das comunidades tradicionais de faxinais do Estado do Paraná, para discutir seus avanços e problemas. A narrativa de Seu Joaquim é relevante enquanto ao problema da conservação porque evidencia interações entre os faxinalenses, os animais criados à solta em terras de uso comum e a preservação da natureza, elementos que constituem o faxinal. A conservação neste sentido encontra-se intimamente relacionada as práticas cotidianas que formam o modo de vida dos povos faxinalenses. Tema presente nos relatos de atores locais e externos e, importante para analisar as formas de conceber a conservação da natureza e a construção de relações socioambientais.

Para entender a relação dos faxinalenses com a conservação ambiental e o desenvolvimento local é importante observar as especificidades dos povos de faxinais em suas formas de viver, assim como, o contexto de emergência étnica e reivindicação de direitos de inúmeras comunidades autodeclaradas como faxinalenses, fenômeno registrado na última década. Fatores que resultam em atualizações, avanços e transformações na política ambiental e nas ações de desenvolvimento rural no Paraná em relação as comunidades tradicionais de faxinais, temas centrais a este estudo etnográfico.

Atualmente, os faxinais estão situados nas regiões metropolitana sul de Curitiba e centro-sul do Estado do Paraná, são comunidades camponesas que detêm práticas singulares de

¹ Informação verbal concedida por SANTOS, Joaquim dos. Comunicação 2. [agosto 2015]. Entrevistadora: Iracema. Pinhão, 2015. 1 arquivo escrito.

² Mística é uma prática, desenvolvida pelos agentes religiosos que assessoravam o MST (Movimento Sem Terra). O MST se apropriou dessa prática e a converteu em uma forma de expressão cultural e política que depois se difundiu em outros movimentos. Para os faxinalenses, a mística é uma representação simbólica do modo de vida nos faxinais, assim como o movimento de luta pela terra. É organizada costumeiramente nas reuniões da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e em eventos que contam com a participação de lideranças dos faxinais. É composta por alimentos caseiros, sementes crioulas, ferramentas de trabalho na roça e com os animais, plantas nativas, terra, água, bem como, cartilhas e materiais sobre os faxinalenses, os quais são dispostos no chão de forma circular, geralmente no centro ou à frente de onde concentram-se as pessoas nos espaços de reunião. Os símbolos acompanhados por narrativas, leituras bíblicas, reflexões e teatros acontecem nos momentos de abertura e encerramento dos eventos.

organização territorial, dispondo de formas específicas de uso e manejo da natureza. As áreas de uso comum onde se concentram as residências familiares e estruturas comunitárias são chamadas de criadouro ou criador comunitário e leva esse nome pelo uso da coletividade para a criação de animais à solta. O espaço compartilhado possibilita o livre acesso de pessoas e animais a áreas de coleta de plantas e frutas nativas, fontes hídricas e pastagens em meio a Floresta com Araucária. O limite do criador é indicado por cercas, valas e rios, separa as áreas de criar das áreas de plantar, visualizado principalmente pelo mata-burro (Foto 1)³ localizado nos caminhos de acesso ao faxinal.



Fotografia 1 - Mata-burro de acesso ao Faxinal Meleiro, sentido Faxinal Espigão das Antas. Fonte: A autora (2014).

Assim, a noção local “fora” e “dentro” do faxinal é importante para sinalizar os limites das terras de uso comum, bem como, as formas em que são estabelecidas as relações sociais internas e externas, ou seja, desde “dentro” e desde “fora” do faxinal.

A forma de conservação ambiental nos faxinais, elaborada e atualizada pelos faxinalenses apresenta um conjunto de esferas de inteiração socioambiental que envolvem: (1) uso comum da terra; (2) regras locais de manejo territorial (acordos comunitários); (3) agriculturas agrobiodiversas (compreendem a criação de animais, extrativismo florestal, sementes crioulas, cultivo de grãos, hortas agroecológicas, quintais medicinais, práticas

³ O mata-burro é uma ponte construída com madeira (palanques ou traves) ou barras de ferro posicionadas com espaçamento entre si formando um gradio sobre um buraco cavado na estrada de acesso ao criadouro comunitário, acompanhando a linha da cerca que delimita o faxinal. Essa estrutura tem a finalidade de impedir a passagem de animais de um lado para o outro, sendo este, demarcatório para o reconhecimento de uma área de criador. Na ausência do mata-burro pode haver porteiras que ocupam igual função, ou ainda portões, colchetes e quebra-corpos complementares a barreira.

e conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade); e (4) relações de reciprocidade comunitária (trabalho coletivo, sistemas de trocas, vizinhança solidária, relações de compadrio e parentesco). Todas elas configuram um sistema contextual que resulta em um modo de vida, em que, estrutura social, sistema de valores e recursos naturais interatuam de formas complexas.

Essa forma de organização socioespacial desenvolvida pelos faxinalenses a mais de dois séculos (Nerone, 2000) é dinamizada conforme as realidades locais influenciadas por processos de ocupação territorial, políticas agrárias e políticas de desenvolvimento. No entanto, a conservação do meio natural é um elemento de destaque, considerando o contingente de floresta presente nos faxinais, assim como, as práticas tradicionais de manejo associadas a biodiversidade local, elementos que evidenciam a importância das formas de viver nos faxinais para o equilíbrio ecológico.

Portanto, os faxinais se apresentam como espaços estratégicos para ações de conservação e reserva de recursos naturais. Na esfera de marcos legais, a elaboração de uma política ambiental no Paraná em 1997 que dispõe sobre a criação de unidades de conservação estadual para comunidades de faxinais, efetivada pelo Decreto Estadual nº 3.446/97 que cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, é uma ação estatal que institucionalmente reconhece o papel dos faxinais na conservação da natureza, como veremos no primeiro capítulo deste estudo. Nesse sentido a delimitação do Corredor das Araucárias (Corredor da Biodiversidade das Araucárias) que articula estratégias de desenvolvimento sustentável protagonizadas por agências governamentais e privadas, está situado nas regiões onde concentram-se os faxinais, não por mera coincidência, mas sim pela delimitação territorial da região dos faxinais como áreas para reserva de recursos naturais.

Este estudo transparece que o tema da conservação permeia várias esferas da vida faxinalense, porém é historicamente recente a constituição do discurso de conservação pelas comunidades de faxinais. As quais buscam por meio da visibilidade de suas práticas ambientais, acesso diferenciado a políticas públicas e efetivação de direitos básicos, visto o cenário de emergência étnica de povos e comunidades tradicionais no Brasil e a ausência e/ou ineficácia das políticas públicas, voltadas as especificidades das comunidades tradicionais de faxinais.

1. Povos tradicionais e conservação ambiental no Estado do Paraná

O Mapeamento Situacional dos Faxinais (Souza, 2009) apresenta a existência de 227 faxinais no Estado, tais comunidades estão organizadas em diferentes categorias de uso comum da terra, em que as práticas coletivas que formam a identidade faxinalense são o critério para a definição do faxinal. Estimula-se que a população faxinalense é de 40 mil pessoas, no entanto, o contexto de aceleração do crescimento econômico, assim como, de desenvolvimento econômico no Brasil, fomentada por governos neoliberais seguidos por governos neo-desenvolvimentistas (Montenegro, 2012), é uma constante ameaça ao modo de vida dos faxinais. As políticas de reorganização de espaços e territórios em detrimento a estratégias de desenvolvimento e conservação de recursos ambientais, resulta em pressões territoriais, controle de recursos naturais, diminuição das áreas de uso comum, chegando a situação extrema de desagregação de espaços compartilhados.

Esse processo de desenvolvimento econômico resulta em significativas pressões a territórios indígenas e de comunidades tradicionais, seja por empresas multinacionais de exploração de recursos naturais, expansão do agronegócio, aquecimento do mercado de terras, aumento das áreas dedicadas a produção de monocultivos florestais, execução de megaprojetos estatais e/ou implementação de projetos de conservação da biodiversidade, acirrando constantemente conflitos entre concepções locais e globais sobre desenvolvimento e conservação.

É importante destacar que o Paraná é o maior produtor nacional de grãos (IPARDES, 2013). E na última década dobrou o número de áreas dedicadas a produção de monocultivos de eucalipto, para a exportação de papel celulose (PNCS, 2013). Dados que contrastam com a cobertura florestal nativa do Estado que gira em torno de 10% (Sanquetta, 2010). Observando que a Floresta com Araucária, característica do Estado, é uma das formações de maior diversidade em nível mundial e que nos últimos cinquenta anos diminuiu drasticamente, restando apenas 0,8% de áreas remanescentes no Paraná (FUPEF, 2001).

As áreas que apresentam condições ambientais favoráveis a conservação da diversidade biológica no Paraná, correspondem especialmente a unidades de conservação, territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais. As comunidades tradicionais faxinalenses, do mesmo modo que, povos guaranis e kaingangues, comunidades tradicionais de cipozeiros, quilombolas, ilhéus e pescadores artesanais estão situadas em

áreas mapeadas pelo Estado (ITCG, 2010) como estratégicas para a conservação da biodiversidade, como se observa no mapa (Fig. 1) do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência do Estado do Paraná.

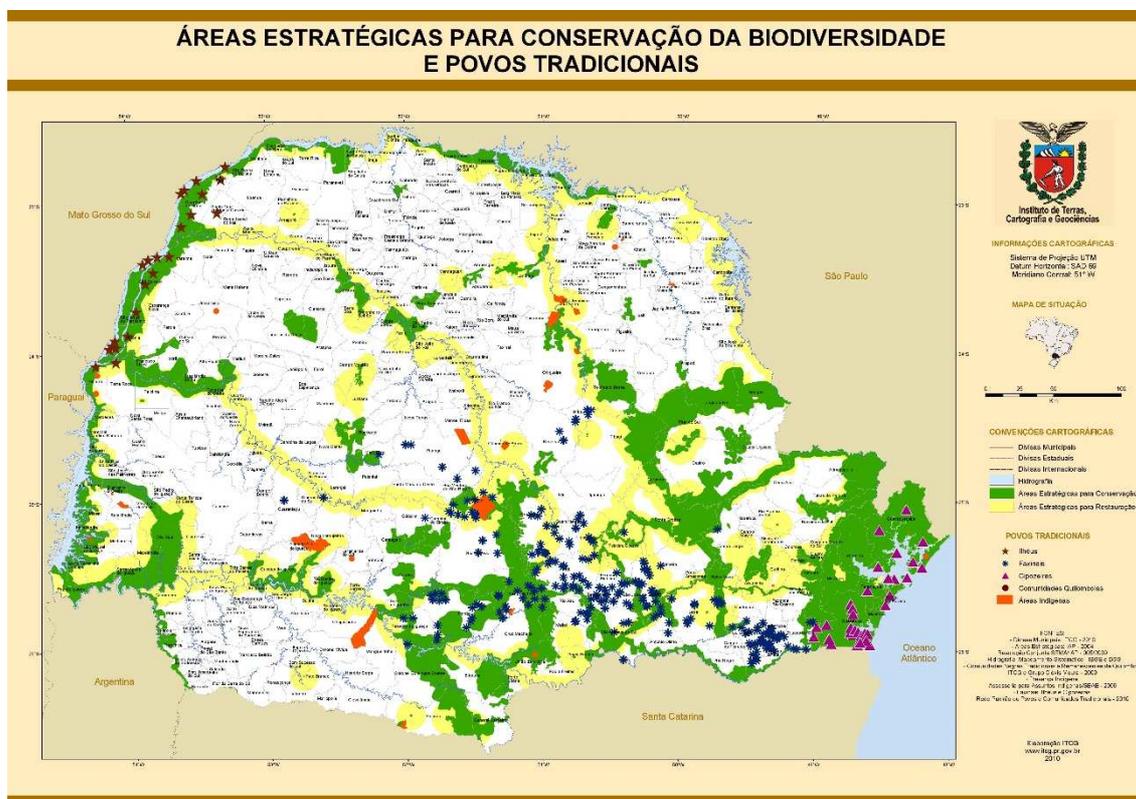


Figura 1 - Mapa Áreas Estratégicas para Conservação da Biodiversidade e Povos Tradicionais. Fonte: ITCG (2010).

2. Resistência faxinalense, questão ambiental e projetos de intervenção

A denúncia aos impactos ambientais e a violação de direitos pelo modelo homogêneo de desenvolvimento, tem visibilizado o papel das comunidades locais como “agentes ambientais” ou ainda como, “guardiões da natureza”. Alguns autores (Teixeira, 2005; Leite Lopes, 2006; Carneiro da Cunha & Almeida, 2009) desvendam que o argumento ambiental apropriado pelos “tradicionais” ganha espaço na discussão ambiental, assim como, a execução de projetos ambientais a partir da elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável. Este conceito formulado a partir das discussões da Eco 92 surge como ferramenta de diálogo entre estratégias de conservação (unidades de conservação) e populações que detêm formas específicas de manejo de recursos naturais, consideradas de baixo impacto ambiental.

Entre as distintas faces do desenvolvimento e da conservação ambiental, as comunidades faxinalenses são cada vez mais abordadas, por instituições de pesquisa devido suas práticas de manejo territorial em relação a manutenção das matas de araucária. A falta e ineficácia de políticas públicas direcionadas a povos e comunidades tradicionais, viabilizam espaço para intervenções de distintas organizações, entre elas, as organizações não governamentais (ONG's). A crescente visibilidade dos faxinais possibilitou nos últimos anos, o aumento de intervenções nas comunidades, por meio de financiamentos governamentais e entidades filantrópicas. Ações temporárias elaboradas e executadas por organizações da sociedade civil são direcionadas principalmente as temáticas socioambientais, visando o “desenvolvimento sustentável” dos faxinalenses e a manutenção da diversidade biológica no Bioma Mata Atlântica.

Todavia é eminente a problemática acerca de como essas comunidades são abordadas por instituições; governamentais, não governamentais e de pesquisa. As formas em que atores externos elaboram estratégias de conservação a partir de tendências globais, convenções e tratados internacionais tem desencadeado processos locais ainda escassos de estudos. Conseqüentemente, existe um modelo dominante de como as pessoas devem conservar a natureza, isto, legitimado principalmente pelo direito ambiental constituído pelo saber técnico-científico. Assim, os equívocos e contradições associados ao paradigma de conservação demandam análises que possam contribuir para avaliação da eficácia de projetos socioambientais. Abordo especificamente contextos de comunidades tradicionais, as quais detêm formas singulares de construir naturezas.

Desta maneira, o problema de pesquisa surge do conflito socioambiental produzido a partir de relações entre o local e o global, observadas na elaboração e execução do Projeto Faxinais, patrocinado pelo Programa Petrobrás Ambiental, na esfera de políticas ambientais globais, efetivado localmente na comunidade tradicional de Faxinal Meleiro, localizada nas proximidades de Curitiba. O estudo de caso envolve atores estatais, órgãos ambientais, organização não governamental e comunidades faxinalenses.

A pesquisa situa-se em estudos de ecologia política, definida pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar como “a articulação entre biologia e história, a ecologia política examina as múltiplas práticas por meio das quais o biofísico tem sido incorporado à história – mais precisamente, nas quais o biofísico e o histórico são implicados entre si” (Escobar, 2005b, p.24). Tendo como ferramenta a etnografia de conflitos

socioambientais, uma sub-área da ecologia política que permite segundo Paul Little um mapeamento das relações de poder, ou seja, identifica diferentes concepções e sentidos sobre conservação, bem como, as tensões, negociações e resistências geradas no processo, em que “o [a] antropólogo [a] é obrigado [a] a identificar os distintos atores sociais e recursos ambientais envolvidos no conflito, analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal ” (Little, 2006, p.88).

Assim sendo, o presente estudo analisa narrativas que ajudam a entender lógicas de concepção ambiental entre atores envolvidos no Projeto Faxinais, patrocinado pelo Programa Petrobrás Ambiental. Para alcançar tal objetivo procurei através da pesquisa etnográfica, observar e discutir lógicas (faxinalenses e projeto ambiental) de percepção do que nós chamamos natureza e as consequências e formas em que aplicamos nossos conhecimentos relacionados as interações com a paisagem ambiental, considerando as distintas percepções de atores e grupos de pertencimento.

3. Os porquês da pesquisa

Como os atores (técnicos e faxinalenses) que interatuam com o Projeto Faxinais concebem conservação? Quais as diferenças de concepção de conservação ambiental entre faxinalenses e técnicos do projeto? E, como tais diferenças podem ou não convergir para o sucesso de estratégias de conservação no contexto de comunidades tradicionais de faxinais?

Os porquês das perguntas que animam esta pesquisa são uma das tantas formas de problematizar as intervenções externas que contrapõem e sobrepõem lógicas manifestadas pelas comunidades tradicionais de faxinais, em relação a conservação ambiental. As lógicas de conservação expressas por agências mediadoras, por vezes, se apresentam antagônicas ao modo de vida local, pois assumem posturas de grupos empresariais, governos, políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento regional que não compreendem as realidades em que interagem. Entender os processos de mediação entre processos macros e ações locais de conservação ambiental é uma maneira de visibilizar os conflitos socioambientais, instaurados por práticas e discursos contraditórios as perspectivas das comunidades locais, fomentado por um modelo homogêneo e prevalecente de fazer conservação.

Desta maneira, os objetivos gerais da pesquisa consistem em analisar como são elaboradas e executadas intervenções por organizações externas ao contexto dos povos e comunidades tradicionais. Em específico analisar as ações do Projeto Faxinais, por observar que estas estão direcionadas a conservação em territórios tradicionais que se diferenciam pela forma de manejo territorial e pela existência de sistemas comunitários de uso e conservação da natureza, formados por práticas socioculturais que convergem para o equilíbrio ecológico.

A busca por elementos que possam subsidiar a análise para assim construir possíveis reflexões - respostas, recorre a noção de diferentes percepções - entendidas neste estudo como formas de racionalidades ambientais - manifestadas por fazeres, ideologias e discursos que representam os sentimentos e imaginários desses atores em relação a eles mesmos e aos coletivos que pertencem, assim como, em relação a outros atores e sujeitos envolvidos no Projeto Faxinais, que é objeto deste estudo etnográfico.

4. Contexto do estudo: Projeto Faxinais e comunidades tradicionais de faxinais

O presente estudo se realiza no contexto de execução do Projeto Faxinais, concebido no ano de 2012 pela equipe de colaboradores da GERAR (Geração de Emprego e Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional). A ONG iniciou suas atividades no ano de 2003 inspirada na trajetória de intervenção social da médica-pediatra Zilda Arnes, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sediada na capital Curitiba e com sub-sedes no interior dos estados do Paraná e Santa Catarina, a instituição é reconhecida como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) por atender os requisitos da Lei 9.790/99 que outorga qualificação no âmbito federal a entidades que firmam parceria com o governo para promover ações de interesse público. A instituição é formada por profissionais e voluntários que desenvolvem trabalhos no âmbito educacional, social e ambiental, por meio de elaboração e execução de projetos financiados e patrocinados via chamadas públicas. Os projetos na área ambiental correspondem a ações de neutralização de carbono por meio de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL.

O Projeto Faxinais foi submetido pela OSCIP ao Programa Petrobrás Ambiental⁴ alocado ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios da empresa estatal brasileira de capital aberto e economia mista, Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A). Aprovado no ano de 2013, o projeto é contratado pelo patrocínio de R\$ 3.791.726,05 para realização de atividades de educação ambiental, revitalização de nascentes e recuperação de mata ciliar, no período de 24 meses.

A execução do projeto iniciou em dezembro de 2013, formada a equipe de profissionais das áreas de administração, biologia, economia, engenharia ambiental, jornalismo, serviço social e consultores nas áreas de comunicação, história e antropologia. Os técnicos se dividem em equipe de campo e equipe administrativa.

São contempladas pelas ações do projeto as comunidades tradicionais de faxinais presentes nos municípios de Mandirituba e Quitandinha, a saber: Espigão das Antas, Campestre dos Paulas, Mato Branco dos Andrades, Pedra Preta, Salso e Meleiro. Informo que a região metropolitana de Curitiba detém outras comunidades de faxinais com terras de uso comum que não foram contempladas pela ação. Esclareço ainda, que atualmente os faxinais são comunidades tradicionais presentes singularmente no Estado do Paraná, mas que fazem parte da ocupação fundiária no Sul do Brasil, assim como em países do Mercosul.

Os faxinais conhecidos também por criadouros comunitários são comunidades que compreendem a diversidade do espaço rural paranaense. As práticas sociais organizadas em sistemas de reciprocidade animam a vida comunitária, assim como, as regras locais de uso comum dos recursos naturais, em que a divisão socioespacial do faxinal em terras de plantar e terras de criar é uma característica relevante.

O uso coletivo corresponde as áreas de pastagens dispostas no criadouro comunitário que permitem a livre circulação de animais em meio a Floresta com Araucária. Os limites entre o criadouro e as áreas de plantios são marcados por barreiras naturais ou cercas e valas construídas por meio do trabalho coletivo das comunidades, que servem de

⁴ Programa Petrobrás Ambiental, informações disponíveis em <http://ppa.petrobras.com.br/>, acesso: 15 de junho de 2015.

impedimento para os animais não ultrapassarem o perímetro do faxinal, afim de preservar as áreas de cultivo localizadas no entorno da comunidade, ou seja, fora do faxinal.

A posse da terra é individual, mas o uso para criação de animais é coletivo. Deste modo, a noção de propriedade é estendida para várias situações da vida cotidiana, observando que não são todos os recursos usados de forma coletiva, por exemplo, o extrativismo vegetal e mineral, realizados a partir de amarrações específicas entre proprietários e interessados.

O complexo faxinalense associa a diversificação de atividades, como extrativismo florestal, cultivos de hortas e quintais, criação animal, trabalhos assalariados fora do faxinal, formas organizativas e produtivas que resultam em baixa pressão aos recursos naturais disponíveis, sendo significativa a reserva de recursos florestais, hídricos e a diversidade biológica de recursos genéticos presente nos criadouros comunitários.

Os povos de faxinais buscam por meio da emergência política da identidade étnica coletiva faxinalense, conquistada pela autoatribuição quanto povos e comunidades tradicionais no Brasil, a visibilidade de um modo de vida camponês. Uma forma de vida que ao longo da história esteve a margem de políticas públicas, e que nos últimos anos coloca-se em discussão a partir de sua diversidade cultural, bem como seu papel na conservação da bio e agrodiversidade presente no Bioma Mata Atlântica.

É neste contexto de comunidades tradicionais culturalmente diferenciadas que o Projeto Faxinais realiza sua intervenção ambiental sob o lema “preservar o meio ambiente e cultivar uma tradição”. Discursivamente o projeto articula estratégia de conservação e manutenção da cultura faxinalense. O estudo busca vislumbrar as vicissitudes deste processo.

MÉTODOS: CONSTRUINDO O CAMPO

1. Procedimento de coleta de dados

A principal ferramenta metodológica para coleta de dados referente à presente pesquisa, foi o trabalho de campo etnográfico. A permanência no Faxinal Meleiro em dois momentos do primeiro semestre de 2015, totalizaram 110 dias de pesquisa de campo. A estadia na comunidade foi desenhada por momentos de partilha da vida privada dos moradores, mediada pela convivência com as famílias, conversas e observações participantes, desencadeadas pelo alojamento na casa de faxinalenses e chacareiros.

A participação nos espaços organizativos como reuniões, festas e encontros do calendário familiar e religioso, a estadia nas comunidades vizinhas que também são assistidas pelo projeto. Além do acompanhamento de seminários, oficinas, visitas de campo, implementação de atividades, diálogos da ASAFAXIM (Associação Articuladora dos Faxinalenses da Metropolitana) com a equipe de campo do Projeto Faxinais, que aconteceram no escritório operacional do projeto, localizado na comunidade de Faxinal Meleiro e nas demais comunidades participantes da intervenção. Foram as atividades desenvolvidas em campo.

O arquivo de dados do estudo ao qual recorri durante a escrita deste texto compreende notas de campo, acervo audiovisual, narrativas elaboradas através do processo de construção de livros de pano, realizado pelo projeto de extensão da UNILA “Livros de Pano: Confeccionando narrativas da paisagem socioambiental faxinalense”, materiais publicados pelo projeto como cartilhas, informativos e diagnóstico socioambiental disponibilizados virtualmente e a realização de dez entrevistas abertas semiestruturadas.

As entrevistas privilegiaram cinco narrativas faxinalenses, considerando a diversidade de trajetórias e formas de inteiração com o projeto. Escolhi narrativas de mulheres, a fim de visibilizar as particularidades de suas percepções em relação a vida no faxinal e, priorizar a participação das faxinalenses que é pouco evidente nos espaços de reunião e decisão política que ocorrem a nível local. As conversas gravadas em dispositivo móvel aconteceram em visitas domiciliares, que em alguns casos converteram-se em estadias de um a três dias, a fim de estabelecer um espaço adequado e confortável as manifestações das interlocutoras em relação à pesquisa. Decidi por pessoas que comigo desenvolveram relações mais próximas no sentido de confiança e respeito durante a permanência no campo, fato facilitador dos procedimentos metodológicos demandados para realização

das entrevistas, não que tenha sido uma tarefa fácil o exercício de direcionar questões, escutar e gravar.

Diversa a experiência de diálogo com as moradoras da comunidade, foi as cinco entrevistas as técnicas e aos técnicos do projeto que fazem parte da equipe de campo. As entrevistas foram pré-agendadas e realizaram-se durante o expediente de trabalho destes que acontece no escritório do projeto sediado na comunidade de Meleiro. O cenário foi enfatizado pelo caráter formal da situação, isto por acontecer em horário comercial, assim como, pela uniformização das pessoas em decorrência do espaço de trabalho, característica repetida em todas as entrevistas com esses atores. A comunicação foi mediada por perguntas correspondentes as funções desempenhadas por elas e por eles na esfera do projeto, a saber: gestora ambiental, engenheiro ambiental, técnico ambiental, assistente social e coordenador de campo com formação em economia. É necessário contextualizar que os limites metodológicos de abordagem vivenciados por mim, não são apenas práticos, mas sim relacionados as construções de relações de poder, neste caso imbricadas ao processo de acesso ao conhecimento científico, que ocupa em grande parte de nossas relações formais papel legitimador das ações. Com isso, a diferença no meu comportamento quanto pesquisadora diante dos atores faxinalenses e atores do Projeto Faxinais também foi demarcatório.

Com a finalidade de preservar a identidade das pessoas que generosamente contribuíram com suas narrativas ao estudo apresentado, uso pseudônimos para identificar os atores tanto faxinalenses, quanto técnicos, bem como, fiscais ambientais e moradores locais mencionados pelos interlocutores durante as entrevistas. Em relação ao nome das comunidades, do projeto e das instituições envolvidas mantenho os originais por entender que este estudo manifesta o meu olhar sobre o problema trabalhado, porém os dados apresentados possibilitam interpretações diferentes as que descrevi.

Sobre a escolha do método etnográfico, considero que este decorreu da necessidade de entender as diferentes dinâmicas organizativas das comunidades tradicionais de faxinais das proximidades de Curitiba. A permanência na comunidade possibilitou o convívio com os moradores dos faxinais e a observação de elementos que constituem o cotidiano na comunidade, subsidiando o entendimento de suas práticas comunitárias, demandas territoriais, angústias, sonhos, movimentos de resistência e formas de negociação com atores do projeto, contribuindo diretamente para uma análise holística do problema de pesquisa.

Vejo que o trabalho de campo é uma experiência metodológica necessária ao contexto etnográfico e, mais que isso é um exercício de alteridade. São muitos os desafios postos nas inconstâncias do campo, ao tempo que causa deslocamentos e desconfortos é, portanto, um convite ao afetamento nos termos de Marcio Goldman quando relata a experiência de “ter ouvido tambores, ou os tambores dos mortos” (Goldman, 2006, p.166). Assim, o campo quando nos afeta exige se repensar e se reelaborar como sujeito pesquisadora, mediante ao lugar que se assume na experimentação sensitiva das histórias que buscamos traduzir.

2. Volta ao campo

A escolha do tema de pesquisa parte de uma vivência com as comunidades tradicionais do Paraná por meio da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, anterior ao meu ingresso a universidade, momento que tive oportunidade de acompanhar as estratégias organizativas das populações tradicionais participando ativamente dos momentos de articulação junto os movimentos sociais. O objetivo de realizar uma pesquisa relacionada a temática dos povos e comunidades tradicionais, que contribuísse com a visibilidade dos conflitos enfrentados por estas comunidades, esteve presente durante a graduação. Todavia, a intenção primeira foi em estudar relações de poder com as quais as comunidades interagem; os atores que por vezes colocam-se como antagonistas do processo de luta por direitos reivindicado pelo movimento faxinalense - que nem sempre é alcançado pelos estudos acadêmicos - na maioria das vezes priorizam as práticas comunitárias e não se atentam as relações extracomunitárias.

A eleição pela análise do Projeto Faxinais surgiu com a participação que tive neste, a convite da GERAR fui contratada como consultora para contribuir em agendas de sensibilização da equipe de campo do projeto, sobre a temática dos faxinais, isto, no primeiro trimestre de 2014. A proximidade com o projeto abriu possibilidades à pesquisa, visto o acesso proporcionado aos coordenadores e técnicos da ação, assim como as informações e atividades relacionadas a este. Assim, movida pelo desejo em estudar não somente as comunidades, mas suas relações com atores externos, escolhi o Projeto Faxinais. O projeto representa um rol de relações que extrapola as comunidades de faxinais e exprime o pensamento de elites que elaboram e executam estratégias e políticas, que neste caso impactam diretamente o modo de vida das comunidades tradicionais. Desta maneira, a pesquisa não se detém as comunidades, embora estas sejam o fio condutor da

análise, mas sim da instituição-projeto que hora se apresenta como um conflito socioambiental. Todavia, quando se apropria do discurso em prol dos tradicionais, no entanto, age de forma contraditória as perspectivas dos faxinais, público-alvo da intervenção.

O estabelecimento na comunidade de Meleiro resultou de dois fatores, o primeiro por conhecer lideranças da comunidade que facilitaram minha permanência no faxinal, o segundo por ser nesta comunidade que o Projeto Faxinais centralizou suas atividades de campo. A permanência no campo-faxinal foi configurada por desafios de adaptação, devido ao frio da região dos faxinais totalmente contrastante com o clima da Tríplice Fronteira, onde passei os últimos anos. Além disso o constante estranhamento, especulação e teste por parte da comunidade em relação a meu estereótipo de estudante latino-americana, com origem cabocla. No entanto, atualizada que não corresponde ao todo, ao que se espera do imaginário generalizado sobre uma mulher camponesa. Estive exposta a violências de gênero de ambos atores, comunidade e projeto, assim como, aprendizados e ressignificações sobre as formas de construir relações, que com certeza contribuíram para minha formação enquanto antropóloga e continuaram ressonando.

Sendo eu, de uma comunidade de faxinal do centro-sul do Paraná, que não se auto-reconhece quanto faxinalense, mas como comunidade camponesa. Experimentar na região metropolitana de Curitiba a proximidade com a capital, proporcionou a conviver com os fluxos da geografia metropolitana, instigantes para refletir e desconstruir a espacialidade do rural em relação ao urbano, e assim, relativizar as categorias entre o tradicional e o moderno, imutar, portanto, as fronteiras do faxinal ideal. Essa volta ao campo impulsionada pela finalização da graduação, viabilizou um exercício de convivência com as comunidades internamente conflitivo. No entanto, necessário para o (des)fazer antropológico.

CAPITULO I

ECOLOGIA FAXINALENSE

Neste capítulo apresento a construção de uma política ambiental específica para as comunidades de faxinais no Paraná por meio da ARESUR, a qual visibiliza a especificidade de ocupação territorial dos faxinais no espaço rural do Estado. Na sequência, descrevo como a emergência étnica dos faxinalenses como povos e comunidades tradicionais resulta estrategicamente na adoção e fortalecimento do discurso ambiental pelos povos de faxinais, isto, como ferramenta política de diálogo na luta por direitos territoriais. Analiso por fim esse processo pelo que elaboro como ecologia faxinalense, a partir das observações da associação dos faxinais à conservação em diferentes períodos e por diferentes atores, tendo como uma base a conservação como uma construção política e cultural.

Os faxinais estão presentes no Sul do Brasil a mais de dois séculos. No entanto, é apenas nos anos 80 e 90 que estes surgem quanto conceito acadêmico. Este período marca o rompimento com o paradigma teórico sobre o campesinato no Brasil (Almeida, 2007). Os estudos em antropologia dentre outras áreas do conhecimento até então abordavam os “camponeses” quanto categoria de análise unificadora das variadas narrativas agrárias. Visto a complexidade das situações do espaço rural, compostas por uma multidão de objetos e de características, o limite analítico do conceito de “campesinato” fomenta o surgimento de novos conceitos, inclusive de povos e comunidades tradicionais (idem). A heterogeneidade de processos de ocupação fundiária, reflete diretamente na diversidade sociocultural dos povos, até recentemente pouco conhecida no país e, mais ainda, pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro (Little, 2002).

Nesta perspectiva os faxinais foram ao longo dos anos tratados academicamente, assim como pelas agências governamentais como camponeses, ou ainda, produtores rurais, agricultores familiares, conforme a categoria adotada pelas políticas públicas destinadas ao espaço rural. Essa categorização ainda permanece quanto requisito para acesso a políticas públicas e apresenta vários limites para a compreensão das especificidades territoriais presentes nos faxinais. Visto uma série de lacunas e desencontros no âmbito

de acesso a programas governamentais e políticas públicas que possam alcançar a diferença.

1.1 Visibilidade dos faxinais no campesinato

A economista Yu Man Chang (1988)⁵ uma das primeiras acadêmicas a dedicar-se ao estudo sobre faxinais, elucida a singularidade de ocupação territorial dos faxinalenses no Sul do Brasil. Seu trabalho coloca em debate os criadouros comunitários como uma forma particular de organização camponesa, até então ausente na história oficial do Estado do Paraná. Em sua análise sobre faxinais dos municípios de Palmeira e São João do Triunfo na região centro-sul do Paraná, conclui que o sistema faxinal, caracterizado por elementos físicos e definido naquele momento como uma forma de produção camponesa, estava em processo de rápida desagregação visto o contexto de políticas para a modernização da agricultura, estimando que em poucos anos não existiria mais faxinais no Paraná.

Chang constrói sua descrição a partir da observação da influência dos ciclos econômicos na formação do Estado do Paraná, abordando os fatores que contribuíram para a organização contemporânea das comunidades, destacando o ciclo da erva-mate, atividade econômica desenvolvida a partir do extrativismo florestal.

“Os municípios de maior produção do mate coincidem exatamente com os municípios onde apresentam o sistema faxinal. Tal coincidência não deve ter causado nenhuma surpresa, pois são nesses municípios que se encontram os mais densos ervais nativos; e como já expostos, a exploração do mate é um dos motivos mais fortes da configuração do sistema faxinal.” (Chang, 1988, p.49)

Os ervais nativos presentes nos faxinais estão diretamente vinculados as matas de araucária, o extrativismo florestal da erva-mate combinado com a criação de animais à soltam convergem para a manutenção da mata. Em meio ao contexto de desagregação das comunidades de faxinais, aquecido pelas políticas de desenvolvimento, principalmente em relação ao pacote tecnológico para modernização da agricultura. As

⁵ Estudo elaborado pela equipe do IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná) durante o período de 1982 e 1984, resultou na publicação do Boletim Técnico n. 22, organizado pela economista Yu Man Chang “Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro sul do Paraná”, a continuação deste trabalho foi sintetizado pela autora em sua dissertação de mestrado em economia defendido na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) nos anos 90.

reflexões de Chang sobre a forma de organização socioespacial dos faxinais, resultam na elaboração de estratégias na esfera de políticas públicas, para a manutenção dos criadouros comunitários. Isto, associado à conservação ambiental, como forma de fazer frente ao movimento de desagregação das comunidades, visto o contexto agrário no Paraná naquele momento. O reflexo do estudo de Chang pode ser notado na criação da ARESUR no mesmo período.

Como observa Liliane Porto (2013), as ações de pesquisa, reflexão e ação política sobre a terra e a questão ambiental no Estado, estimulada a partir da década de 80 por órgãos estatais como o IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná) o qual Chang estava alocada na época, assim como a ação de técnicos do IAP e EMATER, foram importantes para o estímulo de uma percepção sobre os faxinais quanto áreas potenciais para a conservação.

Analiso a continuação desse processo iniciado pela ARESUR, em um segundo momento protagonizado pelos sujeitos faxinalenses que reiteram por meio da luta pela terra a noção de conservação ambiental. Construindo ferramentas de diálogo que articulam práticas de conservação a discursos políticos, consolidando uma ecológica faxinalense, instaurada a partir das relações entre práticas e sujeitos que interatuam na esfera de políticas públicas em níveis locais, regionais e globais.

1.2 Estratégias de conservação ambiental nos faxinais: o caso das ARESUR's

Significados e interpretações do que é conservação ambiental a nível local está intimamente ligada aos contextos jurídicos nacionais. Neste sentido, a análise das políticas ambientais do Estado torna-se fundamental. No caso paranaense o Decreto Estadual nº 3.446/97 que cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR no Estado do Paraná regulariza a Lei Complementar Estadual nº 51/91, que cria o ICMS Ecológico no Estado, é a primeira política ambiental direcionada especificamente para os faxinais no Brasil, aplicável a nível estadual. A criação da ARESUR quanto categoria de unidade de conservação estadual é estrategicamente interessante para pensar o papel dos faxinais na conservação ambiental no âmbito de políticas de desenvolvimento.

“Art. 1 – Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado “Sistema Faxinais”, com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da Araucária angustifolia (pinheiro-do-paraná).” (Paraná, 1997, p.01)

A ARESUR é um importante instrumento institucional para subsidiar jurídica e estruturalmente a manutenção das comunidades de faxinais. Os faxinais cadastrados no CEUC - Cadastro Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Paraná, assim como, as Unidades de Conservação, Áreas de Terras Indígenas, Reservas Particulares do Patrimônio Natural e Reservas Florestais Legais, participa da política pública de repasse de recursos financeiros oriundos do ICMC-E (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológico) por parte do Estado do Paraná aos municípios que abrigam unidades de conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais de abastecimento.

A realização do cadastro dos faxinais no CEUC depende de um conjunto de justificativas correspondentes a definição do sistema faxinal apresentada pelo Decreto, assim a solicitação para o cadastramento deve estar munida de denominação, limites geográficos, diretrizes para a conservação ambiental, bem como, justificativas, diagnósticos, mapas e memoriais descritivos. A normativa dispõe que o recurso financeiro deve ser aplicado a melhorias nas comunidades, buscando fomentar ações para conservação de atividades produtivas de baixo impacto ambiental.

Ao mesmo tempo, as limitações da normativa estão relacionadas a definição de faxinais quanto suas características físicas mais evidentes, esta categoriza os faxinais quanto há um modo de produção econômica que possibilita a conservação das florestas de araucária. A percepção do faxinal quanto sistema de produção de bens e recursos é um problema, pois não considera a dinamicidade das comunidades, tampouco a identidade cultural atrelada ao modo de vida.

Assim, as comunidades faxinalenses que não se enquadram a descrição textual do sistema faxinal, não conseguem acessar essa política pública. Esta situação foi verificada em 1997 no município de Prudentópolis, quando o Estado não aceitou a solicitação de cadastro de

algumas comunidades, porque não correspondiam objetivamente a descrição da norma. Isto não significa que não eram faxinais, mas sim que detêm formas diversas de organização, produção, práticas culturais e ambientais, que estão presentes em suas comunidades, assim como, em outros municípios e regiões, de forma a extrapolar as características dispostas na normativa. A descrição disposta na norma, implica em muitos casos na limitação dos governos municipais em reconhecer as comunidades quanto faxinais e assim iniciar o processo de cadastramento, junto aos órgãos estaduais competentes.

Todavia dos 28 faxinais cadastrados quanto Áreas Especiais de Uso Regulamentado são poucos os que acessam os recursos provenientes do ICMS-E, isto pelo não repasse justo e transparente dos governos municipais as comunidades, gerando conflitos locais que perpassam ao contexto do reconhecimento das comunidades tradicionais de faxinais, como detentores de um modo de vida diferenciado e dialogante com a natureza. O Estado do Paraná define o Sistema Faxinal como:

“o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para a produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo da erva-mate, araucárias e outras espécies nativas.” (Paraná, 1997, p.01)

Ademais das limitações da ARESUR a organização social faxinalense, Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, desde sua formação em 2005 tem buscado formas de diálogo com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o Instituto de Terras, Cartografia e Geociência (ITCG), órgãos responsáveis pelo cadastramento das áreas, com a finalidade de construir procedimentos que possam efetivar a aplicação dos recursos nos faxinais, assim como o acesso das comunidades a política. Nesse sentido, a publicação da Portaria 028/2011 do IAP prevê a criação de conselhos gestores dos faxinais da ARESUR por município, que devem ser compostos por comunidades, prefeituras municipais e órgão ambiental, afim de efetivar a aplicação justa do ICMS-E.

Um fator relevante é a ação do movimento social dos faxinais, que concretizou em uma década de existência a aprovação de cinco leis municipais; nos municípios de Antonio Olinto, Rebouças, Rio Azul, Pinhão, São João do Triunfo e São Mateus do Sul. As normas dispõem sobre o reconhecimento da identidade faxinalense, assim como os acordos comunitários e regulamentam a obrigatoriedade do repasse por partes das prefeituras municipais, dos recursos do ICMS-E gerado pela ARESUR, diretamente as comunidades. Essa estratégia foi efetivada e continua sendo negociada pela APF em outros municípios, devido a precariedade da administração dos recursos pelos governos locais.

1.3 Desenvolvimento sustentável e diálogos entre comunidades e conservação

A criação da ARESUR no Estado do Paraná apresenta-se como uma repercussão local da efervescência global das discussões, sobre as formas de conservação ambiental a partir de inteirações humanos-natureza. O conceito de desenvolvimento sustentável despertado em Estocolmo em 1972 atingiu seu auge nos debates da Eco 92. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 lançou “as bases para uma nova concepção de desenvolvimento, com um novo clima de cooperação internacional, como pode ser observado a partir da adoção de convenções como a de Diversidade Biológica e a de Mudanças Climáticas” (Leite Lopes, 2006, p.35).

A noção de “utilização sustentável” materializada na Convenção da Diversidade Biológica que a define como “a utilização de componentes da diversidade biológica, de modo e em ritmo tais que não levem, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras” (CDB,1992, p.04) abre precedentes legais para articulação da utilização de recursos naturais e a conservação.

O Tratado é um importante marco no direito internacional para a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. É importante enfatizar o reconhecimento por parte da CDB do papel das comunidades tradicionais e

povos indígenas na conservação da diversidade biológica, descrito no preâmbulo da normativa.

“Reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes.” (CDB, 1992, p.06)

O Brasil ratificou a Convenção em 1992 e suas obrigatoriedades foram inseridas ao ordenamento jurídico brasileiro no ano de 2001, por meio do Medida Provisória nº 2.186-16/2001, contribuindo diretamente na construção de políticas dialogantes com as populações que fazem uso equilibrado dos recursos naturais. Todavia assistimos neste momento as disputas em torno da PL (Projeto de Lei) nº 7.735/2014 que propõe a alteração das normas legais que regulamentam a Convenção da Diversidade Biológica, devidamente ratificada pelo Brasil, bem como, o Protocolo de Nagoya, ainda em processo de ratificação.

Como nos informa Diegues (2001) as políticas ambientais desenvolvidas no Brasil e em outros países ditos de Terceiro Mundo, constituíram-se a partir do pensamento conservacionista elaborado nos Estados Unidos. A partir de uma concepção dualista, que separa os humanos da natureza, esse pensamento concebe que a conservação do meio natural está atrelada ao isolamento deste em relação a população. Essa ideologia subsidiou a criação de áreas naturais de preservação restritivas, em que as comunidades são excluídas em detrimento da conservação.

As políticas ambientais caminhavam no sentido da criação de parques e reservas que não permitiam a presença de pessoas. A idealização de uma natureza intocada que não considera a participação das populações tradicionais no desenvolvimento da biodiversidade, tampouco, seus modos de vida que compreendem inteirações socioambientais, potencialmente conservacionistas. Resulta em processos de desterritorialização extremamente marcados pela violência que provoca diferentes conflitos territoriais, pelo impacto direto as condições necessárias à reprodução sociocultural de tais comunidades.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável começa a ser apropriado como ferramenta de diálogo, entre estratégias de conservação (unidades de conservação) e populações que detêm formas específicas de manejo de recursos naturais, consideradas de baixo impacto ambiental. Isto, com intuito de minimizar conflitos de intervenções propostas por organizações e governos em relação as comunidades locais, assim como, legitimá-las como parceiras na empreitada da conservação, visto os desafios para poupar recursos ambientais, em virtude do esgotamento e escassez da natureza em detrimento ao modelo dominante de desenvolvimento.

No contexto dos faxinais, a publicação de levantamentos preliminares sobre o número de áreas de criadouros comunitários, suas condições organizativas e ambientais (Marques, 2004; apud, Souza & Rocha, 2007) coordenados por instituições governamentais como a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER que divulgou em 2004 a permanência de 120 faxinais no Estado. Assim como, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que publicou dois anos mais tarde a estimativa que apresenta a diminuição drástica dos faxinais, resultando estes em apenas 40 áreas de uso comum. Tais dados, fomentam a preocupação estatal sobre a redução estatística dos faxinais. Considerando as comunidades como espaços potenciais quanto ARESUR, reiterando diretamente os faxinais na temática da conservação ambiental. Neste cenário, as ações do Estado do Paraná apresentam-se contraditórias, por um lado é o Estado que protagoniza a preocupação com a manutenção das terras de uso comum dos faxinais, a partir do interesse ambiental. Por outro lado, não detém uma postura efetiva em relação ao direcionamento dos benefícios ambientais às comunidades, como propõe a ARESUR. Tampouco atualiza a compreensão da noção territorial nos faxinais, a partir do entendimento do uso coletivo da terra, tornando-se impedimento ao acesso as políticas públicas, que usam como critério a propriedade da terra, sem que se atentem as particularidades fundiárias dos faxinais.

É, no entanto, a partir dos dados e definições estatais sobre os faxinais que surgem estudos acadêmicos, que abordam os aspectos ecológicos associados a cultura dos faxinais (Sahr & Cunha, 2005; Silva, 2005) evidenciando as comunidades como áreas potenciais para a preservação ambiental. Considerando que o impacto ecológico dos faxinais é muito

menor do que o provocado pela agricultura moderna. Visto que a forma de manejo dos recursos naturais nessas comunidades desde análises biofísicas, ressaltam a conservação da Floresta com Araucária, devido a diversidade e integração de atividades produtivas.

“Com a crescente ameaça à Mata com Araucária através do aumento das áreas da agricultura moderna, acredita-se que os Faxinais, por apresentarem características da formação natural desta vegetação, podem contribuir para a proteção e preservação desta. Por esse motivo, o Sistema Faxinal pode ser visto como uma forma de uso mais sustentável, que preserva a Mata do Pinheiro do Paraná sem renunciar totalmente ao uso deste ecossistema. (Sahr & Cunha, 2005, p.103)

Considero neste estudo, que o silenciamento acadêmico dos faxinais pós ARESUR é despertado pelos levantamentos preliminares dos faxinais e acelerado com o advento da emergência étnica dos faxinalenses, quanto povos e comunidades tradicionais do Brasil. É a partir do ano dois mil que pipocam estudos desde a geografia agrária, a sociologia rural, a história cultural e em menor proporção na antropologia, que apresentam diferentes leituras vinculadas aos temas de etnicidade, territorialidade, conflitos territoriais e problematizam as narrativas sobre faxinais e desenvolvimento.

Um marco teórico para os estudos de história cultural nos faxinais é a tese de doutorado de Magdalena Nerone (2000). A historiadora dedica-se a uma detalhada pesquisa histórica sobre o uso da terra na Espanha e em Portugal buscando similitudes quanto a origem e a implantação das comunidades de faxinais, “com os modelos similares, originários e existentes na Península Ibérica, principalmente com relação a forma de uso da propriedade encontrada nessas regiões” (Nerone, 2000 apud Hauresko, 2012, p. 256). A narrativa da historiadora sobre as práticas presentes nas comunidades de faxinal Meleiro e Salso no município de Rebouças, como festas da religiosidade popular, práticas de medicinas das benzedadeiras, formas de trabalho coletivo, inauguram a produção de estudos de história oral, que registram a ocultabilidade da diversidade de práticas socioculturais faxinalenses na perspectiva da história cultural⁶.

No entanto é na dimensão dos conflitos ocasionados pelas investidas do desenvolvimento econômico de virtude neoliberal, que as comunidades de faxinais são pressionadas cada

⁶ Sobre história cultural dos faxinais ver Campigoto & Bona, 2009; Gapinski & Campigoto, 2010; Benate, Campigoto & Carvalho, 2011; Sochodolak & Maneira, 2011; Campigoto & Nascimento, 2013.

vez com maior intensidade, provocando formas locais de resistências. Desta maneira os estudos que seguem, contribuem para a denúncia das ameaças enfrentadas pelos sujeitos faxinalenses, tais pesquisas extrapolam as práticas culturais e dedicam-se a análise contextual dos faxinais, mediante a estratégia de emergência econômica do país representada na região principalmente pelo avanço dos negócios do campo, como descrevo no próximo sub-item.

1.4 Faces do desenvolvimento e a etnicidade coletiva faxinalense

É no cenário dos conflitos territoriais que os faxinais quanto espaço físico passam a ser dinamizados pela dimensão da territorialidade, mediando o surgimento da coletividade faxinalense, por meio da organização sócio-política dos sujeitos. Neste processo categorias físicas e objetivas até então usadas para definir os faxinais passam a serem ressignificadas através da dimensão simbólica e subjetiva dos sujeitos. A passagem da categoria faxinal para/ao faxinalense é demarcatória desse processo, ela é visível nas práticas do movimento social faxinalense e teoricamente nos estudos atuais sobre faxinais.

Como explica a antropóloga Mayra Lafoz Bertussi (2010), a ressignificação de elementos integrados a relação faxinalense com o espaço vivido, não perde sua importância, pelo contrário, observa-se que sua relevância se estende a dimensões simbólicas de existência coletiva, quanto grupo portador de identidade. Assim, a noção do território ultrapassa a materialidade da terra, sem extinguir sua importância.

Observo que a reivindicação de uma identidade étnica e coletiva dos faxinalenses decorre de dois fatores principais, (1) os crescentes conflitos territoriais enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais, e (2) o contexto nacional de emergência étnica no âmbito das diversidades organizadas ao redor de identidades políticas, que reivindicam diante o Estado políticas da diferença.

O processo de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil instituída pelo Decreto nº 6.040/2007 da Presidência da República concretiza o momento vivido no país. Na esfera estadual, os faxinalenses realizam em 2005 o 1º Encontro dos Povos de Faxinais, momento de criação do movimento social faxinalense, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses que por

meio da mobilização entre lideranças comunitárias, começam um movimento de visibilidade dos povos de faxinais.

Desde então, a APF estruturou nas mais de 30 comunidades pertencentes a 15 diferentes municípios, uma dinâmica organizativa que busca estrategicamente reivindicar demandas em políticas públicas que garantam a manutenção de práticas tradicionais nas comunidades, principalmente o uso coletivo do território. Uma das bandeiras da APF é a operacionalização da ARESUR buscando o cadastro de novas comunidades e o repasse dos recursos provenientes do ICMS-E de forma a contribuir com a preservação das comunidades. Como se observa (Fig.3) quando criada a ARESUR em 1997 o Estado do Paraná no mesmo ano definiu oito áreas nos municípios de Rebouças e Prudentópolis, após essa ação por doze anos não houve o cadastramento de novas áreas. Apenas em 2009 por meio da pressão do movimento faxinalense sobre o governo de Estado e os órgãos responsáveis é que se iniciam novamente os processos para criação de novas áreas, desta vez contemplando uma diversidade maior de municípios como Antonio Olinto, Boa Ventura de São Roque, Irati, Pinhão, Ponta Grossa, São Mateus do Sul e Turvo.

TABELA DE NORMAS RELACIONADAS AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FAXINAIS		
	NORMA	DISPOSIÇÕES
B R A S I L	Decreto de 27/12/2004	Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais
	Decreto 6.040/2007	Cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
E S T A D O	Decreto 3.446/1997	Cria Áreas Especiais de Uso Especial Regulamentado para Faxinais (ARESUR)
	Resolução SEMA 065/1997	Define ARESUR Faxinal Marmeleiro de Baixo e Faxinal Marmeleiro de Cima (Rebouças)
	Resolução SEMA 066/1997	Define ARESUR Faxinal Barro Branco (Rebouças)
	Resolução SEMA 067/1997	Define ARESUR Faxinal Salto (Rebouças)
	Resolução SEMA 072/1997	Define ARESUR Faxinal Paraná Anta Gorda (Prudentópolis)
	Resolução SEMA 073/1997	Define ARESUR Linha Ivaí Anta Gorda (Prudentópolis)
	Resolução SEMA 080/1997	Define ARESUR Faxinal Marcondes (Prudentópolis)
	Resolução SEMA 082/1997	Define ARESUR Faxinal Taboãozinho e Faxinal Tijuco Preto (Prudentópolis)
	Lei 15.673/2007	Reconhece os Faxinais como comunidades tradicionais do Paraná
	Resolução SEMA 048/2009	Cria ARESUR do Faxinal Água Amarela de Cima (Antonio Olinto)
	Resolução SEMA 049/2009	Cria ARESUR do Faxinal Emboque (São Mateus do Sul)
	Resolução SEMA 074/2010	Cria ARESUR do Faxinal Mellos (Irati)
	Resolução SEMA 080/2010	Reconhece ARESUR Faxinal Campestre dos Paulas (Mandirituba)
	Resolução SEMA 081/2010	Reconhece ARESUR Faxinal Meleiro e Faxinal Espigão das Antas (Mandirituba)
	Portaria IAP 28/2011	Prevê criação de Conselho Gestor dos Faxinais da ARESUR por município.
	Portaria IAP 34/2011	Ato Normativo que institui o POP (Procedimento Operacional Padrão) de fiscalização ambiental nos faxinais.
	Resolução SEMA 013/2011	Cancela as Resoluções SEMA 080/2010 e 081/2010
	Lei 17.425/2012	Cria o Conselho Estadual Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná
	Resolução SEMA 018/2013	Cria ARESUR do Faxinal São Roquinho (Pinhão)
	Resolução SEMA 019/2013	Cria ARESUR do Faxinal Bom Retiro (Pinhão)
Resolução SEMA 020/2013	Cria ARESUR do Faxinal Saudade Santa Anita (Turvo)	
Resolução SEMA 021/2013	Cria ARESUR do Faxinal Sete Saltos de Baixo (Ponta Grossa)	
Resolução SEMA 038/2013	Cria ARESUR do Faxinal dos Kruger (Boa Ventura de São Roque)	

Figura 2 - Tabela normas relacionadas as comunidades tradicionais de faxinais. Fonte: A autora (2015)⁷.

⁷ Os dados referentes a legislação estadual, estão disponíveis em <http://www.celepar7.pr.gov.br/AtosNormativos>, acesso: 18 de novembro de 2015.

As demandas na temática ambiental correspondem as diversidades dos faxinais, assim o movimento social está em processo de negociação para criação de três RDS's (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) junto ao ICMBio (Instituto Nacional de Conservação da Biodiversidade) nos municípios de Pinhão e Prudentópolis na região centro-sul do Paraná.

Neste sentido são enaltecidas a riqueza de práticas e saberes relacionados a agrobiodiversidade local manifestadas em várias esferas da vida faxinalense. As particularidades de inteirações com a natureza, reinventadas constantemente pelo sistema de trocas de conhecimentos locais de manejo, e a atualização de dinâmicas organizativas que transcenderam categorias objetivas para a subjetividade identitária. Configura, portanto, uma identidade faxinalense, acessada sempre que o grupo se encontra em situação de conflito e por isso aciona o espaço político da diferença.

Ao falar neste trabalho da importância da identidade étnica dos faxinalenses no contexto territorial, considero que terra e recursos naturais vão além de objetos econômicos ou legais. Pois são elementos com diversidades de significados atrelados as relações sociais dos grupos faxinalenses, presentes na construção de redes de parentesco, na vida comunitária, manifestadas a partir das histórias coletivas (re) criadas e reproduzidas pela coletividade.

Atualmente os faxinalenses estão organizados em diferentes categorias de terras de uso comum, conformadas por práticas coletivas e identitárias. Estimula-se segundo o Mapeamento Situacional dos Faxinais (Souza, 2009) que a população faxinalense é de 40 mil pessoas distribuídas em 227 comunidades de faxinais no Estado. No entanto, o advento de aceleração do crescimento econômico no país, é uma constante ameaça ao modo de vida dos faxinais. As políticas de reorganização de espaços e territórios em detrimento a estratégias de desenvolvimento e conservação de recursos ambientais, resultam em pressões territoriais, controle de recursos naturais, diminuição das áreas de uso comum, chegando a situação extrema de desagregação de espaços compartilhados.

Frente a este processo de desenvolvimento econômico que tenciona a manutenção e existência sociocultural de territórios indígenas e de comunidades tradicionais, seja por empresas multinacionais de exploração de recursos naturais, expansão do agronegócio, aquecimento do mercado de terras, aumento das áreas dedicadas a produção de

monocultivos florestais, execução de megaprojetos estatais e implementação de projetos de conservação da biodiversidade, acirra constantemente conflitos entre concepções locais e globais sobre desenvolvimento e conservação.



Fotografia 2 - Roça de milho faxinalense, ao fundo monocultivo de pinus, plantação que avança sobre as terras de plantar. Fonte: A autora (2015).

Entre as faces do desenvolvimento econômico que de forma violenta afetam diretamente a permanência das comunidades, os faxinalenses colocam-se como protetores da natureza para assim conquistar espaços de diálogo com governantes, afim de conquistar marcos legais que possam subsidiar a continuação do modo de vida nos faxinais. No contexto de conflito causado pelo desenvolvimento indiferente as perspectivas comunitárias, os faxinalenses adotaram e fortaleceram o discurso ambiental, sublinhando seus direitos reconhecidos juridicamente e exaltando as práticas culturais que são benéficas a conservação da natureza.

Sobre a apropriação do argumento ambiental pelas comunidades é importante clarear, conforme explica Carneiro da Cunha e Almeida (2009), que este apresenta-se de diferentes maneiras, e que generalizar as comunidades como conservadoras naturais, mesmo que o natural seja trasladado ao cultural, é simplificar relações muito mais complexas e diversas.

“populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.” (Carneiro da Cunha & Almeida, 2009, p.300)

Os autores apontam três categorias distintas e integradoras para pensar o argumento conservacionista dos povos e comunidades tradicionais. O primeiro é sobre o apoio verbal a conservação, ou seja, a ideologia sem a prática efetiva. O seguinte se observa quando estão presentes tanto as práticas sustentáveis como a cosmologia, ou seja, faz parte dos sistemas de crenças, valores, costumes do grupo. E finalmente as práticas sem a ideologia, quando embora sem um pensamento explicitamente conservacionista, as regras culturais de natureza associadas a densidade populacional e a disposição territorial, são sustentáveis.

Este estudo analisa que os faxinalenses articulam o discurso da conservação a partir da prática presente nas comunidades, vista nas formas locais de produção de alimentos e economias comunitárias, na medicina tradicional baseada em ervas e plantas, na religiosidade que dialoga com o meio natural entre outros elementos que constitui um argumento coerente, potencializado como ferramenta política de interlocução e diálogo com governos e normativas vigentes.

A partir de uma série de mobilizações das comunidades tradicionais de faxinais na esfera estadual, bem como, a participação efetiva na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil possibilitando articulações a nível nacional, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou em 2007 a Lei nº 15.673 ou Lei dos Faxinais como é conhecida, que dispõe sobre o reconhecimento dos faxinais quanto povos e comunidades tradicionais, assim como, sua territorialidade específica.

Diferente que o Decreto da ARESUR que legisla em relação ao faxinal quanto espaço biofísico, a Lei dos Faxinais está direcionada a identidade, sendo que a descrição presente no texto enaltece a conservação dos recursos naturais como traço marcante nos faxinais, fundamentado por práticas integradoras, entre elas o “c) extrativismo florestal de baixo impacto aliado à conservação da biodiversidade.” (Paraná, 2007, p.01). O argumento

ambiental, portanto, faz parte da construção da identidade faxinalense, segundo a normativa:

“Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvo-pastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural.” (Paraná, 2007, p.01)

Assim, a luta por direitos estrategicamente caminha pelo viés da emergência política da identidade étnica e coletiva faxinalense, conquistada pela autoatribuição quanto povos e comunidades tradicionais no Brasil. Os povos de faxinais buscam a visibilidade de um modo de vida camponês que ao longo da história esteve a margem de políticas públicas, e que nos últimos anos coloca-se em discussão a partir de sua diversidade cultural, bem como seu papel na conservação da bio e agrobiodiversidade presente no Bioma Mata Atlântica.

O que estou buscando dizer é que a conservação é política, e é no âmbito político que os sujeitos faxinalenses se apropriaram do argumento ambiental para reivindicarem direitos outros. É na luta por políticas públicas que permitam a efetivação de direitos básicos como o de viver e reproduzir-se culturalmente, que o argumento do movimento social faxinalense enaltece suas práticas imbricadas a seus modos de vida que convergem para a conservação da natureza.

E para isso manejar políticas ambientais tem se tornado uma estratégia necessária para reconhecimento de direitos e avanços na criação de espaços de diálogos entre comunidades e governos. Por outro lado, a rotulagem dos faxinalenses como conservadores natos gera desentendimentos em diferentes escalas de luta política e forma de vida no faxinal, inclusive no entendimento de atores externos sobre suas formas tradicionais de conservar.

Assistimos, portanto, conflitos da ordem socioambiental na aplicação de políticas públicas, ou na ausência delas, de intervenções de outros setores sobre como conservar o faxinal. Tais ações, todavia, demandam análises que possam vislumbrar as complexidades de processos de saber-fazer conservação ambiental e suas implicações.

Considerando que as políticas de conservação ambiental detêm eficaz papel na reserva de recursos naturais para a reprodução do modelo dominante de desenvolvimento econômico. Situando as comunidades tradicionais como cuidadoras de reservas naturais. Enquanto que a natureza é saturada em detrimento as estratégias desenvolvimentistas adotadas por governos de países emergentes, os quais apostam na exploração pouco responsável do meio natural em nome do desenvolvimento econômico, assim como do crescimento econômico.

Como veremos no capítulo próximo as diferentes visões sobre como conservar e manejar a natureza causam conflitos socioambientais, instauradas a partir de relações desiguais de poder que manifestam posturas de entidades, empresas e órgãos estatais legitimadas pela legislação ambiental, políticas públicas e estratégias conservacionistas elaboradas desde fora do faxinal. A análise que segue sobre o Projeto Faxinais contribui para entender práticas e discursos sobre conservação ambiental, que exprimem o bojo de relações envolvidas na construção de naturezas, onde comunidade local e ações globais são interligadas por atores de mediação com diferentes interesses e concepções que contradizem sistemas e regras locais de inteiração com o meio natural.

CAPITULO II

O PROBLEMA DOS ACORDOS COMUNITÁRIOS NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO DO PROJETO

Descrevo neste capítulo as dinâmicas organizativas da comunidade de Faxinal Meleiro, assim como, os acordos comunitários de uso e gestão dos recursos naturais elaborados pelas comunidades de Meleiro, Espigão das Antas e Pedra Preta, as quais compartilham o mesmo espaço de uso comum. Considero importante entender o contexto de elaboração e consolidação dos acordos comunitários para vincular no capítulo terceiro as práticas de intervenção do Projeto Faxinais em relação as regras locais de manejo da natureza. Portanto, o presente texto situa o faxinal como ator-coletivo na esfera micro com a finalidade de contextualizar os desdobramentos locais de estratégias de políticas ambientais, bem como, de políticas de desenvolvimento econômico as quais discuti no capítulo anterior.

2.1 O Faxinal Meleiro

Contornada pelo rio das Antas, afluente da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, a comunidade tradicional de faxinal Meleiro localiza-se aproximadamente a 60 km da capital Curitiba. Pertence ao município de Mandirituba, situado na porção sul da região metropolitana, com população próxima a 22 mil habitantes. O faxinal compartilha as terras de uso comum com as comunidades vizinhas de Espigão das Antas e Pedra Preta, às quais compõe um único criadouro comunitário com extensão de 364 hectares (ver fig.3), onde residem 154 famílias.

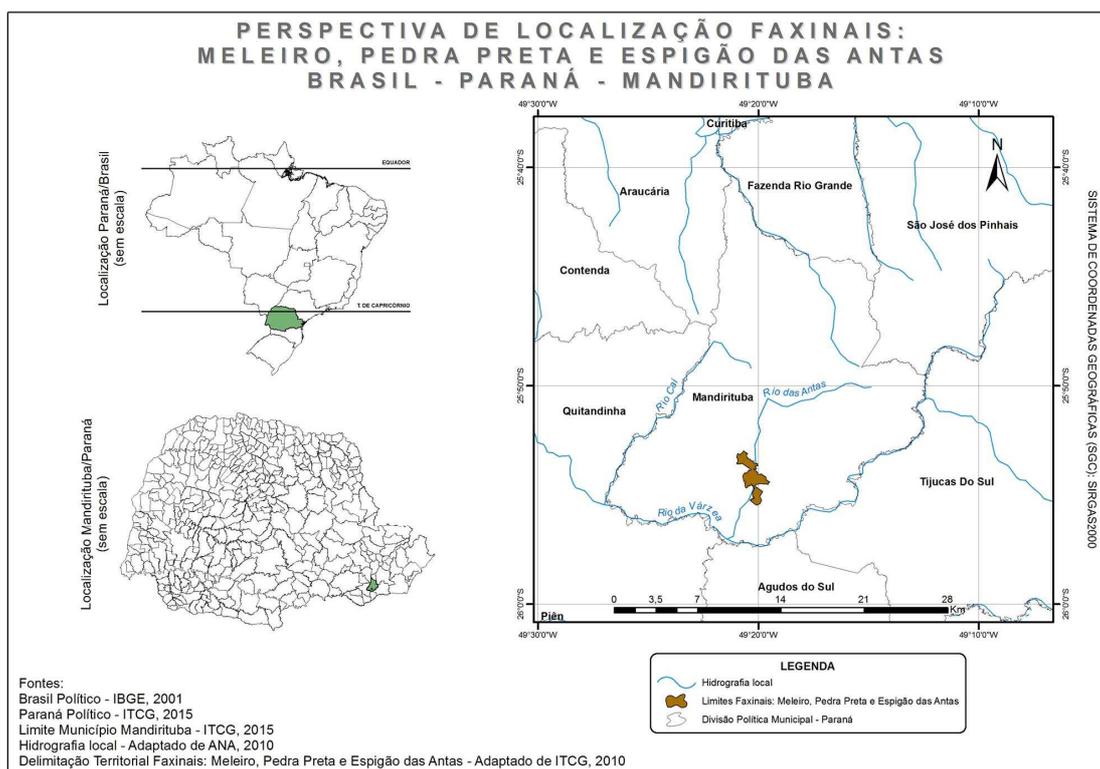


Figura 3 - Perspectiva de localização Faxinal Meleiro, Espigão das Antas e Pedra Preta. Fonte: Oliveira (2015).

As 77 famílias que vivem no Faxinal Meleiro resultam de diferentes processos de ocupação territorial, sendo relevante três situações. A primeira correspondente a população majoritária da comunidade que descende dos primeiros moradores que foram responsáveis pela formação do faxinal-comunidade, dando origem a mais de sete gerações de famílias faxinalenses. A seguinte é o ingresso significativo de pessoas por via de casamento, parentesco ou herança, que figura o perfil das famílias mais jovens no faxinal.

A última situação se refere a afiliação de moradores por meio da compra de áreas de lazer dentro das comunidades, intensificada a partir dos anos 90. Sem relações sociais e territoriais pré-estabelecidas, os vindores⁸ como nomeiam os moradores locais, fazem parte da formação atual e apresentam-se como um conflito em relação ao uso comum das terras. Pelo desconhecimento ou desrespeito ao modo de vida faxinalense, principalmente

⁸ As comunidades têm recebido inúmeros “vindores”. Pessoas que a priori não detém relações de parentesco, herança ou amizade e ingressam pela via de compra de terras para residência ou lazer (Barreto, 2013). Os chacareiros como também são conhecidos em sua maioria são pessoas aposentadas oriundas da capital Curitiba, e buscam nos faxinais um lugar de descanso, em muitos casos não estabelecendo relações de integração com as comunidades.

ao que corresponde ao uso comum de terras de criar, constroem cercas em suas áreas, sendo uma prática corriqueira em suas propriedades a instalação de fechos, o que diretamente resulta na perda ou restrição de acesso ao espaço comum.

Os chacareiros, pouco desenvolvem relações comunitárias no sentido de participação da vida em comunidade. A maioria não permanece em tempo integral no faxinal, sendo este um lugar de final de semana. Para isso, estabelecem relações de trabalho com os moradores para manutenção de suas propriedades. Assim, muitos faxinalenses prestam serviços de jardinagem, limpeza doméstica, cuidado com animais de estimação, reparos e construções nas chácaras vizinhas.

Uma relação marcada por tensionamentos, visto que os vindores estão inseridos dentro do faxinal, efetivando a perda dos territórios coletivos no âmbito da vizinhança, gerando consequências vivenciadas cotidianamente. Ao tempo que fomentam a mão-de-obra do lazer, que por um lado possibilita renda aos residentes faxinalenses na medida que fragiliza laços coletivos em virtude do bem-estar individual. Esta relação entre faxinalenses e chacareiros é complexa, porque opera categorias de negociação dos sujeitos locais que hora reclamam a perda de território para os vindores, ao tempo que também estabelecem com eles arranjos de trabalho por meio de trocas monetárias. Há que considerar que é progressiva a demanda por meios de obtenção de renda que possibilitem a permanência das famílias no faxinal, levando em conta a perda da terra que é o principal meio de produção da economia do faxinal.

Ao longo dos anos inúmeros fatores viabilizaram a inserção de novas práticas sociais e mudanças socioculturais, principalmente na esfera das relações de trabalho e manejo dos recursos naturais. As pressões territoriais aos faxinais apresentam-se em múltiplas escalas além do espaço do faxinal. No âmbito do desenvolvimento rural o pacote tecnológico promovido pelas agências governamentais para a modernização da agricultura a partir dos anos 60, teve como consequência local a adição de sementes híbridas, defensivos e fertilizantes químicos na produção tradicional das roças faxinalenses.



Fotografia 3 - Casa faxinalense no criador comunitário de Faxinal Meleiro. Fonte: A autora (2014).

Os faxinalenses da região provaram de várias faces decorrentes da intervenção do modelo de produção correspondente ao agronegócio, primeiramente pelos financiamentos de empresas privadas para produção de tabaco. A instalação de cultivos de fumo nas áreas de planta diminuiu o tempo dos produtores para dedicar-se aos cultivos tradicionais, assim como o tempo de trabalho necessário às estufas de secagem e seleção das folhas de tabaco, que demandam esforço integral dos faxinalenses para corresponder aos calendários de safra.

Seguido da instalação de aviários (ver foto 4) para produção de aves em regime de confinamento. Essa atividade é marcada pela contradição, visto que o faxinal é um espaço de livre circulação de animais, as empresas as quais as granjas de frangos estão interligadas exigem o isolamento das instalações produtivas em relação aos animais criados à solta. As empresas usam, portanto, o argumento da sanidade sanitária para a exclusão dos animais crioulos para a criação de animais granjeiros. Desta maneira, as famílias que possuem aviários não podem criar galinhas caipiras, porcos ou vacas na mesma área.



Fotografia 4 - Aviário em funcionamento, Faxinal Espigão das Antas. Fonte: A autora (2015).

Ambas atividades ainda presentes no faxinal são conflituosas as práticas tradicionais de produção formadas pela diversificação de produtos e técnicas constituídas por conhecimentos tradicionais associados a agrobiodiversidade. De outro modo, a inserção de serviços decorrente deste modelo em muitos casos é uma das poucas garantias para permanência da família no faxinal, pois gera demanda de trabalho familiar evitando o êxodo rural dos mais jovens. No entanto são poucas as famílias que conseguem manter experiências positivas neste sentido, devido ao aumento de obrigatoriedades exigidas pelas empresas receptoras dos produtos, ocasionando frequentemente o fechamento de granjas e endividamento de produtores.

É significativa a proporção de famílias que produzem hortaliças, leguminosas e grãos para comercialização no CEASA-Curitiba (Centrais de Abastecimento do Paraná) com técnicas de produção convencional, baseadas no uso de insumos adquiridos no mercado de sementes híbridas, adubos químicos e venenos. Os plantios são direcionados ao comércio, que devido a proximidade de Curitiba permite que os agricultores possam vender seus alimentos diretamente na Central de Abastecimento, ou ainda para intermediários, que desde longa data possuem relações comerciais com faxinalenses da região. Nota-se que os cultivos tradicionais das roças faxinalenses; como abóbora, alho, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cebola, mandioca, feijão e milho se mantem em menor quantidade, e são usados para alimentação humana e animal sendo o excedente vendido.

Produtos como berinjela, brócolis, acelga e outras verduras de época são plantados a partir da demanda de comercialização e não ocupam importância na mesa faxinalense, tanto quanto os alimentos associados a cultura nutricional da comunidade.

Segundo o Diagnóstico Socioambiental realizado na comunidade de Meleiro no ano de 2014 pelo Projeto Faxinais, a maioria das famílias que residem no faxinal detêm animais, sendo que destas 57% realizam atividade no criadouro comunitário (Fig. 4). A criação de porcos e aves são as que mais se destacam, sendo também os animais representativos nas relações comerciais e na culinária do lugar. Bastante apreciada regionalmente a carne de porco crioula é procurada nos faxinais, principalmente nas temporadas festivas, possibilitando renda periódica significativa à economia familiar. Assim muitos dos faxinalenses se preparam para vender seus animais nestas datas, sendo uma prática tradicional de comercialização local. Já a venda de galinhas e ovos caipira ocorre de forma permanente entre vizinhos, assim como, para pessoas de fora da comunidade.

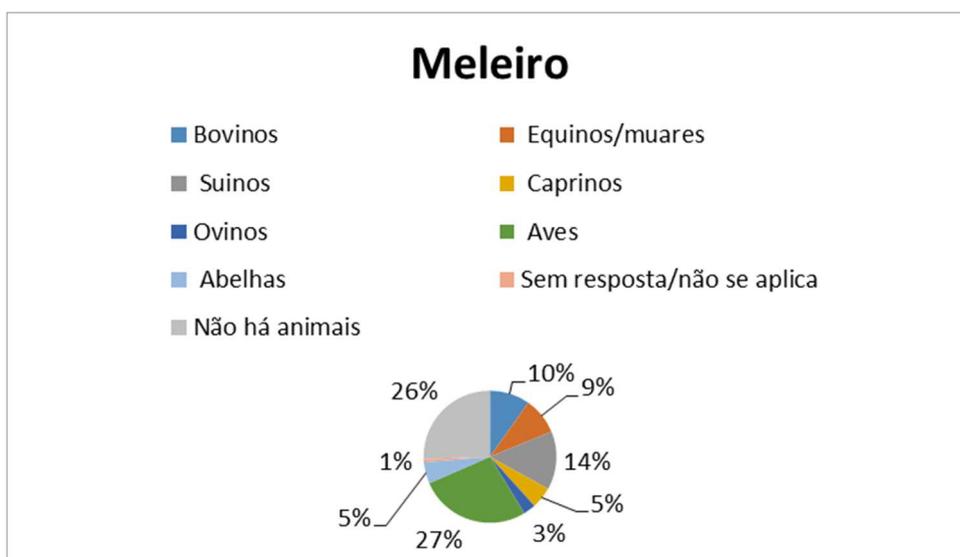


Figura 4 – Gráfico distribuição da produção animal no Faxinal Meleiro. Fonte: Projeto Faxinais (2014).

A criação de animais à solta está diretamente associada as roças de milho, esse fato exemplifica que ademais da separação socioespacial em áreas de criar e áreas de plantar, o faxinal compreende o todo em seu sentido relacional. Para criar animais no faxinal é preciso deter terras de planta a fim de produzir a alimentação complementar destes.

“Tem que plantar porque deixar os bichos com fome não dá. Eu tenho as duas vacas, o boi, três cavalos, tenho três porcas criadeiras e os leitões. Vendi tudo, tinha quatorze, vendi para natal e ano novo e aí levantei 1.600 reais aí já serviu para a despesa. Meu cunhado vendeu 50 leitões e meu sobrinho fio do Loio vendeu sessenta e pouco e ainda faltou. ” (informação verbal)⁹

As linhas de transporte metropolitano cruzam a comunidade nas madrugadas diárias, sendo essenciais para realização de atividades assalariadas exercidas por faxinalenses, os quais diariamente transladam à Curitiba para prestar serviços na indústria e no comércio. Os homens em sua maioria trabalham na atividade metalúrgica, bem como fábricas de montagem. As mulheres além de outras profissões se destacam na ocupação de vagas de diaristas em lares dos bairros centrais da capital. Esse fator é extremamente importante para manter as famílias mais jovens no faxinal. Pois o aumento populacional e a diminuição territorial tornam cada vez mais difícil sobreviver das atividades desenvolvidas tradicionalmente no faxinal, sendo uma estratégia alternar práticas produtivas locais e atividades remuneradas fora da comunidade.

Todavia, o processo de negociação entre atividades que compreendem a esfera externa das comunidades, ditas modernas pelas relações de trabalho constituídas a partir do capital monetário (Bertussi, 2010), combinam-se com práticas tradicionais características do modo de vida faxinalense. Ao tempo que mulheres e homens desempenham atividades que não fazem parte das formas de trabalho, que historicamente estão presentes nos faxinais como o trabalho assalariado na cidade. Estes mantêm a criação de animais à solta, reproduzem em seus quintais e hortas uma ampla variedade de plantas, assim como outras adaptações. Afinal são consideráveis as famílias que não detêm terras de cultura, devido a perda de território e a impossibilidade de aquisição de terras, deste modo é importante observar as práticas de atualização cultural que convergem para a manutenção da vida em comunidade.

Deste modo, as fronteiras entre as cidades e os faxinais marcadas pela paisagem física, se redesenham em relações mais flexíveis, entre o local e o global. No entanto, importa realçar as concepções sobre a liberdade de criar relações. Esta noção transcende a questão dos animais criados à solta, sendo manifestada no direito de ir e vir dentro do criadouro comunitário, nas formas de construir relações e perceber o espaço habitado, como comenta Maria, liderança faxinalense:

⁹ Entrevista concedida por TAL, Emanuel. Entrevista 5. [fevereiro 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2015. 1 arquivo .mov (30 min).

“A liberdade deles [crianças], aqui eles têm uma liberdade de sair brincar e não precisar ter muita hora para voltar e os pais ficar tranquilos porque vão estar na casa de algum vizinho. Agora as pessoas criadas na cidade já nem os teus vizinhos você não conhece muito bem, já não tem como deixar uma criança brincando na rua e pelos perigos também oferecem. Acho que tem muita diferença, aqui eles parecem que eles são mais saudáveis porque aqui eles correm à vontade e lá eles ficam no fechadinho, cada um em seu pedaço de terra, sem liberdade de correr, nem a liberdade de trazer os amigos para dentro da casa porque não tem aquela amizade entre os pais. Tem muita diferença.” (informação verbal)¹⁰

2.2 O puxirão quanto movimento social

No cenário de emergência étnica de povos e comunidades tradicionais do Brasil, fomentado no âmbito da construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil¹¹. Em virtude dos crescentes conflitos territoriais enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais, organizados a partir da reivindicação de identidades étnicas e coletivas os faxinalenses realizam em 2005 o 1 Encontro dos Povos de Faxinais, momento de criação do movimento social faxinalense, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.

A APF estruturou nas comunidades, municípios e regiões de faxinais, uma dinâmica organizativa em forma de caracol que viabiliza o diálogo a nível local, regional e estadual. Assim as demandas dos sujeitos locais amadurecidas são estrategicamente levadas a proposição de políticas públicas, por meio da integração dos faxinalenses a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, além de conselhos estaduais e municipais, buscando pautar as especificidades faxinalenses em temas de saúde, educação, desenvolvimento rural, meio ambiente, etc. A Comissão Local do Faxinal Meleiro é responsável em articular as demandas locais e discuti-las no Núcleo Faxinalense da Região Metropolitana de Curitiba que faz parte da Coordenação Geral do APF.

Em 2009 as comunidades do Núcleo participaram do processo de construção coletiva de um dos fascículos do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil¹² titulado “Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de

¹⁰ Entrevista concedida por TAL, Maria. Entrevista 9. [fevereiro 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Quitandinha, 2015. 1 arquivo .mp3 (42 min).

¹¹ Instituída pelo Decreto n. 6.040/2007 da Presidência da Republica.

¹² Ver www.novacartografia.com/

Curitiba”. A cartografia dos faxinais é uma ferramenta de fortalecimento identitário e denúncia as violências sofridas e enfrentadas pelos faxinalenses na região. A metodologia de elaboração de mapas sociais tem sido experimentada por comunidades de faxinais no Paraná desde 2006.

Para os faxinais de Mandirituba a Nova Cartografia contribuiu para oficializar em 2009 a demanda pela definição dos faxinais de Mandirituba como ARESUR, processo que está em andamento na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Após cadastradas, as comunidades geram ICMS-E (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – Ecológico), repassado do governo estadual para os municípios com objetivo de fortalecer os faxinais por meio de investimento de recursos financeiros para continuidade dos criadouros comunitários.

Os entraves para andamento do processo encontram-se nas relações políticas locais a nível municipal, que insistem em deslegitimar o autoreconhecimento dos faxinalenses como comunidade tradicional, agindo de diferentes maneiras no sentido de desintegrar a comunidade e causar tensões internas entre seus membros. Exemplo dessa situação pode ser observado na ação de líderes políticos municipais, em prol do cancelamento das Resoluções da SEMA número 080/2010 e 081/2010, que reconheciam os faxinais de Mandirituba como ARESUR's. Ambas resoluções foram anuladas por meio da Resolução SEMA número 013/2011, depois da intervenção de políticos locais aos órgãos estaduais competentes.

É neste cenário de transformações sociais embaladas por políticas de reorganização territorial, que as dinâmicas comunitárias do Faxinal Meleiro constituem novas instâncias de organização política como forma de resistência aos processos de pressão ao modo de vida local. É no espaço político que as comunidades reiteram os costumes de utilização e gestão da natureza por meio da legitimação de suas regras locais pelo Estado, conforme apresento adiante.

2.3. Os acordos comunitários

Como forma de gestão coletiva dos recursos naturais como fontes de água, córregos, pastagens, matas, entre outros elementos que compreendem o criador comunitário, as

comunidades buscaram materializar suas regras de uso e manejo do território compartilhado. Historicamente os acordos existem localmente para resolução de conflitos relacionados a criação de animais à solta e principalmente a manutenção das cercas do perímetro do faxinal, que separam as áreas de criar das terras de plantar. Os acordos costumeiramente firmados de forma verbal, recentemente passaram a ser formalizados por meio de assembleias comunitárias, em que são discutidas regras, sistematizadas em atas que posteriormente são registradas em cartório. Como explica João Paulo (informação verbal)¹³:

“Os acordos comunitários para nós é até mesmo a forma que a gente já vinha tendo as práticas, vários itens, mas que não estavam no papel. Então todos os faxinais discutiram a necessidade, até mesmo pela exigência das leis que infelizmente vale mais o que está no papel. Então houve as reuniões para que se fosse elaborado os acordos comunitários e colocado no papel aquilo que a gente já vinha fazendo, das regras que eram seguidas, mas que não constavam escrito. E a prova escrita é mais fácil tornar pública e até na questão de uma demanda é uma prova mais concreta. A regra já vinha sendo seguida desde antigamente.” (informação verbal)¹⁴

Os acordos atualmente dispõem sobre várias questões, que se articulam ao tema da manutenção do criadouro. Assim são firmados compromissos para conservação das cercas correspondentes ao perímetro do faxinal. O impedimento da introdução de plantios de árvores exóticas como pinus e eucalipto, assim como roças nas áreas de uso comum, ações que visam manter a partilha do território e evitar conflitos em relação ao cercamento que individualiza áreas dentro do faxinal e provoca a diminuição do território. A relação com os animais é central ao criadouro, por isso, os acordos proíbem maus-tratos as criações, principalmente o espancamento, por figurar-se como uma violência contra o faxinal. Em casos que os recursos naturais sofrem maior pressão dos animais, devido ao desequilíbrio entre número de animais e tamanho do criador é limitado a quantidade de criações por família. Destacando que detém direito de possuir animais à solta aquelas pessoas que residem no faxinal, mesmo que não tenham propriedade sobre a terra. Conforme João Paulo, liderança local observa:

¹³ Entrevista concedida por TAL, João Paulo. Entrevista 1. [julho 2014]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2014. 1 arquivo .mov (8 min).

¹⁴ Id., 2014, p 51.

“Os acordos são regras de convivência. Tem à mais a questão do amparo jurídico, na questão jurídica tem mais validade, mesmo sendo amparado pelo costume tradicional que vai passando de geração em geração, uma forma de convivência, mas que não estava no papel. ” (informação verbal)¹⁵

O cuidado com a natureza é um princípio norteador das regras locais, decorrente das práticas tradicionais associadas ao uso dos recursos naturais para criação animal e reprodução sociocultural nas comunidades. A partir desta noção é proibido o uso de agrotóxico, desmate e destoca, corte de lenha para utilização comercial, contaminação das fontes de água, entre outras atividades que impactam negativamente ao ambiente, e prevê ações de recuperação de nascentes e direcionamento adequado do lixo. Importante observar que os faxinalenses restringem a permanência de animais criados à solta que ocasionem dano ambiental ou represente ameaça a população, o artigo 11 dos Acordos Comunitários dos Faxinais Meleiro, Espigão das Antas e Pedra Preta proíbe: “manter animais que venham a descascar os pinheiros, comer mudas de pinheiros, matar ou agredir outros animais ou pessoas. ”

A Lei dos Faxinais, subsidiada pela Convenção n° 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre Povos Indígenas e Tribais ao que corresponde ao reconhecimento das regras e formas organizativas internas de grupos sociais auto-identificados como faxinalenses. Reconhece as comunidades tradicionais de faxinais no Paraná, e os acordos comunitários como patrimônio imaterial do Estado.

Dentro das complexidades regulatórias (ver fig.2) dos acordos locais, o Instituto Ambiental do Paraná regulamenta, portanto, a legalidade dos acordos comunitários nos faxinais como norma local para gestão dos recursos naturais. O Ato Normativo é extremamente significativo, considerando que a legislação ambiental vigente, acoplada ao Novo Código Florestal, apresenta inúmeras dificuldades em operacionalizar a atuação dos órgãos ambientais em relação as especificidades dos povos e comunidades tradicionais. A Portaria 034/2011 do IAP define os acordos comunitários como:

¹⁵ Ibid., 2014, p 52.

“Práticas do direito consuetudinário ou costumeiro, consensuadas pelo grupo social faxinalense a fim de garantir o uso comum dos recursos naturais e sua conservação, a manutenção dos bens coletivos e a convivência organizada e harmônica de cada comunidade. Os acordos comunitários são registrados em ata pelo grupo faxinalense envolvido, que deve dispor de uma comissão local para efetivar a gestão participativa do território sob qual incidem os acordos.” (IAP, 2011, p.01)

Em 2010 os faxinalenses de Meleiro, Espigão das Antas e Pedra Preta elaboraram seus acordos de forma coletiva, isto porque, compartilham um mesmo criador comunitário. Os faxinalenses usaram como diretrizes na formulação dos acordos a proibição de desmatamento e uso de agrotóxicos dentro do criadouro; a recuperação e cuidado com as nascentes de água; a permissão de uso do criador e limite de animais dos mesmos. Neste sentido, os acordos comunitários são uma ferramenta importante para gestão coletiva do faxinal, porque sua construção privilegia a participação social aliada ao conhecimento local sobre o território. É uma norma em que os próprios faxinalenses são protagonistas do processo de elaboração e aplicação, e por isso apresenta maior potencial de efetividade.

Todavia, essa ferramenta é pouco acionada na formulação e aplicação de políticas públicas. Como descrevo no próximo capítulo, a intervenção do Projeto Faxinais pouco fortaleceu a dinâmica de organização interna, visto que provocou a sobreposição de normas ambientais aos acordos locais. Não reconhecendo, portanto, as regras comunitárias de inteiração com a paisagem socioambiental como normativa comunitária.

CAPITULO III

AS PRÁTICAS FAXINALENSES DE RELAÇÃO COM A NATUREZA E A IMPOSIÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS NO ÂMBITO DO PROJETO FAXINAIS



Fotografia 5 - Construção bebedouro no Faxinal Espigão das Antas. Ao fundo, veículos do projeto, camionete nissan de uso dos técnicos e camionete toyota disponibilizado para uso da ASAFAXIM. Fonte: A autora (2015).

O que pretendo analisar neste capítulo é a complexidade e dinâmica das práticas faxinalenses de conservação e manejo dos recursos naturais, a partir de suas regras locais de convivência comunitária, ou seja, os acordos comunitários e outras normativas costumeiras, descritos na sessão anterior. A fim de visibilizar os choques, desencontros e sobreposições impostas pelo Projeto Faxinais a partir de suas ações ambientais em muitos aspectos equivocadas ao contexto dos faxinais.

Considero impostas, porque ao mesmo tempo que são consentidas pelos faxinalenses demonstram posturas desiguais de poder, inclusive ao que se refere a tomada de decisão e participação na execução do projeto, o qual não se propõe a dialogar no plano efetivo das ações, sobre as diferenças entre comunidade e intervenção em relação há concepções sobre natureza e sociedade. A postura do projeto é amparada ao arcabouço do discurso técnico-científico usado para legitimar suas ações, assim como, o status da agência patrocinadora visto o poder simbólico representado pela Petrobrás quanto uma empresa do Estado brasileiro.

E como aborda esse estudo, são práticas inadequadas ao contexto faxinalense, porque não dialogam com as práticas existentes na comunidade, fragilizando as regras do costume tradicional, desvalorizando o protagonismo dos faxinalenses na elaboração e gestão de suas próprias formas de manejo territorial, além de onerar a comunidade pela imposição de ações conservacionistas elaboradas desde fora dos faxinais. Clarear, portanto, tais relações de poder e desigualdade se tornam necessárias, a fim de fornecer subsídios para avaliação de intervenções no campo de políticas ambientais, no cenário em que os povos e comunidades tradicionais são cada vez mais cercados pelas estratégias de conservação.

3.1 Projeto Faxinais “preservar o meio ambiente e cultivar uma tradição”

O Projeto Faxinais propõe um conjunto de ações de caráter ambiental, nas comunidades faxinalenses dos municípios de Quitandinha e Mandirituba. O objetivo do projeto é recuperar 129 hectares de áreas degradadas com o plantio de 152 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica e revitalizar 38 nascentes. A meta é contemplar 285 famílias distribuídas nas seis comunidades de faxinais, isto, pelas atividades de educação, recuperação e revitalização ambiental.



Fotografia 6 - Placa do Projeto Faxinais na chegada à comunidade de Faxinal Meleiro. Fonte: A autora (2014).

A comunidade de Meleiro é cenário de muitas das ações do projeto, o escritório operacional está alocado no Barracão da Igreja Católica, o qual foi disponibilizado pela comunidade e recebeu reformas por parte da ONG a fim de abrigar a equipe de campo. É no Meleiro que se realizam parte das atividades internas de planejamento e discussão das ações. Outras definições são direcionadas a sede da GERAR localizada no centro de Curitiba, onde estão situados os coordenadores da ação.

Como se observa no lema do projeto “preservar o meio ambiente e cultivar uma tradição” as ações propostas foram construídas discursivamente em encontro com as especificidades das comunidades tradicionais de faxinais. No entanto, em suas práticas, o projeto reflete uma escolha pela conservação inspirada no reflorestamento, sem considerar as formas locais de conservar, assim como a percepção dos moradores sobre o estado de conservação do faxinal. A proposta corresponde aos interesses do Programa Petrobrás Ambiental, assim o projeto se situa a linha de atuação de fixação de carbono e emissões evitadas com base na: (1) “conservação de florestas e áreas naturais através de manejo sustentável de ambientes naturais com vistas à exploração de recursos não-madeireiros que evitem o desmatamento; sistema alternativo de uso da terra com práticas tradicionais da Região Sul conhecida como Faxinais;” (2) “recuperação de áreas degradadas através do reflorestamento; proteção da biodiversidade, proteção do solo e recursos hídricos; retenção de carbono; banco de sementes e produção de mudas; sistemas de recuperação.” (GERAR, 2012, p.02)

Como tema transversal a educação ambiental voltada à conservação de recursos naturais buscou trabalhar a sensibilização da comunidade ao tema ambiental, a fim dessa aderir as ações de recuperação e revitalização florestal propostas pelo projeto. Ademais de trabalhar a formação de multiplicadores para disseminar valores e práticas preservacionistas, durante e após o término da intervenção, como forma de continuação das ações a nível comunitário.

Os subtítulos a seguir estão organizados em três linhas que correspondem a divisão de atividades realizadas pelo projeto, o primeiro articula as atividades de educação ambiental e as práticas socioambientais presentes no faxinal. As outras duas, revitalização de nascentes e recuperação de áreas degradadas, abordam as ações do projeto e as práticas locais de uso e manejo dos recursos naturais, enfatizando os acordos comunitários de gestão territorial. Destaco o problema do cercamento das nascentes como um conflito para o uso coletivo do espaço compartilhado, assim como, para a noção local de liberdade de criar.

3.2 Educação ambiental e práticas socioambientais faxinalenses

A educação ambiental foi pensada como eixo articulador das atividades direcionadas à conservação, realizadas por meio das ações de plantio de mudas de árvores nativas do Bioma Mata Atlântica em áreas mapeadas pelo projeto como primordiais a revitalização

e recuperação. Isto, a partir da sensibilização das pessoas em relação a problemática ambiental e a necessidade em aderir as estratégias do projeto para a preservação dos recursos naturais. Ao longo de 18 meses, tempo correspondente a $\frac{3}{4}$ do período de execução das atividades, a educadora ambiental com apoio da equipe de campo realizou com crianças e jovens de quatro escolas e colégios, próximos as comunidades e sitiados também nas cidades dos municípios de Mandirituba e Quitandinha; palestras, oficinas, cursos e trilhas interpretativas. Com o público faxinalense, a principal atividade foi os puxirões de limpeza de lixo nas margens dos rios que contornam as comunidades participantes da ação, como Caí, das Antas e da Várzea.

As atividades foram apoiadas pelo material pedagógico desenvolvido exclusivamente para trabalhar a educação ambiental no projeto, foram publicadas três cartilhas, uma dedicada ao público infanto-juvenil e outra ao público adulto. A cartilha de multiplicadores foi distribuída somente ao grupo de estudantes, professores e faxinalenses, que participaram das oficinas direcionadas a formação de multiplicadores. A definição de educação ambiental apresentada na Cartilha Infanto-juvenil que orientou o desenvolvimento das ações nesta área foi o conceito da Política Nacional de Educação Ambiental de 1999, a qual a define como processos de construção de valores e conhecimento, individuais ou coletivos, voltados ao uso harmônico e conservação do meio ambiente. Nas ações foram distribuídos folders de educação ambiental, camisetas, bonés e sacolas retornáveis (ecobag) customizadas do projeto.

No entanto, as atividades de educação ambiental não fortaleceram as práticas e conhecimentos presentes nos faxinais, que convergem para uso equilibrado dos recursos naturais. Tampouco reconheceram a importância do papel dos acordos comunitários na gestão dos recursos naturais, ocultando o papel dos faxinalenses na preservação da natureza. O folder de divulgação define que o objetivo da educação ambiental do projeto é: “sensibilizar sobre a importância da preservação dos recursos naturais como água, solo, florestas, ar e o respeito à biodiversidade.” (Projeto Faxinais, 2014, p.02)

Apesar disso, as práticas cotidianas dos faxinalenses reproduzidas pelo saber-fazer as quais compreendem a esfera do faxinal como um todo, não foram consideradas pelo projeto como benéficas a natureza, dado a ausência destas nos materiais e atividades de educação ambiental. As práticas dos povos de faxinais estão imbricadas nas formas de criar e plantar a alimentação, celebrar o sagrado e construir a vida no faxinal, entendendo estas como relações, entre pessoas, animais e natureza. Sendo a natureza representada

pelos corpos hídricos, as matas e os animais silvestres, elementos que não se plantam, tampouco se criam diretamente pela ação humana, e por isso não pertencem ao domínio da domesticação. Carneiro da Cunha exemplifica esta divisão sobre comunidade e a natureza a partir do universo dos seringueiros.

“Há assim uma radical separação entre o que é explorado na natureza e o que é controlado por homens e mulheres, uma aguda disjunção entre o domesticado e o selvagem. Pode perceber isso, por exemplo, no fato de que não categoria correspondente ao que chamamos de “plantas”: a palavra “planta” existe, é claro, mas refere-se apenas ao que chamaríamos de plantas cultivadas, um significado que parece aliás evidente para quem sabe que “planta” vem de “plantar”. E como as espécies silvestres não são plantadas, como chama-las de plantas?” (Carneiro da Cunha, 2009, p.298)

Para demonstrar essas relações entre faxinalenses e faxinal ressalto algumas práticas que conversam diretamente com a educação ambiental, pensando esta como uma consciência sobre como interagir de forma menos impactante com a natureza. No projeto, os temas centrais abordados na educação ambiental, foram a destinação adequada de resíduos e uso racional da água. Abordo na sequência a destinação dos resíduos, sendo que o tema do uso da água se apresenta acoplado ao subtítulo sobre recuperação de nascentes.

3.2.1 Destinação de resíduos

No Faxinal Meleiro muito daquilo considerado lixo é reutilizado, é o caso dos resíduos orgânicos como sobras de comida e cascas de alimentos, destinados a alimentação dos animais domésticos e do criadouro. A palha de milho, o esterco de galinhas e de vacas, folhas e uma série de matérias que se decompõem são usados para adubar a terra no cultivo de hortas e quintais. O artigo 22 dos acordos comunitários de Meleiro, Espigão e Pedra Preta regulamentam que “os resíduos orgânicos podem ficar nas propriedades para decomposição, mas os recicláveis devem ser encaminhados para os pontos de coleta respectivos.”

Com a inserção crescente de novos produtos industrializados, o acúmulo de materiais descartáveis é crescente. Para os faxinalenses a destinação correta do lixo é uma preocupação estritamente ligada a criação de animais à solta, afinal a ingestão de sacolas plásticas e produtos químicos podem causar a intoxicação de animais levando-os até a morte. Diferente que no espaço urbano, são poucas as comunidades que recebem a coleta de resíduos, no faxinal esta acontece apenas uma vez ao mês, em que a Prefeitura Municipal realiza o recolhimento. Os moradores depositam o lixo seco no ponto de coleta,

uma estrutura de alvenaria construída de forma comunitária que abriga os resíduos, até que a coleta municipal aconteça.

Os acordos comunitários normatizam a responsabilidade dos moradores em zelar pelo faxinal, ao que corresponde ao lixo, o artigo 20 dispõe que “ É dever de cada cidadão zelar pelo espaço correspondente ao perímetro de 50 metros de sua residência ou do fecho, quando este existir, comprometendo-se a efetuar regularmente a limpeza de seu espaço”, isto, se refere tanto aos resíduos quanto a vegetação. Para os moradores a “faxina” que é uma das origens do atual nome “faxinal” consiste na retirada de plantas rasteiras e arbustos dos arredores da vivenda mantendo o sub-bosque, a fim de possibilitar a visibilidade da unidade familiar e evitar que animais silvestres se aproximem da residência, o que também pode ser entendido como um valor estético local que corresponde a paisagem ideal aos faxinalenses. Bertussi (2012, p. 56) em seu estudo sobre o faxinal Espigão das Antas observa que “Esse ponto de vista é interessante se olharmos a *limpeza* do criador como uma forma de cuidado, de zelo com o lugar de moradia. Todavia, ao subsumir a noção de limpo e sujo a um padrão simbólico presente somente nas relações humanas, desqualificamos a ação dos animais nesse processo”.

Os animais são protagonistas dessa limpeza, apresentando uma inversão de valores. Ao tempo que os porcos são qualificados pelas instituições públicas de saúde como animais sujos e para os órgãos ambientais como destruidores da natureza, noções estas reproduzidas pelos chacareiros e outros atores que agem contra o modo de vida nos faxinais. Para os faxinalenses eles são percebidos como animais limpadores do bosque, ocupando um espaço importante para manutenção da paisagem do faxinal. A faxinalense Dona Amélia, quando fala da importância do criador, associa a relevância dos animais, principalmente os porcos, para manutenção da limpeza do espaço compartilhado.

“Eu não tenho criação, a única criação que eu tenho é umas galinhas, não tenho, mas eu acho que sim [sobre a importância do criador], para começa o matagal, se nós não tivermos esses bichos para limpar fora do nosso fechado, vai virá capoeira, um jaivá, e eu gosto da carne do porco crioulo, do boi crioula eu acho que deveria continuar, não acabar. ” (informação verbal)¹⁶

¹⁶ Entrevista concedida por TAL, Amélia. Entrevista 2. [julho 2014]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2014. 1 arquivo .mov (60 min).

Uma prática de trabalho coletivo acionada pela comunidade a partir das demandas de manutenção do criador é o puxirão. Tradicionalmente os puxirões são realizados pelos faxinalenses para construir e revitalizar cercas e valas, roçar beiras de estrada, organizar festas religiosas e demais trabalhos que necessitem a mobilização local e solidariedade entre vizinhos. No caso do lixo os acordos locais preveem a realização regular de puxirões sob a organização da Comissão Local do Faxinal em conjunto com a comunidade.

O último dos quatro puxirões previsto pelo projeto aconteceu no Meleiro em 28 de junho de 2015 com a finalidade de coletar resíduos inorgânicos nas margens do rio Das Antas o qual delimita os faxinais de Meleiro, Espigão das Antas e Pedra Preta. A participação próxima a 100 pessoas foi positiva, em comparação com os números de participantes em demais atividades realizadas pelo projeto. A atividade é a única experiência realizada a partir de uma prática existente na comunidade e talvez o sucesso da atividade não seja uma mera coincidência, mas a relação anterior dos moradores com a prática.

A educação ambiental estimou um número elevado de pessoas envolvidas em suas atividades, a fim de formar um público amplo informado sobre o projeto e temas de preservação ambiental.

“A previsão de público envolvido nas atividades de educação ambiental é de 2.000 pessoas incluindo crianças, jovens, adultos e idosos, estudantes, faxinalenses e lideranças. Estima-se que, deste público total, em torno de 53 sejam considerados como multiplicadores, sendo 15 professores, 4 Diretores, 4 Pedagogo, 15 lideranças jovens e 15 lideranças locais. ” (Projeto Faxinais, 2014)

Os multiplicadores os quais foram denominados “Guardiões da Natureza” foram pensados como agentes que com o processo de capacitação do projeto iriam dominar assuntos relacionados a conservação, como a legislação ambiental, e desta maneira animar localmente o processo de realização do projeto, o que não aconteceu na proporção planejada. O grupo de pessoas que formou o espaço dos multiplicadores em número menor do que o previsto, são lideranças locais que participam de outros espaços como associações, movimento faxinalense e instituições religiosas. Não houve, portanto, em número considerável a formação de novas pessoas. Tampouco a constância destas na dinâmica de formação, assim como em número projetado.

Os Guardiões da Natureza seriam estrategicamente as pessoas que de forma voluntária desempenhariam o papel de sensibilização de outros sujeitos em relação ao projeto e a conscientização sobre práticas ambientais, sendo mediadores das relações entre seus

pares comunitários e projeto, dando continuidade a discussão após término do projeto. Um membro da equipe do projeto interpretou a importância da EA como “o terceiro pé” já que: “ele tem um tripé das ações, ele vai na frente trabalhando essas ações, porque do ambiente, porque de certas coisas, porque tem que preservar, então o projeto entra nessa dimensão. E nós tivemos um compromisso com o patrocinador em trabalhar os filhos, nas escolas e comunidades, então a gente sofreu essas interferências, parada do projeto, greve na escola, e até então porque as pessoas não vêm participar”. (informação verbal)¹⁷

No entanto, o sucesso esperado não foi alcançado em sua profundidade. Durante a realização do projeto houve interferências na programação das atividades nas escolas em decorrência a greve de professores da rede pública de ensino no Paraná no período do primeiro semestre de 2015. De igual maneira, a paralisação do projeto no período de maio a outubro de 2014 para auditoria ambiental e contábil realizada pelo Programa Petrobrás Ambiental. Além disso, observo um certo afastamento da temática dos faxinais nas abordagens de educação ambiental, a metodologia usada nas dinâmicas pouco viabilizou o diálogo, a interlocutora das ações como portadora da voz e do conhecimento provocou o silenciamento das falas e saberes ambientais, que as pessoas trazem em suas trajetórias sobre o lugar onde vivem e como se relacionam com a natureza a partir de seus modos de vida.

3.3 Cuidado com a água e a recuperação de nascentes

A comunidade desde o ano de 2009 realiza de forma associativa a gestão da água que abastece as residências. A APRUME - Associação dos Produtores Rurais do Meleiro, conseguiu mediante a Prefeitura Municipal a perfuração do poço artesiano da comunidade, e assim, estruturaram parte da tubulação, bem como, acordaram taxas próprias para manutenção e abastecimento das famílias no faxinal. As taxas são acessíveis a toda comunidade, mantendo investimento consideravelmente mais baixos que os cobrados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

As regras de uso da água partem de uma consciência local para manutenção da reserva hídrica compatível as necessidades comunitárias. São reprovados localmente, o uso da água para criação de animais fechados, como bois em engorde, desperdício de água que

¹⁷ Entrevista concedida por TAL, Pedro. Entrevista 11. [maio 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2015. 1 arquivo .mp3 (102 min).

incluem desde a lavagem frequente de calçadas até a falta de manutenção de canos que ocasionam vazamentos, com a finalidade de conservar o reservatório de água consoante com a quantidade de famílias da comunidade que se beneficiam com o abastecimento.

A disponibilidade de água na comunidade é abundante. Os animais encontram com facilidade água para beber no criadouro. Mesmo assim, os acordos comunitários preveem a recuperação de nascentes que sofreram pressões a mata ciliar.

As vertentes e olhos d'água, como são nomeadas as nascentes localmente, são lugares sagrados para a realização de batizados e benzimentos. São usadas pelos faxinalenses para abastecimento de casas, para irrigar hortas, saciar a sede dos animais. Por isso, na área de criadouro os acordos restringem o uso de agrotóxicos dentro das terras de uso comum, assim como, a inserção de plantios de pinus e eucalipto, pois ambos agridem no plano biofísico e simbólico os elementos que compõem o criadouro, inclusive as águas, como relata Dona Amélia “agora planta que nós nunca queremos ter na vida é o pinus e o eucalipto, nem que me tragam de graça milhões eu falo leve de volta, que eu não quero. Porque pinus e eucalipto chupa tudo a água, resseca tudo a água, acaba com nascente” (informação verbal)¹⁸.

A revitalização das nascentes assim como as áreas correspondentes à mata ciliar de corpos hídricos ligados ao rio das Antas afluente da Bacia do Rio Iguaçu foram identificadas no Diagnóstico Socioambiental. Realizado nos primeiros meses pela equipe de campo coordenado pela assistente social e pelo técnico ambiental do projeto que visitaram todas as famílias da comunidade, por meio de perguntas direcionadas em formato de questionário, sobre situações sociais e ambientais foram elaborados os dados do relatório socioambiental. Nas visitas domiciliares foram mapeadas as nascentes e áreas degradadas para fins de recuperação. As relações contratuais com as famílias aconteceram de forma individual, a partir da noção de propriedade privada, não considerando, portanto, o uso comum dos territórios, ou ainda as regras da coletividade local como os acordos comunitários.

A Cartilha de Educação Ambiental enuncia que “A equipe do projeto identificou 83 nascentes, das quais 63 necessitam de revitalização. Com espécies diversas de árvores frutíferas, medicinais, aromáticas e ornamentais” (Projeto Faxinais, 2014, p.09). As pessoas foram consultadas sobre a necessidade ou não de recuperar as nascentes, no

¹⁸ Id., 2014, p 60.

entanto, o número final de nascentes a serem recuperadas foi gerado pelo projeto, a partir de critérios definidos pelos técnicos ambientais. No faxinal Meleiro foram mapeadas 36 nascentes, sendo 23 diagnosticadas em bom estado de conservação e outras 13 a serem recuperadas.

3.3.1 Os limites das cercas

A proposta inicial do projeto consistia em isolar as nascentes por meio de cercamento, não sendo previsto a extinção das cercas a fim de adaptar-se as situações contextuais a partir do parecer técnico-ambiental, assim como a autorização das pessoas. A resistência dos moradores em aceitar as condições propostas pela OSCIP principalmente em relação ao cercamento, demandou ajustes e diminuição da extensão das cercas como primeiramente havia sido sugerida pelo projeto conforme as diretrizes do Novo Código Florestal, o qual prevê o isolamento da nascente em um raio de 50 metros. Do mesmo modo que algumas famílias desistiram de aderir a ação ou ainda não aceitaram a recuperação de suas nascentes, conforme justifica Nega “lá [na nascente] ia bem no terreno do primo. E nós não queremos conflito, eu da minha parte se fizesse só o fechado do lado da vertente, tudo bem. Tinha o bebedouro ali fora, mas ali iam deixar muito grande o espaço” (informação verbal)¹⁹. A faxinalense não aceitou a recuperação proposta pelo projeto, porque sua disponibilidade de terra é pequena, além disso o isolamento provocado pela cerca resultaria na diminuição do território do criadouro comunitário.

No diagnóstico as pessoas foram perguntadas sobre a necessidade de cercar as nascentes, os números revelam que somados as pessoas que afirmaram não ser necessário a colocação de cercas e os moradores que não tiveram respostas a pergunta, totalizam 75% da população do Meleiro. Visivelmente, este dado repercute a ausência das cercas no faxinal e a manifestação coletiva de estranhamento em relação a construção de cercas, sem estar informado sobre a retirada dos fechos, depois da regeneração do ambiente considerado pelos atores da intervenção como degradado.

O número total de revitalizações soma 38 nascentes, no faxinal Meleiro foram realizadas doze deste total. A problemática em si, permeia em não respeitar a territorialidade

¹⁹ Entrevista concedida por TAL, Nega. Entrevista 12. [junho 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2015. 1 arquivo .mp3 (54 min).

desenvolvida pelos faxinalenses em relação ao uso do espaço. Construir cercas é construir limites de diálogo na comunidade, se essas são necessárias para a regeneração das áreas que sofreram maiores pressões e por isso apresentam graus de degradação, elas devem, portanto, serem discutidas no âmbito coletivo. Tratar a situação na esfera individual impõe uma conotação territorial a partir da propriedade privada, fragilizando os laços de gestão coletiva dos recursos naturais dispostos no criador comunitário.

Visto a dificuldade em aplicar a legislação ambiental no contexto de singularidade dos faxinais, a Portaria nº 34/2011 do IAP regulamenta a recuperação de áreas afetadas por erosão, assoreamento ou degradação. Pontuando, que o isolamento da área deve permanecer durante a recuperação e logo o espaço deve ser liberado para o uso da comunidade.

A cerca representa fisicamente o impedimento de acesso de circulação de pessoas e animais, instaurando um conflito em relação a diminuição de território do espaço comum. Além disso, no plano simbólico dos conflitos locais, os fechos representam o principal desafio da organização faxinalense, a crescente individualização das áreas principalmente por atores externos ao modo de vida no faxinal que se instalam na comunidade, gera desentendimentos entre vizinhos afetando as redes de reciprocidade comunitária. Os fechos são considerados uma inflação contra o faxinal segundo o POP Faxinais (Procedimento Operacional Padrão), instrumento elaborado no ano de 2010 pelo Instituto Ambiental do Paraná por meio do Departamento Socioambiental em parceria com a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, com objetivo de orientar a atuação dos fiscais ambientais em casos de crimes ambientais nos faxinais.

Todavia o conjunto de leis que amparam as especificidades dos faxinais, além da fragilidade em que se apresentam devido a falta de operadores do direito sensíveis ao modo de vida faxinalense. São poucos os casos que são judicializados, pois os atores envolvidos detêm relações comunitárias que extrapolam a questão do uso comum, como as próprias relações de poder a nível local, configuradas pela religião, parentesco, trabalho e vizinhança, sendo escassas as demandas judiciais que fazem uso instrumental do arcabouço jurídico de povos e comunidades tradicionais. Outro fator é a falta de (in) formação nas delegacias municipais sobre direitos étnicos e coletivos dos povos e comunidades tradicionais, sendo necessário na maioria dos casos a articulação com o Centro Operacional de Apoio Direitos Humanos do Ministério Público Estadual para

conseguir registrar as ocorrências no município, exigindo aos sujeitos uma série de procedimentos para encaminhar as demandas aos fóruns regionais ou somente em Curitiba.

Tendo o IAP participado pontualmente na idealização do projeto, a recomendação do órgão sobre a circulação dos animais à solta, foi a construção de bebedouros fora das áreas das nascentes com intuito de não limitar o acesso dos animais a água. Fato que no momento de instalação das cercas não causou impactos aos animais, devido a disponibilidade deste recurso observado nas lagoas e córregos que desenharam o criadouro.

A OSCIP estabeleceu contratos com os proprietários das áreas nas nascentes. Os termos oneram os moradores em cuidar e limpar as áreas, gerando responsabilidade individual na manutenção das mudas plantadas ao invés de solidariedade coletiva, como praticam os faxinalenses em relação aos temas de gestão territorial. A ferramenta não prevê a retirada das cercas para retorno do uso comum. Tampouco os acordos comunitários foram citados ou enaltecidos, ou ainda atualizados em decorrência do projeto, considerando que os acordos normatizam na esfera da comunidade a recuperação de nascentes por meio de puxirões.

3.4 Inteirações com a mata e a recuperação de áreas degradadas

Entre as inteirações socioambientais na mata faxinalense, e os sentidos da degradação apresentado pelo Projeto Faxinais as comunidades locais. Descrevo nos próximos parágrafos algumas práticas que exemplificam a relação diferenciada, que os faxinalenses detêm com a floresta e a realização da recomposição florestal de áreas realizadas pela ação do projeto interventor.

No faxinal o uso de sementes crioulas associadas a práticas de produção agroecológica, que aliás não levam o nome de agroecologia, por serem práticas culturais de produção, dão origem aos variados alimentos caseiros e crioulos²⁰, que na alimentação dos faxinalenses é um elemento valorado e um marcador identitário. São presentes na alimentação os produtos industrializados comprados em supermercados, as receitas caseiras e os alimentos crioulos que formam a cesta de produtos faxinalenses, tendo como

²⁰ São caseiros ou crioulos, aqueles alimentos elaborados por receitas artesanais, a base de alimentos produzidos nas comunidades. De origem animal ou vegetal, são manuseados historicamente pelas famílias e por isso fazem parte da cultura nutricional local. Levam essa designação pães, broas, compotas, doces, conservas, carnes, bebidas, entre outros alimentos, preparados em casa.

base os alimentos produzidos por eles, como milho, feijão, batatas, mandioca, cebola, carnes, etc.



Fotografia 7 - Mesa faxinalense: café, leite, broa de centeio, queijo, requeijão cremoso, doce de abóbora, carne de gado. Exceto o café, todos os alimentos são crioulos. Fonte: A autora (2015).

A relação com a sociobiodiversidade presente nos faxinais é observada em várias situações e níveis. O extrativismo florestal de folhas, flores, cascas e raízes de espécies florestais corresponde ao tratamento medicinal de pessoas, animais e plantas. As formas de coleta respeitam os ciclos das plantas, as fases da lua, horários do dia, que convergem para a cura de árvores que tiveram alguma de suas partes coletadas, assim como maior concentração de seus ativos. O preparo e aplicação dos remédios, decorrem de saberes e conhecimentos tradicionais acumulados pela coletividade ao longo das gerações, sendo que o acesso é realizado de forma diferenciada. As benzedadeiras detêm um conjunto amplo de conhecimentos sobre plantas nativas, que acompanham bênçãos, simpatias, chás, defumações e banhos, elas mediam a relação das pessoas e da natureza por meio da cura, formada por elementos humanos e não-humanos acionados pela cultura do benzimento.

Muitas árvores são usadas para alimentação animal e humana, principalmente as frutíferas conhecidas localmente como araçá, araticum preto, araticum amarelo, amora branca, amora preta, amorinha, butiá, dormideira, fruta de taquara, fruta de erva-de-São-João-Maria, frutinha-de-pinho, gabioba, jabuticaba, jerivá, juá, ingá, maria-mole, mexerica, pitanga, pinhão, úvalia, entre outras as quais são aproveitadas pelos animais que circulam à solta pelo criadouro. Algumas espécies florestais são utilizadas para fabricação de

ferramentas e instrumentos de trabalho usados para realizar atividades cotidianas, como cabos de foice, de machado, de enxada, de cortadeira. A lenha é um recurso importante para aquecimento dos lares durante o inverno e para preparação dos alimentos no fogão a lenha. Galhos caídos e árvores mortas são recolhidos do criadouro, a fim de serem queimados nos fogões e fornos. Observando que cada espécie dispõe uma relação específica, que inclui uma forma de manejo a partir do conhecimento local da biodiversidade.

A relação com a mata é bastante particular e configurada por uma gama de saberes locais, que podem ser denominados como conhecimento ecológico tradicional. Sendo um fator importantíssimo para a conservação da biodiversidade, presente nos faxinais porque é um saber detalhado do ambiente vivido. Citando a Carneiro da Cunha e Almeida, “Costuma-se chamar de saber ecológico tradicional ao conhecimento que populações locais têm de cada detalhe do seu entorno, do ciclo anual, das espécies animais e vegetais, dos solos etc.” (2009, p.306).

As áreas de interesse do projeto são espaços do faxinal definidos como degradados, ou seja, necessários de recuperação segundo os critérios de avaliação ambiental usado pela ONG. Conforme explica Pedro, um dos coordenadores da ação “ com relação as áreas, mapeando a questão por satélite, o que cada comunidade tinha de área dentro do criadouro, a gente observou, chegou perto de 400 hectares, de áreas que você poderia fazer algum tipo de intervenção, ou total ou menor. Aí nós pensamos em o que coube dentro do orçamento, em trabalhar em 30% das áreas. ” (informação verbal)²¹ A partir dessa perspectiva é que foi definida a meta de recuperação de 129 hectares especializados nas seis comunidades de faxinais da região.

No Faxinal Meleiro foram plantadas aproximadamente 14 mil mudas de espécies florestais distribuídas em quase dez hectares de áreas. As 18 parcelas de áreas recuperadas pertencem a 13 moradores, sendo um dos terrenos de posse da APRUME. As autorizações para o plantio foram negociadas pelos técnicos do projeto de forma individual com os proprietários das áreas. É interessante destacar que as relações fundiárias no faxinal foram intermediadas em sua maioria por homens, apontando uma divisão de gênero em relação a temas e trabalhos, sendo que as questões envolvendo terra e propriedade historicamente

²¹ Id., 2015, p 62.

são dominadas por homens, visto que permeia relações de poder e transações econômicas. Assim, observo que na comunidade apenas três mulheres, sendo duas delas viúvas, se apresentam como responsáveis pelo processo de autorização-negociação de quatro áreas com o projeto, enquanto que os homens responderam pelas outras 14 parcelas.

Como explica um dos faxinalenses representantes da ASAFAXIM que acompanha diretamente o plantio das áreas: “para que não fosse cercada toda a área, que para nós seria perda de território, está sendo feita a proteção muda por muda” (informação verbal)²². A fim de não causar restrição de acesso as áreas como aconteceu na revitalização de nascentes, cada muda recebeu a proteção de uma tela plástica que permite a passagem de água e ar, sustentada por três varas de bambu que formam um pequeno cercado ao redor da planta. A inserção das telas tem como objetivo evitar que os animais causem alguma intervenção no crescimento das plantas até que estas se fixem ao ambiente.



Fotografia 8 - Cercamento de mudas para recuperação de áreas no Faxinal Meleiro. Fonte: A autora (2015)

A metodologia é um experimento pensado pelo projeto, a partir do contexto encontrado nos faxinais em relação as criações soltas. Este aspecto é positivo, pois mostra que o corpo técnico buscou adaptar-se a realidade faxinalense tendo em conta a presença dos animais

²² Entrevista concedida por TAL, João Paulo. Entrevista 7. [junho 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2015. 1 arquivo .mov (30 min).

e a curiosidade do porco sobre qualquer elemento no criadouro, com isso dificultando o plantio das mudas sem isolamento em todas as parcelas definidas como passíveis de recuperação. A técnica não foi experimentada antes e, logo nos primeiros dias observei durante caminhadas pelo faxinal algumas telas rompidas e caídas. A preocupação é o potencial passivo ambiental que pode ser gerado pela a ação, assim como a responsabilidade em retirar as telas depois do encerramento das atividades, tendo em conta que o projeto finaliza em dezembro de 2015 e não prevê em suas metas a monitoria e retirada das telas das comunidades.

A permanência das telas no faxinal impacta diretamente os princípios locais sobre a destinação correta dos resíduos inorgânicos que contaminam tanto os recursos naturais, quanto os animais do criadouro. Por outro lado, a geração de passivo ambiental configura uma contradição de valores por parte do projeto, assim como pela ONG que é sua idealizadora e executora. Os princípios ambientais da organização foram argumentos usados para conquistar o patrocínio da Petrobrás, segundo descrito no corpo da proposta do projeto.

“A GERAR é uma organização constituída com ideal ambiental de: disseminar práticas e valores ecológicos, promover valorização e preservação dos recursos naturais (solos, água, biodiversidade), identificar e divulgar novos padrões de consumo, fortalecer o respeito e preservação da vida em quaisquer de suas manifestações, especialmente nas biodiversidades florestais, resultando em implicações positivas no clima e nas comunidades e, sobretudo levar a uma nova consciência ambiental.” (Projeto Faxinais, 2012, p.04)

Como um projeto de cunho ambiental pode gerar passivo ambiental para as comunidades por ele “beneficiadas” por serviços ambientais? Essa questão abre precedentes para pensar em duas situações, a primeira sobre a transferência de responsabilidade da ONG para a comunidade. A falta de planejamento de medidas que possam reverter essa situação, faz que o término do projeto desonere a responsabilidade dele sobre seus desdobramentos, e assim os faxinalenses que independente do projeto reproduzem seus modos de vida neste espaço terão de alguma maneira que lidar com o novo problema ambiental apresentado pelos visitantes temporários. Em seguida podemos observar que o problema gerado pode ser analisado como uma estratégia para prorrogar os prazos de execução da proposta, ou ainda buscar novos recursos para solucionar o passivo ambiental criado pelo próprio projeto, o que não seria um mal negócio em decorrência da alta do mercado da conservação por meio da produção das necessidades de serviços ambientais atrelado ao discurso do desenvolvimento sustentável.

3.5 Gestão compartilhada do viveiro de mudas

Na comunidade vizinha de Faxinal Espigão das Antas o projeto construiu um viveiro para melhoramento de mudas nativas resgatadas de outros espaços do faxinal e para produção de mudas a partir de sementes selecionadas de árvores no criadouro, isto com a contratação de mão-de-obra da comunidade. A previsão é que o viveiro forneça cerca de 50 mil mudas do montante de 152 mil usadas pelo projeto na realização das atividades de recuperação ambiental. A iniciativa partiu da demanda do projeto e da preocupação do mesmo em deixar uma estrutura capaz de gerar renda à comunidade, por meio de atividades sustentáveis, tendo em vista o potencial do mercado de mudas e sementes de espécies nativas do bioma.

Para operacionalizar a compra de mudas da comunidade, em agosto de 2014 foi criada a ASAFAXIM (Associação Articuladora dos Faxinalenses da Metropolitana). O projeto necessitava de uma organização jurídica faxinalense no âmbito intermunicipal para gestar de forma compartilhada o viveiro, conforme disposto no contrato com a patrocinadora Petrobrás. A formação da Associação foi apoiada estruturalmente pelo projeto, mas devido aos prazos do cronograma seguido por ele, não proporcionou tempo para discussões mais amplas com as bases das comunidades envolvidas, sendo que as lideranças que formam o Núcleo Faxinalense da Metropolitana da APF abraçaram a formalização da organização.

Para as lideranças locais a Associação é um espaço potencialmente interessante para articular as demandas dos faxinais na região, pois trata-se da representatividade faxinalense amparada a uma instituição jurídica, sendo possível a própria organização dos faxinais participar de chamadas públicas para investimento nas comunidades, dada a escassez de experiências neste sentido. Sendo recorrente que ONG's disputem as chamadas públicas e realizem parcerias com os faxinalenses que nem sempre ocupam os espaços de decisão. Na esfera do movimento faxinalense a ASAFAXIM é a primeira organização jurídica faxinalense intermunicipal, ou neste caso, a nível de núcleo organizativo do movimento social. Sendo que existem inúmeras associações faxinalenses de abrangência comunitária ou municipal.

João Paulo, um dos atores faxinalenses centrais na instituição da nova organização dos faxinais, ressalta a expectativa sobre a geração de renda para as famílias locais por meio

da parceria com o projeto, igualmente na produção futura de mudas por meio do acesso direto a comercialização de mudas nativas.

“Veio até mesmo gerar renda não só para a Associação, mas para as pessoas da comunidade que tem interesse em estar trabalhando, só para questão deste projeto [Projeto Faxinais] agora, tem a demanda da Associação produzir e entregar cerca de 50 mil mudas. Terminado o projeto a ideia nossa é continuar com o viveiro produzindo mudas, porque a gente sabe que a procura é bastante grande, quando trata-se de mudas nativas. A ideia da gente é continuar tocando o viveiro e produzindo mais mudas. A ideia é fomentar mais recurso pra comunidade, na questão da erva-mate, com pouco tempo já pode ser feita a colheita e acrescentar renda para as famílias.” (informação verbal)²³

A proposta de gestão compartilhada do viveiro entre associação faxinalense e ONG não foi realizada no campo de tomada de decisões. Por mais que seja evidenciado no discurso do projeto a participação comunitária, esta aconteceu no sentido de assistir as atividades, mas não de efetivamente fazer parte da elaboração, execução e avaliação dessas. Apenas no décimo quarto mês de realização do projeto é que se iniciou a dinâmica de reuniões semanais com parte da equipe de campo e coordenação da ASAFAXIM, com objetivo de encaminhar atividades para o viveiro. A pauta deste espaço quando acompanhada por mim nos meses de janeiro a março de 2015, estiveram voltadas as demandas do projeto, repassando responsabilidades e operacionalização de ações para Associação, sem refletir de forma coletiva as ações que estavam acontecendo. A ausência de diálogo no sentido de corresponder as angústias da comunidade que indagou em vários momentos sobre a transparência financeira das ações, assim como, sobre a forma de realização das atividades, teve como retorno a neutralização do diálogo proposto. Configurando um espaço de tensões em que a postura de imposição era notável a partir da justificação das ações por aquilo que já estava escrito, isto é, aquilo contratado pela Petrobrás sob a afirmação da impossibilidade de nenhuma alteração devido as questões burocráticas do contrato. Vejo que, a adaptação das metas à realidade local tem como limitante os compromissos firmados com a patrocinadora diante o contrato e suas burocracias, todavia a falta de acolhimento das reivindicações locais é uma postura política no sentido de não mudar as estratégias de realização da intervenção. Sendo que o grupo criador do projeto em suas práticas demonstra que a mudança deve ocorrer na forma em que os faxinalenses

²³ Id., 2015, p 69.

concebem o projeto e não na forma que os atores da ONG idealizaram sua ação, conforme evidencio na próxima sessão.



Fotografia 9 - Reunião Projeto Faxinais e ASAFAXIM, Barracão do Faxinal Meleiro em 20/02/2015. Fonte: A autora (2015).

Os atores locais, representados por homens (Foto 9) e uma mulher, os quais formam a ASAFAXIM apostaram na parceria com o projeto pelo retorno financeiro que este proporcionou a Associação, bem como, pela estrutura do viveiro capaz de viabilizar uma atividade econômica as comunidades a partir de recursos existentes no criadouro. No entanto, a Associação assumiu trâmites burocráticos e relações de trabalho com remuneração financeira com pessoas das comunidades, o atraso de repasse de recursos pelo projeto acarretou e contratempos entre faxinalenses, devido a mudança na maneira de relação, que agora se apresenta também de forma monetária. Outro fator complicado corresponde ao cronograma de produção de mudas totalmente incompatível com a realidade. Os faxinalenses não conseguiram produzir o montante estimado de mudas contratadas pelo projeto, sendo obrigados a recorrer a outras estratégias para atender o compromisso firmado.

A produção de mudas não saiu como o planejado por questões técnicas devido a ausência ou ineficácia de técnicos responsáveis pelo viveiro, tal como os desafios temporais para a produção de mudas, visto os próprios ciclos de germinação das sementes que demandam tempo para alcançarem o ponto que as plantas estejam em tamanho e estado adequado

para serem transferida para as áreas de plantio. Sem contar as chuvas e contratempos logísticos que também interviram neste processo.

No entanto o viveiro hospedou centenas de mudas resgatadas pelas comunidades. O resgate orientado em oficinas práticas oferecidas pelo projeto, consiste na coleta de mudas nas próprias áreas dos faxinais, as mudas são transportadas para o viveiro onde recebem substrato, irrigação e demais cuidados para melhoramento e crescimento da planta. Essa técnica foi disseminada nas comunidades e causou boa repercussão, afinal as árvores estavam no faxinal e foram mudadas de áreas o que facilita o processo de cuidado com a planta, diferente do percurso de produção desde a semente.

Construído em forma de puxirão, muitas das atividades do viveiro ficaram a cargo das lideranças das comunidades que acumulam cargos de outros espaços organizativos, tais como, do movimento faxinalense, associações comunitárias e instituições religiosas. O tempo das metas do projeto não permitiram discussões mais profundas sobre a formação da associação, assim muitas das famílias não tiveram o conhecimento, tampouco informação sobre a nova entidade local, sendo um desafio das lideranças locais tornar a Associação uma organização acessível as comunidades faxinalenses da região metropolitana.

Com isso, os líderes da luta política dos faxinais na região, dado os compromissos assumidos com o projeto, adiaram pautas locais como o processo de cadastramento dos faxinais de Mandirituba quanto ARESUR, devido ao aumento de atividades acumuladas por estes. As reuniões mensais do Núcleo Faxinalenses foram substituídas pelas reuniões da ASAFAXIM. Noto que, a articulação política local foi fragilizada pela ação do projeto, em detrimento as pautas colocadas pela ONG as lideranças das comunidades. Por outro lado, analiso que a experiência contribuiu para a formação de um espaço jurídico representado pela Associação, que detém potencial para desenvolver atividades de acordo com os anseios faxinalenses nos próximos períodos.

3.6 Considerações

A aproximação tomada neste estudo é que o enriquecimento de áreas no faxinal tem seus aspectos positivos, considerando que contribuirá para a biodiversidade no faxinal, analisando a diversidade de cerca de 60 espécies florestais do Bioma Mata Atlântica inseridas nos plantios de árvores nativas. A variedade de mudas compreende plantas medicinais, frutíferas, ornamentais além de ser em maior número mudas de erva-mate e

pinheiro-do-Paraná. A escolha por tais espécies reflete o uso tradicional da comunidade e futuro benefício desta, seja pela alimentação dos animais como nos informa o interlocutor da Associação “estão sendo plantadas bastante frutíferas, quando elas começarem a produzir vai ser bom para o rebanho animal, os animais vão se alimentar destas frutíferas” (informação verbal)²⁴ assim como, a comercialização da erva-mate existente em algumas das comunidades e em outras o desejo de voltar a realizar o extrativismo, dado o envelhecimento dos ervais na região.

O projeto em seu discurso enaltece o legado da geração de renda, que é um princípio da agência executora. O viveiro é uma atividade que esse valor se aplica, no entanto, em uma proporção bastante pequena visto o montante de recursos e ações manejadas pelo projeto. Os trabalhos contratados das comunidades ficaram restritos a mão de obra pesada de forma temporária e remunerada por diárias. Assim muitas das pessoas das comunidades não aderiram a essa forma de trabalho, tendo o projeto que buscar pessoas nos bairros de Curitiba e atraindo até mesmo trabalhadores de São Paulo para fazer cercas, plantar mudas, construir bebedouros. Segundo Dona Amélia a expectativa de trabalho fomentada na comunidade enunciada como “geração de renda” não foi correspondida pelo projeto conforme o entendimento da comunidade.

“Eles se empolgaram, se empolgaram mesmo, tivemos bastante gente na primeira festa²⁵ [Seminário Lançamento Projeto Faxinais], e aquele boato saiu que a gente ia ter emprego, só que a gente não sabia a forma de emprego. Por exemplo, o menino que mora comigo, ele ficou empolgado desse emprego que estava vindo, estava a ponto de pedir um emprego, pensando que tinha uma vaga para ele no escritório, mas não era bem isso, o emprego que tinha era no viveiro para plantio de árvore.” (informação verbal)²⁶

Apesar das inúmeras contradições e frustrações de ambos atores envolvidos neste processo de intervenção, o que quero destacar é a existência de regras locais para encaminhar as problemáticas de uso e gestão dos recursos naturais compartilhados. Os

²⁴ Ibid., 2015, p 69.

²⁵ A programação do Seminário de Lançamento do Projeto que aconteceu em fevereiro de 2014, seguido de Seminário de Prestação de Contas que ocorreu em dezembro do mesmo ano e o Seminário Final em dezembro de 2015 foi construída de forma festiva. Desta maneira, alguns moradores se referem a estes eventos como “festa” pelo caráter de confraternização configurada por churrascada, feiras, entrega de brindes e certificados, sendo ausente momentos de avaliação e planejamento das atividades que se resumiram em apresentações breves sobre metas alcançadas pelo projeto.

²⁶ Entrevista concedida por TAL, Amélia. Entrevista 4. [julho 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2015. 1 arquivo .mp3 (83 min).

acordos comunitários claramente materializam a atenção dos faxinalenses ao equilíbrio da natureza por eles manejada. Existem, portanto, medidas comunitárias para o cuidado com as águas e matas do faxinal e que estão atentas aos impactos ao criadouro ocasionado por pressões territoriais desde fora, como a inserção de agrotóxicos e monocultivos florestais decorrentes do modelo de produção do agronegócio, assim como o aumento dos resíduos devido as mudanças culturais que ocorrem na comunidade em decorrência da integração desta com as cidades da região e a proximidade da capital do Estado. Assim, observo que os acordos buscam tratar o tema dos recursos naturais não de maneira isolada, como o projeto o faz, pensado em uma estratégia de conservação sem analisar o contexto dos faxinais quanto resistência, atualização e negociação de práticas que configuram o modo de vida tradicional faxinalense.

Quando o projeto não acolhe em suas ações os acordos comunitários este inflige a territorialidade faxinalense, separa a cultura da natureza como elementos isolados, e impõe práticas que não dialogam com a realidade local. Não reconhecer a soberania das regras locais é uma postura etnocêntrica em relação ao modo de vida nos faxinais. Inclusive dentro das formalidades da lei os acordos comunitários são considerados “soberanos para determinar as práticas dos faxinalenses, devendo prevalecer e servir para dirimir todas e quaisquer dúvidas referentes à fiscalização ambiental.” (Paraná, 2011, p.03)

Analisando, que são muitas as categorias colocadas em cheque pelo projeto que não beneficiam os discursos e práticas comunitárias de uso e manejo do território quanto uma comunidade culturalmente diferenciada. A escolha do projeto em trabalhar com as famílias a partir da noção de propriedade privada em detrimento ao uso coletivo normatizado pelos acordos comunitários, implica nas relações territoriais nos faxinais que apresentam diferentes arranjos fundiários como a propriedade, a posse e a terra cedida. Ceder ou favorecer (favor) corresponde a um número significativo de pessoas que detêm residência no faxinal, porque receberam a doação de terreno por parte de vizinho, parente ou ainda de moradores mais antigos que possuem uma parcela maior de terras de herança. Desta maneira, qualquer intervenção no território que não contemple a gestão local do espaço de uso comum, interfere na vida das pessoas que detêm relações identitárias com o criadouro e não se articulam somente pela noção da propriedade da terra como forma de ser e viver no faxinal.

CAPITULO IV

DIFERENTES CONCEPÇÕES DE CONSERVAÇÃO: LÓGICAS DO PROJETO FAXINAIS E DOS FAXINALENSES²⁷

Como descrevi no capítulo anterior, existe uma divergência de ideias sobre o que constitui conservar recursos naturais e as formas de levar adiante dita tarefa. Igualmente, as formas em que atores externos elaboram estratégias de conservação ambiental, suas concepções da comunidade e os processos locais de negociação e resistência, oferecem novas formas de entender as contradições de estratégias contemporâneas de conservação e desenvolvimento a nível local e global.

Garrido (2009) descreve que a percepção ambiental em relação a uma mesma natureza se apresenta de diferentes formas “La percepción, la mirada y su relevancia cognitiva, hace que la interpretación de un mismo paisajen sea diferente según la persona y el colectivo que lo active. Un mismo territorio, un mismo entorno, una misma naturaleza será pensada y percibida de distinta forma.”

Assim podemos entender a percepção como formas de racionalidades ambientais manifestadas por práticas, ideologias e discursos que representam os sentimentos e imaginários destes autores em relação a eles mesmos, e em relação a outros atores envolvidos no processo, sobre condições e práticas de conservação da natureza. Tais percepções podem estar imbricadas em políticas públicas, políticas ambientais, direitos de povos e comunidades tradicionais, entre outros elementos que se fazem transparentes nas relações entre faxinalenses e Projeto Faxinais.

As formas de conceber conservação ambiental derivam de vários processos, como as trajetórias pessoais de cada sujeito-ator, no caso do projeto os atores que o representam estão inseridos no contexto da justificação do saber ambiental a partir do conhecimento

²⁷ Parte das reflexões deste capítulo foram publicadas nos anais da XI Reunión de Antropología del Mercosul (RAM), que aconteceu em Montevideo (Uruguay) entre os dias 30 de novembro a 05 de dezembro de 2015. O artigo intitula-se “Concepções de conservação e manejo ambiental: o Programa Petrobras Ambiental na comunidade tradicional de faxinal Meleiro, Paraná” autoria de T. Lewitzki e A. de La Peña García.

técnico-científico articulado a legislação ambiental. Este valor pode ser observado na criação da necessidade de recuperação ambiental, em que a degradação é vista por critérios biofísicos sem considerar o contexto de ocupação e formas de vida dos moradores locais, valorizando o espaço quanto elemento físico, onde se oculta as espacialidades humanas e animais. Enquanto que os faxinalenses percebem a comunidade como um espaço preservado, a partir das inteirações socioambientais que não isolam a natureza do modo de vida local.

Neste capítulo contraste essas visões de conservação e desenvolvimento local, através das experiências e relatos dos atores envolvidos na intervenção, a partir das narrativas de técnicos da equipe de campo e faxinalenses, além dos materiais produzidos pelo projeto, como o diagnóstico socioambiental, cartilhas, panfletos e placas. Com isso, comento relações entre escalas globais e locais com intuito de analisar as esferas em que se constroem as demandas e justificações da narrativa do Projeto Faxinais, diretamente associada as políticas ambientais e de desenvolvimento.



Fotografia 10 – Seminário de Lançamento do Projeto Faxinais, Faxinal Meleiro em fevereiro de 2014. Fonte: A autora (2015)

O conteúdo está estruturado em três eixos de análise, no primeiro enalteço os relatos sobre a criação da necessidade de conservar, assim observo como se constrói a narrativa sobre a precisão da elaboração e execução do projeto que corresponde as políticas ambientais globais. Artigo a esse tema, as diferentes opiniões que giram em torno da conservação

ambiental, a diversidade de formas de conceber a natureza, a conservação e o desenvolvimento. Finalizo, portanto, com o tema do papel das pessoas na conservação, qual é a importância dos humanos e como suas práticas são transformadas pela intervenção do projeto.

4.1 A construção da necessidade da conservação ambiental

“O Projeto Faxinais teve assim um dado bem interessante, a GERAR como ela não é autossuficiente em recursos, ela busca editais, chamadas públicas, para determinadas linhas de ação, e a gente, quando a Petrobrás lançou o edital socioambiental em 2012 em nossa reunião que se chama chuva de ideias, como a gente vai conceber ou escrever um projeto, que o patrocinador se interesse pelo que você está escrevendo, quem está lendo, para que seja contemplado, claro pra depois você fazer esse investimento. Essa até foi uma ideia minha que levei, baseado que eu tinha olhado, lido assim algumas coisas sobre os faxinais, e o edital ele contemplava, até priorizava povos e comunidades tradicionais, e daí eu pensei no Paraná, tudo bem nos temos indígenas, temos a questão do negro, tem comunidades quilombolas, poucas mas têm, e daí eu achei interessante a questão dos faxinais que são várias comunidades que têm e eles estavam sendo inseridos nesta questão dos tradicionais, então eu levei essa ideia para o grupo e começamos a pesquisar né, ter um olhar diferente sobre esses povos, aí a gente conversou com pessoas ligadas à área, do IAP, e elas também acharam muito interessante que era a necessidade de fazer essa recomposição florestal nessas áreas dos faxinais, até porque curiosamente a gente observava que eram povos meio esquecidos por questões de políticas públicas.” (informação verbal)²⁸

Na narrativa sobre a idealização do projeto, Pedro um dos coordenadores da ação descreve o processo de construção da intervenção. Com formação acadêmica em economia e longa trajetória em trabalhos de desenvolvimento regional por meio de geração de renda fomentada por projetos na ONG, assim como participação laboral no governo estadual, o interlocutor ressalta alguns pontos importantes para análise do espaço da criação da necessidade da recuperação ambiental nos faxinais.

Se analisarmos desde uma perspectiva macro, uma questão relevante são as políticas globais sobre meio ambiente, representadas principalmente por tratados internacionais. No cenário de problemas ambientais contemporâneos, tais políticas têm priorizado ações ao redor das mudanças climáticas e da perda de diversidade biológica. Tendo como marco normativo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, informalmente conhecida como Cúpula da Terra, realizada no Rio de

²⁸ Id., 2015, p 62.

Janeiro em 1992, seguida do Protocolo de Quioto firmado em 1999 pelas Nações Unidas, o qual estabelece Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) como ações a serem adotadas pelos estados, com a finalidade de reduzir emissões para mitigar mudanças climáticas. O MDL tem impulsionado o mercado internacional de créditos de carbono em países em desenvolvimento, a fim de que os países desenvolvidos cumpram cotas de redução de carbono por meio da compensação de retenção de gases de efeito estufa, em países em desenvolvimento. Neste sentido, governos e empresas transnacionais têm financiado projetos de sequestro florestal do carbono, para obter créditos de carbono, visando compensar parte das emissões. No Brasil, por outro lado estão as empresas, sociedade civil, ONGs e governos, interessados em hospedar projetos com o intuito de obter esses recursos para variados fins, assim como empresas potencialmente emissoras de CO₂ como as do ramo energético como a Petrobrás, que diante da perspectiva de uma regulamentação efetiva das emissões, tem tomado medidas voluntárias para redução e compensação (Chang, 2004).

É neste cenário de políticas ambientais globais firmada a nível internacional, que na esfera nacional se observa o Programa Petrobrás Ambiental que tem como uma de suas linhas de patrocínio e financiamento, projetos na linha de retenção de emissões evitadas. Dentro dessa temática, a GERAR, como uma organização da sociedade civil de interesse público, atua em projetos em MDL, em seu eixo de intervenções ambientais, sobretudo em ações de reflorestamento.

No contexto de precariedade e inexistência de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais, como bem relata Pedro, quando se refere aos faxinais como “povos meio esquecidos por questões de políticas públicas” como comentei no primeiro capítulo deste trabalho, as lacunas deste processo de ocultamento das demandas dos tradicionais abre precedentes para intervenções do terceiro setor. Assim, os tradicionais esquecidos passam a ser ouvidos pelas ONG’s que inclusive instrumentalizam o discurso do esquecimento para ocuparem o papel de porta-voz da ineficácia do Estado em relação aos faxinalenses.

Conforme informa Pedro, a ONG necessita de recursos para seguir sobrevivendo e desta maneira os projetos e públicos-alvo são buscados conforme o delineamento dos editais. Lembro que é recente o ingresso da categoria de povos e comunidades tradicionais em editais e chamadas públicas, fato decorrente a partir da instituição da Política Nacional

de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais em 2007. Então, é nesse processo que os faxinais foram mapeados pela OSCIP como áreas de interesse para a intervenção ambiental. Os faxinais, portanto, ocupam o papel dos sujeitos locais na seara das políticas ambientais globais as quais criam estratégias de aplicabilidade em diferentes escalas de articulação entre desenvolvimento e conservação, passando por governos, empresas, sociedade civil, comunidades locais.

A GERAR faz parte do Fórum Nacional e Estadual de Mudanças Climáticas através do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Paraná no qual é membro representante da sociedade civil organizada. A legitimação do IAP foi fundamental para a submissão da proposta, assim como para a indicação dos faxinais a serem trabalhados. As ideias metropolitanas de conservação criam a partir do seu olhar distanciado sobre o outro, uma demanda de conservação a partir de critérios puramente tecnicistas, que correspondem a lógica dominante de conservação em prol do desenvolvimento. O problema, no entanto, não é o conhecimento técnico, mas sim como ele é usado, ou ainda, quando este se torna a única fonte de referência na elaboração de projetos ambientais, excluindo a participação das perspectivas locais sobre o tema. Para Pedro, portanto:

“As nascentes, nós tínhamos uma estimativa da quantidade por estudos, pelo o que a gente pesquisou e pelas comunidades, pela quantidade de nascentes que tinha em alguns estudos que foram feitos na época, e a gente observou que nenhuma nascente tinha sido feita alguma intervenção nela, então todas eram para fazer. O custo de fazer uma nascente, nós não conseguiríamos contemplar tudo. Com relação as áreas mapeando a questão por satélite, o que cada comunidade tinha de área dentro do criadouro, a gente observou, chegou perto de 400 hectares de áreas que poderíamos fazer algum tipo de intervenção, ou total ou menor. Aí nós pensamos em no que coube dentro do orçamento, em trabalhar em 30% das áreas.” (informação verbal)²⁹

No comentário sobre os números da necessidade da conservação elaborados pelo projeto, o narrador quando relata que “todas [as nascentes] eram para fazer” transparece sua visão em relação a uma natureza intocada, um espaço que não considera sua ocupação territorial, seus processos de transformação social e invisibiliza um modo de vida presente nas comunidades a mais de duzentos anos. A artificialidade da construção da degradação sem a prévia consulta aos moradores locais sobre como estes veem seu ambiente, demonstra uma postura autoritária em relação a definição de degradação.

²⁹ Id., 2015, p 62.

“Recuperação de áreas degradadas, lá no projeto foi escrito dessa forma, então áreas degradadas. A gente conversando com o técnico do Serviço Florestal (SFB), segundo a visão deles, toda a floresta que sofre um mínimo de intervenção do homem ela é degradada. Então essa palavra “degradada” ela é meio, serve para o totalmente quanto para o parcialmente, nos costumamos entender. Até essa palavra “degradada” pelo técnico do SFB ele deixou claro que degradado não é só aquela área que não tem nada, a floresta sofreu uma intervenção ela foi degradada, ela sofreu um nível de degradação. Na verdade, nós estamos atuando em duas linhas, totalmente degradadas e parcialmente degradadas, onde é enriquecimento.” (informação verbal)³⁰

Quando fazia meu trabalho de campo, observei uma mudança de linguagem em relação ao degradado. Todos os materiais de divulgação do projeto como placas de identificação de nascentes e áreas, placas de boas vindas na entrada das comunidades (Foto 6), folders e cartilhas de educação ambiental e assim por diante, destacam que o objetivo do mesmo é recuperar as áreas degradadas. Com a reprovação constante deste termo pelos moradores, apontando com as mãos a floresta no faxinal, assim como, a auditoria ambiental da Petrobrás que questionava a necessidade da recuperação, o termo de enriquecimento de áreas começou a ser usado no discurso. Como explica o coordenador da ação, eles começaram a trabalhar com a noção de áreas parcialmente e totalmente degradadas. No entanto, as notícias que circulam na página eletrônica do projeto e os materiais impressos não mudaram os termos, mantendo a degradação.

Entre o degradado e o conservado, vejo a grande desigualdade dos saberes nos diálogos sobre a idealização do projeto. Em que o saber técnico-científico é usado como norma que determina e valida a necessidade, enquanto que os conhecimentos tradicionais da população local sobre as condições da natureza não são consultados, tampouco ouvidos durante o processo de execução das ações. Assim, as vozes da comunidade são silenciadas ou vistas como inadequadas, conforme o olhar da técnica do projeto “aqui no Meleiro por exemplo, quando nós entramos com o projeto, iniciamos os trabalhos do diagnóstico, aqui mesmo, próximo do barracão, chegamos e falaram - “está vendo aquilo dali, é tudo árvore, aqui não precisa de árvore” - então essa visão assim é comprometedora” (informação verbal)³¹. O comprometimento neste caso alude a uma falta de consciência da comunidade

³⁰ Ibid., 2015, p 62.

³¹ Entrevista concedida por TAL, Renilce. Entrevista 10. [maio 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2015. 1 arquivo .mp3 (54 min).

em relação a conservação, argumento manifestado pela técnica na sequência de nossa conversação.

4.1.1 A categoria do convencimento

O discurso de convencimento sobre os benefícios promovidos pelo projeto é moldado em direção a todos os atores que interagem com ele, como exemplo a equipe técnica, a patrocinadora Petrobrás e os faxinalenses. A começar pelos técnicos internos, que observam contradições em sua execução, afinal os técnicos demonstram posturas diferenciadas em relação ao projeto, tendo aqueles que não pactuam com o discurso e prática expressa pela ação. Estes, portanto, passam pelo processo de convencimento operado pela instituição proponente e quando não compassíveis buscam atuar de forma diferenciada, através da autocrítica ao projeto, avaliação das ações e escuta dos anseios comunitários em relação ao projeto, são engessados em suas atividades. Assim, alguns destes se desligaram, por se frustrarem em tornar o projeto participativo em meio a burocracia para sua execução, que não abre possibilidade para arranjos e adaptações locais.

O convencimento é uma ferramenta discursiva sobretudo, usada para negociação com a Petrobrás quanto esta, no período de maio a outubro de 2014, paralisa algumas ações do projeto devido a realização de auditoria ambiental e contábil. Um dos motivos para a realização das auditorias foram as denúncias realizadas à ouvidoria da empresa por parte dos “contras”. Os moradores que se enunciam “contra” os faxinais residem na comunidade, mas não são a favor da continuação do uso comum das terras, e também aquelas pessoas que ingressaram na comunidade por meio de compra de terra para chácaras de lazer e não respeitam as formas locais de uso do território, configuram o grupo denominado pelos moradores locais como “contra”. Este grupo não aceitou a proposta da ação pois acreditava que este era direcionado a manutenção do criador comunitário, devido ao nome que o projeto leva, o qual enaltece o termo faxinal. As denúncias foram formalizadas por meio de abaixo-assinado e carta, entregues aos representantes da Petrobrás durante o seminário de lançamento do projeto, que aconteceu em fevereiro de 2014 no Faxinal Meleiro, além de chamadas telefônicas. Os argumentos consistiam em afirmar que: (a) as comunidades não são faxinais; e, (b) não havia necessidade de recuperação ambiental nas comunidades.

Quando questionado pela Petrobrás devido a denúncias na ouvidoria da empresa, sobre a não necessidade de realizar a recomposição florestal nas comunidades, o projeto acionou o convencimento técnico para provar sua alegação sobre a degradação.

“As pessoas fizeram algumas intervenções lá na Petrobrás, na Ouvidoria no 0800...mas eles [Petrobrás] mandaram os auditores para verificar se as denúncias que tinham aqui de que a comunidade não era faxinal, que aqui não precisava fazer nada, que não precisava plantar árvore, e aquela coisa, e outras coisas que a gente não sabe. Mas eles mandaram, nós passamos por duas auditorias, uma contábil e depois por uma auditoria ambiental, onde nós tivemos duas auditorias. Na auditoria ambiental nós tivemos que trabalhar o convencimento do auditor da necessidade do projeto. Geralmente você fala que vai recuperar área e todo mundo imagina aquelas áreas totalmente degradadas, nascentes degradadas, intervenções onde o homem agrediu totalmente aquele espaço e quando o auditor veio ele não percebeu isso aqui. Tem a degradação total e degradação parcial, então nós explicamos isso de forma muito técnica e isso convenceu o gestor. Ele mandou os auditores e o que eles levaram era que realmente precisava o projeto fazer [recuperação].” (informação verbal)³²

Os ponderamentos que sustentam a vigência da necessidade são constituídos e reiterados a partir do conhecimento técnico associado a legitimação de agências estatais, seja a própria Petrobrás como patrocinadora, os órgãos ambientais como especialistas no tema e ainda a empresas extensionistas, que são reconhecidas em várias escalas no Estado, como comenta a gestora ambiental do projeto: “As coisas são muito quadradas, vamos ver a parte técnica que está determinada pelo IAP, pela EMATER, por sei lá quem, um estudioso e vamos fazer assim, para ver se dá certo.” (informação verbal)³³

O argumento apresentado as comunidades foi amparado principalmente as obrigatoriedades dispostas no Novo Código Florestal sobre a recuperação das APP's (Áreas de Preservação Permanente) que correspondem a mata ciliar dos corpos hídricos e a formação da Reserva Legal (RL). Segundo o Novo Código as propriedades rurais devem manter ou recuperar as áreas florestais em torno dos rios, além de poupar certa área de mata correspondente a 20% da propriedade para reserva. A partir desde ponto de vista, o projeto estaria regularizando as áreas mediante a legislação ambiental, prestando, portanto, uma contribuição as famílias. O problema é que não considera a singularidade dos faxinais em relação a legislação ambiental, codificando o faxinal quanto um módulo

³² Id., 2015, p 62.

³³ Entrevista concedida por TAL, Sara. Entrevista 8. [maio 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Mandirituba, 2015. 1 arquivo .mp3 (40 min).

rural, não se atentando ao território tradicional caracterizado pelo uso coletivo organizado por delimitações socioespaciais, ou seja, os faxinais de forma coletiva acumulam uma área de reserva manejada superior ao que corresponde o Código Florestal, que prevê uma parcela de reserva em detrimento ao impacto a todo o restante. Afinal, está normativa manifesta uma noção de relação com a natureza espelhada no agronegócio e não nos faxinais.

Outro argumento foi a crise hídrica em São Paulo, divulgada permanentemente pela mídia, coincidentemente no período de realização do projeto, esta foi uma ferramenta para sensibilizar as pessoas sobre a importância de realizar a recomposição ambiental, com a finalidade de preservar a água. Isso, sem nenhuma contextualização das diferenças conjunturais da região dos faxinais em relação a histórica desestruturação do sistema de abastecimento hídrico paulista.

“Eu penso assim, o que eu sempre falava, pessoal, nós temos que fazer o convencimento técnico, nós temos que provar que realmente necessita fazer o que nós vamos fazer. E a gente trabalhou nessa linha de uma necessidade de fazer isso” (informação verbal)³⁴. Mediante a fala moldada do projeto regida pelo convencimento, a voz das comunidades ensurdeceu, no sentido de ser proferida, mas não escutada. Percebi, os sinais do desconforto dos moradores em relação ao projeto, pela baixa participação deles nos espaços de encontro, a recusa na autorização de áreas para o plantio de árvores, e vários outros sintomas citados no capítulo anterior em relação a participação, manifestações que o projeto também percebeu mas não levou a sério. Desta maneira, os faxinalenses como relata Nega, quem no capítulo passado opinou sobre o problema do cercamento das nascentes, poderiam em puxirão dizer não ao projeto, todavia a prática local que ela nomeia como “educação” faz com que estes aceitem a intervenção mesmo que essa pouco contribua com as questões do faxinal, que para eles são prioritárias.

“É nossa terra, cada um tem a sua, mas se formar um grupo e dizer aqui ninguém entra, mas é que nós somos muito educados e, eles, com o projeto deles, ninguém ia dizer que não era bom, mas em termos assim, se eles fossem trabalhar diretamente para o faxinal, colocar um matadouro alguma coisa. Não estou dizendo que é um coisa ruim, é bom até certo ponto... quanto mais ter mato melhor, tudo é importante. Ajuda pouco, né.” (informação verbal)³⁵

³⁴ Id., 2015, p 62.

³⁵ Id., 2015, p 64.

A cordialidade dos faxinalenses em relação aos visitantes é um costume relevante a nível local, que observei em relação a minha pessoa e em várias outras situações, não é uma prática comum receber mal ou recusar o diálogo com sujeitos de fora do faxinal, obvio que estes são tratados de forma diferenciada, mas com educação conforme a faxinalense informa. Desta maneira, o discurso do convencimento, não convence, mas tampouco é revidado de forma discursiva direta pelos faxinalenses. Como comentei, estes apresentam sinais de uma relação desigual, diferente daqueles que são contra o faxinal e tiveram uma postura de reação explícita contra o projeto, promovendo a queima, apedrejamento e derrubamento de placas do projeto nas comunidades de Campestre dos Paulas, Mato Branco e Pedra Preta, assim como o abaixo-assinado enviado a Petrobrás, um dos elementos que resultaram na auditoria ambiental por parte da patrocinadora. Há que se considerar que a relação entre os atores pertencentes a comunidade em relação aos atores do projeto é desigual, afinal o segundo aciona com sua presença institucional poderes simbólicos e estruturais que convergem para que os faxinalenses não manifestem com maior eloquência uma reprovação direta ao projeto.

4.1.2 A natureza quanto potencial produto de mercado

A projeção futura de lucro a partir da natureza, como a possível venda de serviços ambientais como água e ar, ou ainda créditos de carbono, é uma retórica de afirmação da contribuição do projeto às comunidades. Para Pedro, os moradores não percebem de forma integral tal benefício, no entanto, com o tempo este se tornará visível.

“O Projeto Faxinais como intervenção que estamos fazendo, quem sabe não está alcançando a dimensão dos moradores aqui neste momento, muitas famílias não estão alcançando a dimensão do resultado que trará no futuro. Por exemplo, para a gente recuperar a nascente as pessoas questionam - “Por quê botar cerca? Por quê plantar árvore, por que isso?” - agora o mundo, a questão do Brasil e o mundo estão caminhando para o PSA que é o Pagamento de Serviços Ambientais que está caminhando. Algumas famílias recebem pelo que há de água e, a água poderá faltar em muitos ambientes, então já tem famílias recebendo, uma família que tem uma nascente hoje, ele não está tendo essa dimensão. Tem uma importância grande pra comunidade, mas as vezes a comunidade não está conseguindo visualizar a importância, que isso pode ficar para eles, que nos só estamos fazendo é plantar árvores e recuperar nascentes, mas daqui uns anos a família pode estar recebendo pela aquela nascente, a família é um produtor de água. Vai vir gente medir e dizer tua nascente mede tanto/dia água e você vai receber isso por mês, o que ele vai fazer? Nada. É o resultado do valor ambiental, de preservar o espaço que ele tá e beneficiar pessoas muito além daquelas que vivem na comunidade, então eu vejo assim, que o projeto tem essa relevância importantíssima pra comunidade. E eu vejo conversando com a comunidade que eles não têm essa dimensão, mas como a gente sabe que o resultado virá a gente continua fazendo. Insistência porque talvez essa geração não perceba, mas os filhos vão colher esses frutos de uma forma ou de outra.” (informação verbal)³⁶

Quando o porta-voz do projeto enuncia que a ação “Não está alcançando a dimensão dos moradores”, ele imprime um desencontro de visões sobre o mundo natural e os potenciais recursos a partir deste. Identifica-se, portanto, lógicas diferentes de perceber a natureza que não se encontram. Por um lado, o projeto acredita que sua proposta é eficaz e importante para promover renda futura as famílias e assegurar a preservação do meio ambiente. Nesta situação o problema para o projeto está na recepção dos moradores “que não visualizam a importância” e não em sua forma de assimilar a conservação. Por outro lado, algumas famílias principalmente aquelas que fazem uso do criadouro comunitário e participam de diferentes formas na defesa da continuação das terras de uso comum, apoiam a ação no projeto porque acreditam que o enriquecimento das áreas contribuirá para alimentação dos animais criados à solta, ou ainda para fontes de trabalho por meio de atividades de extrativismo florestal. Neste cenário, existem diversas posturas da comunidade, no âmbito individual e coletivo, por isso, a aqueles que querem aproveitar a oportunidade de recomposição de áreas viabilizada pelo projeto para precaver-se de

³⁶ Id., 2015, p 62.

possíveis regularizações ambientais, ou ainda para desenvolver negócios ecológicos, visto à proximidade com a capital e potencial de turismo rural presente nos faxinais.

O problema do fomento ao desenvolvimento visto pelo viés produtivista econômico planteado a partir da mercantilização da natureza, vai em desencontro com as práticas locais de relação com a natureza, principalmente a questão da propriedade versus uso coletivo, indivíduo versus comunidade. A gestão da água, assim como matas e pastagens é realizada de forma comunitária em virtude do uso coletivo do criador comunitário. Portanto, tratar as nascentes pela dimensão da propriedade firmando contratos com seus donos, sugere uma forma de preservação individual, uma imposição sobre quais práticas e formas são viáveis para que o outro conserve, a partir da especulação do seu benefício privado. Ações que vem a fragilizar as relações comunitárias anteriores a intervenção, bem como violar as regras locais de gestão territorial.

4.2 Diferença de opinião sobre conservação ambiental

“Cada um puxa sua sardinha, eles puxam a sardinha deles, nos puxamos a nossa. Se fosse faxinal sim, mas eles tão vendo o lado do meio ambiente, da natureza, não o lado do meio do produtor-criador, mas para eles [projeto] se o criador acabar tanto faz, concorda?” (informação verbal)³⁷

Na opinião da faxinalense transparece uma nitidez sobre o direcionamento dos interesses do projeto e dos interesses faxinalenses, os quais se assemelham pois tratam do mesmo tema, porém não são compatíveis porque correspondem a formas que cada grupo concebe o faxinal de maneira que corresponda suas expectativas. A questão central é colocada por Nega, por meio do questionamento sobre a continuação do criador comunitário, uma presente preocupação aos moradores que como ela articulam por meio do modo de vida nos faxinais suas formas de ser e viver. Assim a questão territorial articula-se diretamente a conservação, ao modo de vida, e as intervenções que acontecem neste espaço.

Entendo a partir dos signos faxinalenses que o criador é um complexo que associa seres humanos e não humanos, assim a natureza e os animais fazem parte desse todo. Separar a natureza do criador desconecta este elemento da concepção local sobre o território. Assim a natureza quanto parte do todo é o faxinal, e quando departamentizada pode ser traduzida como “natureza” com aspas ou ainda meio ambiente. Portanto, plantar árvores como uma ação desassociada das práticas locais exercidas no criadouro comunitário se torna uma ação exterior aos interesses locais, que representa o não reconhecimento da

³⁷ Id., 2015, p 64.

importância das terras de uso comum como forma de manutenção desta dita “natureza”. Assim, o projeto é visto como uma ação desarticulada do criador, não sendo assumido como bandeira dos moradores locais.

O porco é uma das principais representações do criador, neste sentido, o narrador apresenta um “olhar do satélite”, ou seja, desde longe, onde percebe o porco num primeiro momento quanto motivador de impacto ambiental, como esse não era o caso por conta da quantidade de animais, no segundo momento no caso do plantio de árvores, o porco é visto como desarmônico à recomposição ambiental.

“Quando a gente pensava o projeto, a gente tinha um olhar do satélite, o que a gente percebeu é que eles não tinham muitos animais nos criadouros, principalmente o porco. Então, o porco se você faz uma intervenção no espaço, ele vira toda aquela terra, ele não deixa aquela vegetação crescer, não tinha isso, mas nos mantivemos essa posição em fazer essa intervenção.” (informação verbal)³⁸

Seguindo a importância dos animais para os faxinalenses, vejo que o porco como elemento simbólico de mediação das relações no criador comunitário, sendo central em muitas das relações de manutenção dos trabalhos coletivos e do uso compartilhado das terras de faxinal. Tampouco, o projeto alcançou a dimensão dos significados e valores dos animais nas comunidades como vimos no relato anterior. Desta maneira, o porco rosado presente na logomarca do Projeto Faxinais, todavia é visto desde a ótica majoritária no projeto como destruidor do meio natural, percebido como empecilho a recuperação das áreas, como esclarece Sara, umas das técnicas de campo do projeto.

“O Projeto Faxinais tinha tudo para ajudar a comunidade e não ajudou, essa é a minha visão assim, que faltou muito conhecimento, faltou muito das pessoas quererem entender o que é uma comunidade tradicional faxinalense ou não, e sendo faxinalense entender o que é, o porco destrói, mas por que eles criam porco assim? Mas porquê? Tem uma razão deles criarem porco solto? É muito difícil você ouvir as pessoas [do projeto] falando umas asneiras as vezes e você fala e você tá errado, enfim - “você não sabe o que tá falando, o projeto não é isso, você tá errada porco destrói mesmo e o faxinal não conserva nada” - é isso que a gente escuta bastante.” (informação verbal)³⁹

Desta maneira a lógica presente na intervenção sobre como se deve conservar o meio ambiente advém do isolamento das florestas, a qual não reconhece o papel dos animais

³⁸ Id., 2015, p 62.

³⁹ Id., 2015, p 85.

criados à solta, tampouco das pessoas conforme irei abordar adiante, fator que choca diretamente com a noção do faxinal. Essa prática se torna visível no eixo de atividades de geração de renda, executado em oficinas nas comunidades, as quais tiveram como objetivo fomentar atividades sustentáveis. A partir do diagnóstico socioambiental foram levantadas as potenciais atividades rentáveis na comunidade que foram erva-mate, mel, plantas medicinais e pinhão. O mesmo relatório mostra que 75% das 290 famílias cadastradas pelo projeto detêm animais, no faxinal Meleiro 57% dos moradores utilizam o criadouro comunitário para criação de animais à solta, sendo que no faxinal Salso esse número se eleva a 81%. Noto, uma clara escolha do projeto em não fomentar e assim não fortalecer a criação de animais nos faxinais, o que me parece uma lógica sobre conservação oriunda de práticas individuais e privadas, desenvolvidas sobre a noção de isolamento em detrimento a inteiração. Bastante contraditório, quando é sabido que os animais criados à solta no faxinal fazem parte da cultura nutricional, das relações de comércio, dos sistemas de trocas e de sociabilidade comunitário, detendo um papel extremamente importante para coesão social nos faxinais.

Essa situação em que os animais são vistos como agentes de degradação é notada em intervenções tanto de ONG's como governos e órgãos ambientais, como denuncia uma das lideranças faxinalenses durante o III Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, que aconteceu na cidade de Paranaguá em maio de 2015.

“Descaso dos órgãos ambientais, como a polícia ambiental, que não consegue enxergar nos como povos tradicionais dentro do nosso costume. Por exemplo, um porco solto que é nosso costume, se o porco virá uma pedra, a pedrinha lá de um quilo, prá comer a minhoca que está embaixo, pra eles [órgãos ambientais] é crime. Sendo que a 300 anos nos preservamos essa natureza, essa floresta, essa biodiversidade e os porco continuam virando a pedra para comer a minhoca, e tão lá, onde está a preservação? Está lá nos faxinais, fora [do faxinal] está o envenenamento, a poluição, a degradação do meio ambiente. Quando a polícia ambiental é solicitada ela olha mais pra nós do que para o crime que foi denunciado, a uma dificuldade muito grande das autoridades enxergarem nós com diferença, considerando as nossas diferenças tradicionais.” (informação verbal)⁴⁰

Quando o projeto busca legitimar suas ações através dos órgãos ambientais e da legislação ambiental convencional, este não privilegia as formas locais de conceber a natureza que esta imbricado ao modo de vida nos faxinais. Assume, portanto, posturas presentes em

⁴⁰ Informação verbal concedida por SILVA, Hamilton José da. Comunicação 1. [maio 2015]. Entrevistadora: Taisa Lewitzki. Paranaguá, 2015. 1 arquivo .mov (6 min).

políticas públicas que desconsideram a especificidade da criação de animais à solta nos faxinais. Estabelecendo um desencontro de formas de conceber conservação que não convergem para o sucesso da ação, assim como, para melhoria das condições de vida dos moradores locais.

4.3 O papel das pessoas na conservação

“As famílias que conseguem interpretar melhor essa questão, eles viram realmente essa necessidade. Outras até não entenderam - “há tem muita árvore aqui” - mas na mesma forma que você perguntava no diagnóstico se precisava fazer recuperação, eles diziam que sim, mas que não precisavam de árvore. Mais isso eu interpreto mais como a falta do conhecimento do que o próprio ambiente, uma opinião técnica. Mas as famílias que tinham esse entendimento, aceitaram. Como também teve famílias que não aceitaram porque entendem como uma perda de área, que eles entenderam que se eles fornecerem uma área para o projeto eles tão perdendo aquela área, não vão poder fazer uso.” (informação verbal)⁴¹

No diagnóstico socioambiental somados os números das pessoas que afirmaram não haver necessidade de realizar plantio de árvores nativas para a recuperação de suas propriedades junto aquelas que não souberam responder tal pergunta totaliza 70% das 77 famílias residentes na comunidade de Meleiro. Sendo que 58% afirmam que existe mata preservada em suas áreas. É importante clarear a questão fundiária para entendimento dos números, ou ainda para a não resposta da questão, pois esta estatística foi produzida a partir do pressuposto da propriedade privada. Assim é importante destacar que muitas dos moradores dos faxinais não detêm terras, possuem residência devido as relações solidárias de parentesco e vizinhança nas quais é relevante a categoria observada como “ceder terras”, que pode ser explicada como doação de terreno para construção de casa e suas dependências. Aquelas pessoas que não são proprietárias de terra dispõem do mesmo direito de criar animais à solta no criadouro que aquelas que detêm propriedade, posse ou herança.

O projeto, no entanto, abordou as pessoas a partir da noção de propriedade privada o que não corresponde a dinâmica de vida nos faxinais. Mesmo assim, os dados apontam que a maioria dos moradores concebem o lugar onde vivem como um espaço preservado. Deste modo, alegar que os faxinalenses não aceitaram a intervenção por falta de entendimento das condições ecológicas de onde vivem é uma forma de camuflar o desentendimento do

⁴¹ Ibid., 2015, p 62.

projeto. Em relação as estratégias locais de manutenção do uso comum das terras, visto a drástica diminuição do território e os arranjos fundiários que as famílias reinventam para continuarem vivendo no espaço compartilhado. Como Nega diz a respeito:

“A gente não quis [recuperação de nascente] por motivo que se um dia acaba o criador, tipo assim, dois casos, se um dia termina o criador e a terra não é só minha, eu autorizo a minha parte, mas a dos outros? E lá [na nascente] ia bem no terreno do Antônio. E nós não queremos conflito, eu da minha parte se fizesse só o fechado do lado da vertente, tudo bem. Tinha o bebedouro ali fora, mas ali iam deixar muito grande o espaço, e já é uma nascente que tem planta, árvore do lado já está cultivada ali, que era do meu avô, que eu nem existia nesta época, existia os mais velhos que eram mortos hoje que é cinco famílias que já morreram. Na verdade eu não cheguei a conhecer meus avôs e já existia essa vertente aqui. Aqui era a casa deles, bem onde tá a selaria era o paiol do avô, e lá era horta da minha vó.” (informação verbal)⁴²

Ademais da concepção de um ambiente preservado ser diferente entre projeto e comunidade, a intervenção do projeto ocasiona mudanças na forma em que as pessoas usam e manejam o território. Duas das principais mudanças é em relação a restrição de acesso ao espaço tido como uso comum, por meio da imposição de cercas nas nascentes, sem que haja a previsão da liberação da área após a recuperação. Neste caso, é notável a colisão de perspectivas em relação ao uso e manejo do território, contradizendo a regra comunitária.

A segunda é sobre assignar responsabilidades aos moradores em cuidar de forma individual dos plantios, através do estabelecimento de um contrato escrito entre ONG e proprietário “Tem um termo que ele tá permitindo a gente a fazer, a plantar, e sobre a responsabilidade do proprietário depois de manter as mudas depois que o projeto acabar” (informação verbal)⁴³. O termo materializa um tipo de participação equivocada ao contexto dos faxinais, pois não considera suas especificidades, reflete assim, o paradigma da conservação privada dos recursos naturais presente nas estratégias contemporâneas de reserva da biodiversidade.

Noto, o ocultamento dos faxinalenses na formação de um modelo próprio de conservação dos recursos naturais. Pois o poder de decisão dos sujeitos ficou restrita em aceitar ou não o projeto. Seus costumes e regras de uso e manejo da natureza, os quais inclusive são legalmente reconhecidos como práticas de baixo impacto ambiental e que apresentam

⁴² Id., 2015, p 64.

⁴³ Id., 2015, p 85.

processos que convergem para a conservação da floresta, não foram inseridos nas metodologias do projeto. Afinal, estas estavam prontas e desta maneira não criaram possibilidade de diálogo sobre seu planejamento e execução, tampouco avaliação.

“A maioria das coisas já estavam escritas no projeto, a gente só tinha que seguir a metodologia que estava descrito lá. Por exemplo, o curso de gestão e empreendedorismo. O que foi visto no diagnóstico, que as pessoas se interessavam na produção de erva-mate, pinhão, mel e plantas medicinais, acho que foi a única coisa que foi tirado da comunidade mesmo. Mas, a maioria das coisas já estavam todas escritas, estava tudo dado, que tinha que dar um curso de cerca, que tinha que dar um curso em gestão e empreendedorismo, que tinha que dar um curso de manejo agroflorestal, não teve uma construção coletiva disto, tinha que seguir o que estava escrito no projeto. Talvez até pudesse chegar e dizer o que nós podemos trabalhar neste curso, mas não teve, eu pelo menos nunca presenciei.” (informação verbal)⁴⁴

O comentário de Sara fortalece que a metodologia descrita previamente a realização do projeto a partir do pouco conhecimento que se tinha naquele momento das comunidades, determinou conteúdos e linguagens das atividades realizadas pelo projeto. Desta forma, não houve brechas para agregar a contribuição dos moradores ao projeto. Essa situação reflete diretamente o não reconhecimento do papel dos faxinalenses na conservação. Assim, os conhecimentos e práticas locais sobre a biodiversidade associados ao criador comunitário foram deixados de lado.

Todavia, saliento a relação do criador para manutenção do meio natural, como enfatiza a fala de Nega, sobre a manutenção futura das áreas que foram plantadas, as quais dependem da ação das pessoas que vivem no faxinal.

“Nós faxinal separadamente, mas eles [projeto] precisam de nós, sem o faxinal aonde iam plantar? Qualquer coisa eles deveriam ajudar nós pra não acabar, porque se acaba o criador, morre o que eles fizeram [árvores plantadas – nascentes recuperadas], não vai ter água, não vai ter nada, daí acaba tudo. A criação não vai estragar...” (informação verbal)⁴⁵

Os termos mencionados pela faxinalense “nós faxinal separadamente”, “projeto deles” clarifica que o projeto não desenvolveu um vínculo de identificação dos faxinalenses com a ação. Por mais que o projeto leve o nome “Faxinais” e tenha como lema “Preservar o meio ambiente e cultivar uma tradição” este não representa as demandas das comunidades, ou ainda, a percepção delas sobre o que significa o termo faxinal que está

⁴⁴ Ibid., 2015, p 85.

⁴⁵ Id., 2015, p 64.

associado as pessoas, pela manifestação de “nós faxinal”, assim como a “tradição” no sentido da importância das práticas tradicionais para a continuação do faxinal. No entanto, o projeto necessita das pessoas tanto para sua realização em si, quanto para manutenção de seus investimentos depois do término das atividades.

4.4 Considerações

O sentido do faxinal tomado pelo projeto se aproxima ao aspecto biofísico do faxinal como tipo de paisagem de floresta (Porto, 2013) do que o faxinal enquanto um todo, isto é, como um modo de vida que ademais do natural articula subjetividades. Por mais que a GERAR tenha se apropriado do argumento dos faxinais quanto povos e comunidades tradicionais para corresponder o patrocínio da Petrobrás, suas ações na intervenção demonstram um pensamento cristalizado sobre os faxinais que não acompanha as dinâmicas territoriais, o contexto de transformações sociais e as formas de ser e viver localmente. Tampouco, valoriza os conhecimentos e práticas locais de inteiração com a natureza.

A imagem idealizada pelos protagonistas do projeto busca um faxinal antigo no sentido de preservar características florestais de quatro décadas passadas, sugere uma natureza sem pessoas ou com poucas inteirações socioambientais. É preciso ter em conta, que se atualmente as pressões sobre o território dos faxinais é mais intensa, a disponibilidade territorial é menor e se os graus de conservação oscilam é por conta de inúmeros fatores, e não simplesmente porque os faxinalenses não sabem preservar. É necessário considerar o papel das políticas desenvolvimentistas que por anos fomentam a expansão das cidades e dos negócios no campo, impactando diretamente as comunidades tradicionais.

Concluo, portanto, que a intervenção reproduz uma lógica de conservação dominante, respaldada pelas políticas globais e negociada como mercadoria dentro do projeto que alude uma forma de desenvolvimento que não corresponde as lógicas locais de conservação e por isso se mostra etnocêntrica porque impõem as comunidades uma forma externa de conservação incompatível com as lógicas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA OPINIÃO SOBRE O PROBLEMA SOCIOAMBIENTAL

1. Ecologia faxinalense

Como enfatizei no primeiro capítulo desta monografia, este trabalho versa sobre políticas ambientais, estratégias de desenvolvimento, intervenção de agências governamentais e da sociedade civil organizada, movimentações sociais, processos de resistência comunitária, analisados desde o problema da conservação ambiental. Relações de inteiração e sociabilidade socioambiental que transcendem as práticas da comunidade faxinalense, porque exprimem lógicas de conservação legitimadas por políticas e governos. Forçando, portanto, neste viés o estabelecimento de diálogos entre atores locais (faxinalenses) e estruturas formais instituídas pelo arcabouço jurídico, assim como, demandas globais expressas nas agendas internacionais voltadas ao meio ambiente que são formuladas na esfera macro, no entanto, seus efeitos são sentidos no âmbito local, no caso, os faxinais.

Com isso, quero dizer que a ecologia faxinalense é construída por dois elementos chaves – cultura e política - que oscilam em intensidade, assim como, nas formas em que são negociados nas diferentes escalas de poder onde são discutidos. O primeiro refere-se a cultura entendida quanto um modo de vida, em que práticas cotidianas de inteiração com a natureza desenham o sentido do faxinal, integrando elementos biofísicos e simbólicos, que associados a estratégias de resistência territorial são potencialmente conservacionistas. Reitero, que a resistência territorial é uma ferramenta de conservação visto que a perda de território configura uma ameaça constante ao equilíbrio ecológico nos faxinais, passo assim ao segundo elemento. O argumento político de conservação se faz presente no discurso e na prática de vários atores, num primeiro momento o Estado subsidiado pela academia, embalado pelas reformulações globais sobre como conservar a natureza, como demonstrei nos primeiros estudos sobre faxinais que resultaram na ARESUR. Estratégia atualizada e fortalecida pelos faxinalenses quando estes se organizam politicamente quanto movimento social e reivindicam seu papel quanto sujeitos protetores da natureza. Observo no estudo de caso do Projeto Faxinais uma confluência de pensamentos sobre os faxinais e conservação, em que está presente na narrativa da ONG a apropriação de discursos do Estado, assim como, a dos faxinalenses vigorando um conflito pela desigualdade de valores depositados sobre os saberes elaborados localmente pelas comunidades em detrimento as normativas que regem o discurso estatal.

São essas interfaces deste processo de construção dos faxinais quanto comunidades conservadoras que formam o que título de ecologia. A ecologia nos faxinais é manifestada pelas ressignificações dos atores sobre os faxinais e a conservação, isto, por meio das relações, transparecidas neste estudo. As quais revelam intercâmbios de equivalência desigual de decisão, munidas por ONG's, órgãos ambientais, universidades (por meio de pesquisadores), políticas públicas, movimentos sociais, coletivos comunitários. As formas de relação são portando o fio condutor para inteiração entre a cultura faxinalense e a política do discurso de conservação.

Para vislumbrar a complexidade das relações envoltas ao paradigma da conservação, a intervenção do Projeto Faxinais o qual dediquei os capítulos segundo e terceiro, alimentam as contradições nas formas de materializar estratégias de conservação. As diferenças de formas de conceber a conservação ambiental, ilustram a presença de interesses distintos entre faxinalenses e projeto, gerando um conflito socioambiental silenciado pelo discurso passional dos atores proponentes da intervenção.

2. Intervenções

Sobre o problema das intervenções – como a representada pelo Projeto Faxinais - é visível a profissionalização de ONG's, associações e até mesmo secretárias governamentais formadas por agentes externos as comunidades, que se apropriam do argumento da diferença cultural, da marginalização social, da dívida histórica da sociedade com tais populações, entre outros, para elaborar e executar projetos de intervenção nas comunidades. O gargalo que identifico é que as instituições proponentes de intervenções detêm seus próprios interesses e correspondem a lógicas que quase sempre não levam a sério (Viveiros de Castro, 2002) as perspectivas das comunidades locais. Por outro lado, os editais e chamadas públicas, constroem critérios de financiamento e patrocínio em que a participação das comunidades restringe-se ao público-alvo e em raras vezes é levada em conta a participação ativa das comunidades na elaboração, execução e avaliação dos projetos.

Ainda, é recorrente a legitimação das ações por parte de mediadores locais, representados por governos locais, associações e lideranças comunitárias que oscilam entre várias esferas, discursos e organizações, e que veem nas intervenções possíveis ganhos políticos e/ou facilidades para desenvolvimento de pautas do grupo por meio do acesso a estruturas e/ou canais de comunicação/visibilidade, por exemplo. No entanto, como fatia desigual

em relação ao montante de recursos humanos e financeiros movimentados. Situação observada na relação de parceria para execução do Projeto Faxinais entre ASAFAXIM e GERAR.

A questão me parece que tem seu enclave na relação de poder entre saberes da ordem das comunidades e das instituições interventoras. Os tramites burocráticos exigidos pelos projetos demandam investimento de conhecimento técnico-científico que é privilegiado e usado como legitimador das atividades propostas, conforme normatiza nossa sociedade onde o saber positivado sobrepõe outras formas de conhecimentos, como os tradicionais. Assim, o diálogo intercultural é prejudicado, afastando as possibilidades de sucesso dos projetos, mesmo que esses sejam desenhados como estratégias de etnodesenvolvimento (Oliveira, 2000). As formas em que as economias dos projetos funcionam colocam em cheque as relações territoriais e subjetivas conforme descrevi neste estudo.

Considero, que é importante que agências de fomento contribuam com formas de manutenção das comunidades, sejam elas por projetos de desenvolvimento ou não, no entanto, que isto se realize num espaço político de construção de opiniões igualitárias entre os autores e não de forma etnocêntrica a partir do pensamento de saber o que é melhor para o outro, sem que o outro participe disso. Para tanto, é essencial que os mediadores deste processo estejam dispostos a compartilhar seus saberes técnicos e disponham de ferramentas de conversação para criar espaços de acolhimento das demandas, angústias e sonhos das comunidades locais e que sobretudo que as organizações de povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais sejam empoderadas e fortalecidas. Afim de gerar possibilidades para construção e gestão de projetos de forma coletiva, de acordo com os sistemas socioculturais presentes, ou ainda de forma a estabelecer equilíbrio entre diferentes percepções sobre os temas.

Reconheço, no entanto, a importância da intervenção do Projeto Faxinais em alguns aspectos que com certeza foram importantes para as comunidades locais e para sujeitos específicos que se beneficiaram das ações da organização. Dentre estas, destaco a construção do viveiro, como potencial para extensão das ações de enriquecimento ambiental das comunidades, podendo ser reproduzido nos faxinais de outras regiões. A realização das recomposições florestais é positiva para a manutenção dos recursos naturais do criadouro, aliás a reprodução das práticas faxinalenses demanda em grande parte um território equilibrado ecologicamente. Sendo a principal contribuição do projeto a visibilidade a nível regional provocada principalmente pelo nome da ação. Todavia,

conforme apresenta este trabalho, os equívocos na elaboração e execução do projeto são inúmeros, ademais da ausência de avaliação das ações com a participação dos atores envolvidos. Assim, acredito que as repartições dos benefícios do projeto foram desequilibradas, como bem enaltece Nega quando fala “cada um puxa a sardinha para o seu lado.” A estrutura mobilizada pelo projeto se resumiu em ações práticas que tiveram sua importância, no entanto, poderiam contribuir de forma efetiva para a manutenção do modo de vida dos faxinais, se este estivesse aberto ao diálogo com as comunidades no sentido de escutar, acolher e implementar as contribuições locais sobre como conservar uma paisagem vivida.

3. Novos desafios para política ambiental nos faxinais

Conforme abordei no primeiro capítulo, as políticas ambientais desenhadas desde uma perspectiva desenvolvimentista, em que a natureza é concebida como recurso, não representam a dinâmica de inteiração dos faxinais com a meio natural, sendo problemático o enquadramento das comunidades em tais categorias. Neste sentido, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) se apresenta como um novo desafio à luta dos faxinalenses pelo respeito a diferença, assim como, de outros povos e comunidades tradicionais, diante a obrigatoriedade de regulamentação perante a nova legislação ambiental imposta pelo Estado. O CAR é uma ferramenta para cadastro e monitoramento ambiental deliberada pela aplicação do Novo Código Florestal que entrou em vigor em 2012. O movimento de luta política dos povos e comunidades tradicionais no âmbito nacional, reflete a inserção de um ícone dedicado as populações tradicionais no SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural), acompanhado por outras duas formas de ingresso ao sistema, assentamentos rurais e módulo rural para propriedade individuais. O sistema é uma plataforma virtual que permite o cadastramento ambiental.

A presença de um ícone para povos e comunidades tradicionais materializa o reconhecimento do Estado as comunidades que se diferenciam culturalmente no universo dos povos do campo, ou seja, no espaço rural. No entanto, é inoperante, porque não alcança a singularidade fundiária e ambiental das comunidades, afinal este tema depende de mudanças estruturais relacionadas a questão agrária no Brasil. Com isso, quero dizer que diante dos problemas e desafios que se reformulam perante os povos e comunidades tradicionais, inclusive em relação a conservação e desenvolvimento, é eminente que a universidade tenha o compromisso em contribuir no processo de visibilidade de tais

contextos, com a finalidade de fomentar o acolhimento de tais especificidades na construção de políticas públicas que possam alcançar a diferencia.

4. Consideração sobre a experiência descritiva

Relato que essa descrição não foi uma tarefa fácil, primeiro pelo afetamento das relações que experimentei no trabalho de campo, sendo um ofício difícil a volta para a rotina universitária. Segundo, pelo exercício da autoridade etnográfica na sistematização da experiência de estudo, assim como, pelo constante deslocamento provocado na busca em entender o lugar que ocupo nesta pesquisa, quanto nativa e antropóloga.

Todavia esse trabalho é inconcluso no sentido em que a vida real é muito mais complexa e com inúmeras interfaces que não foram alcançadas por este trabalho, sendo que a temática abordada é uma demanda contínua por estudos que possam contribuir para a compreensão e visibilidade das relações e conflitos socioambientais no contexto dos povos e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Territórios e territorialidades específicas na amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr, 2012.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. **Ruris**: Volume 1, número 2, Campinas-SP: 2007.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Fascículo 5 – Faxinalenses do Setor Metropolitana Sul de Curitiba, Paraná. Serie Povos de Faxinais. Manaus: UEA Edições, 2010.

BARRETO, Marcelo. (Tese de doutorado) Territorialização e *tradicionalização*: refletindo sobre a construção da identidade faxinalense no Paraná. USP, 2013.

BERTUSSI, Mayra Lafoz. (Dissertação de mestrado) Liberdade para criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e do criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná. UFRS, 2012.

BRASIL. Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. & ALMEIDA, Mauro. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com “aspas” e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CDB. **Convenção sobre Diversidade Biológica**, disponível em <https://www.cbd.int/abs/> acesso em: 21 de junho de 2015.

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro sul do Paraná**. Londrina, IAPAR.1988.

CHANG, Man Yu. (Tese de doutorado) **Seqüestro florestal do carbono no Brasil – dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas.** UFPR, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCTTEC, 3 Edição. 2001.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLASCO, Buenos Aires, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Depois da Natureza Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: **Políticas Ambientais Latino-Americanas.** / Clélia Parreira, Héctor Alimonda, organizadores. – Brasília : Flacso-Brasil, EditorialAbaré. 2005.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo Construcción y deconstrucción del desarrollo.** 1ra. Edición: Fundación Editorial el perro y la rana / Traducción de Diana Ochoa; Caracas, 2007.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ - FUFEP. Conservação do bioma Floresta com Araucária, Diagnóstico dos remanescentes florestais/ PROBIO, Curitiba, PR, p.236, 2001.

GARRIDO, R. S. “Percepción medioambiental y actividad cinegética.” **Gazeta de Antropologia**, 25 (1), artículo 04 – <http://hdl.handle.net/10481/6840>, 2009. Acesso em: 17 de junho de 2015

HAURESKO, Cecilia. (Resenha) Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-997. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.5, n.2, p.255-260, jul./dez. 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Paraná em números. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/> Acesso em: 15 de julho de 2014.

LEITE LOPES, J. S. “Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e dilemas da participação”. Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun, 2006.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia 322. Brasília, 2002.

LITTLE, Paul. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun, 2006.

MONTENEGRO, Jorge. Povos e Comunidades Tradicionais, Desenvolvimento e Decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 163-174, 2012.

NERONE, Maria Magdalena. (Tese de Doutorado) Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997. 2000.286f. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo: 2000.

OLIVEIRA, Daniel Camargo de. Mapa perspectiva de localização Faxinal Meleiro, Espigão das Antas e Pedra Preta. Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ação indigenista, etnicidade e o diálogo interétnico. *Estud. av.* [online]. Vol.14, 2000.

PARANÁ. Decreto Estadual 3.446 de 14 de agosto de 1997. Curitiba: ALEP.

PNCS, Projeto Nova Cartografia Social. Boletim I “Deserto Verde no município de Imbau”. 2013. Serie: Identidades Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil. Manaus: Edições UEA.

PORTO, Liliane. “Uma reflexão sobre os faxinais: meio-ambiente, sistema produtivo, identidades políticas, formas tradicionais de ser e viver”. In: PORTO, L.; SALLES, J. O.

& MARQUES, S. M. S. **Memórias dos povos do campo no Paraná – centro sul**. Curitiba: ITCG, 2013.

PROJETO FAXINAIS. Relatório Socioambiental do Projeto Faxinais. Disponível em: <<http://www.projetofoxinais.org.br>>. Acesso em: 23 de junho de 2015.

SARH, L. L & CUNHA, L.A.G. O significado social e ecológico dos Faxinais... **Revista emancipação**, 5(1): p. 89-104, 2005.

SOUZA, Roberto Martins de. “Mapeamento Situacional dos Faxinais no Paraná”. In: ALMEIDA, A.W.B, & SOUZA, R. M. **Terras de Faxinais**. Manaus: UEA Edições, 2009.

SOUZA, Roberto Martins de. & ROCHA, Eliane do Pilar. Terra e Território Faxinalense no Paraná: notas sobre a busca de reconhecimento. **Campos**: 8(1):209-212, 2007

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidades de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20 nº. 59 outubro, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Maná** [online], vol.8, n.1, pp. 113-148, 2002.

SANQUETTA, Carlos Roberto. Os números atuais da cobertura florestal do Paraná. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/florestal/artigos/os_numeros_atuais_da_cob. Acesso em: 15 de julho de 2014.